

Relatório Anual 2016



Gestão Ética

uma união de sucesso





BAHIA
ASSET MANAGEMENT

Uma trajetória de êxito se faz com valorização
de pessoas, busca pela excelência
e convergência de interesses.

Bahia Asset: os mesmos valores, uma nova marca.

BBM Investimentos
agora é **Bahia Asset.**

www.bahiaasset.com.br



Aponte seu tablet ou smartphone para o QR Code acima e acesse a versão digital deste relatório em seu dispositivo móvel.

Relatório Anual 2016



Gestão Ética

uma união de sucesso



Este Relatório foi 100% produzido com apoio financeiro dos anunciantes.

SUMÁRIO

ABERTURA

1. Introdução.....	08
2. Mensagem da Diretoria.....	08
3. Principais Realizações em 2016.....	10

INSTITUCIONAL

4. O Instituto.....	14
5. Governança Corporativa.....	15
6. Gestão de Benefícios.....	19
7. Gestão Administrativa.....	22
8. Comunicação.....	25
9. Relacionamento com o Participante.....	25

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

10. Considerações Sobre a Rentabilidade no ano de 2016.....	30
11. Política de Investimentos.....	31
12. Alocação dos Investimentos.....	31

13. Serviços de Suporte à Gestão dos Investimentos.....	38
14. Despesas com a Gestão dos Investimentos.....	39
15. Informações Gerais.....	40
16. Considerações Finais.....	44

RELATÓRIOS CONTÁBEIS

17. Demonstrações Contábeis.....	48
18. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis.....	55

PARECERES

19. Relatório do Auditor Independente.....	98
20. Parecer Atuarial.....	100
21. Parecer do Conselho Fiscal.....	106
22. Manifestação do Conselho Deliberativo.....	107

ENCERRAMENTO

23. Mensagem Final.....	110
--------------------------------	------------

ABERTURA





1. INTRODUÇÃO

Apresentamos neste relatório as informações gerenciais de previdência e de investimentos relativas ao exercício de 2016 do Nucleos. O ano foi marcado por diversas oscilações nas economias do País e do mundo. Para superar os cenários incertos, a entidade precisou promover alguns ajustes na gestão como um todo a fim de conquistar melhores resultados financeiros e de eficiência.

No presente relatório, poderão ser verificados todos os números do balanço e constatar que a gestão, técnica e criteriosa, aliada à ética foi a força que movimentou toda a engrenagem do Instituto – a engrenagem que fez com que a Entidade não apenas superasse as dificuldades, mas chegasse ao fim de um ano turbulento com evidente sucesso.

É importante destacar que a divulgação do conteúdo desta publicação visa atender à Resolução CGPC nº 23, de 6 de dezembro de 2006, e também tem por finalidade apresentar, de forma clara e completa, aos participantes, assistidos, patrocinadoras e colaboradores, o desempenho, as estratégias, os processos e a governança da Entidade.

O Relatório Anual 2016 do Nucleos está disponível no site da Entidade (www.nucleos.com.br) no formato PDF.

Ressalta-se também que, com a edição da Instrução Previc nº 13, de 12 de novembro de 2014, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar foram desobrigadas do envio do Relatório Anual de Informações impresso aos seus participantes, devendo remetê-lo somente para aqueles que o solicitarem.

Boa leitura a todos!

2. MENSAGEM DA DIRETORIA

Gestão e ética superaram as turbulências

Foco na gestão e na ética. Com essa determinação, o Nucleos conseguiu superar as turbulências de ordem política e econômica que marcaram o País ao longo de 2016. O ano foi de fato difícil, pontuado por altos e baixos decorrentes das incertezas e indefinições na conjuntura nacional; porém, os resultados finais do Instituto são, para todos nós, muito animadores.

Concentramos nossos esforços no equacionamento dos pontos mais relevantes, pontos esses que poderiam comprometer o desempenho do Nucleos, e as páginas deste Relatório Anual de Informações – RAI não deixam margem para dúvidas: foi alcançado um resultado positivo no exercício concluído em 31 de dezembro de 2016.

Sem desvios de seus objetivos, o Plano Básico de Benefício Definido – PBB cumpriu o compromisso social e econômico-financeiro assumido com participantes ativos, aposentados e pensionistas.

Nos 12 meses do exercício, houve contenção das despesas administrativas e de custeio na gestão financeira, e o orçamento realizado ficou 14,01% abaixo do valor orçado.

Por sua vez, o Ativo Líquido (patrimônio previdenciário) fechou 2016 acima da Provisão Matemática, gerando um superávit técnico

de R\$ 133 milhões ao final do exercício, e a rentabilidade dos investimentos foi de 22,92% ao ano, superando a meta atuarial acumulada de 12,79% a.a.

Sob o ponto de vista de regulação e fiscalização, todas as solicitações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e das nossas empresas patrocinadoras foram prontamente atendidas.

Em relação aos participantes, a área de Atendimento do Instituto contabilizou nada menos que 14.061 mil solicitações – todas elas igualmente atendidas. A intensificação do relacionamento do Nucleos com seus participantes e com as patrocinadoras Eletro-nuclear, INB e Nuclep ocorreu através, entre outras ações, da realização de 19 palestras de apresentação dos resultados da Entidade.

Mais um ano, mais uma recertificação pela Norma ISO 9001, através do Bureau Veritas, com relação aos processos de controles internos da Entidade. Processos, aliás, cujos riscos foram submetidos à análise de uma consultoria externa e que receberam, da mesma forma, avaliação positiva.

Destacamos ainda a aprovação da implantação do Plano de Contribuição Variável – CV pelas patrocinadoras e, em decorrência, o início da preparação da documentação complementar a ser submetida aos

órgãos reguladores.

As realizações acima devem-se, em grande medida, à união das competências técnicas e gerenciais dos nossos colaboradores, que exerceram suas atribuições com determinação e o comprometimento observando os princípios que regem a gestão da ética e as boas práticas de governança corporativa – e, assim, vamos continuar a trabalhar juntos, pois todos nós temos um objetivo comum de zelar pela perenidade do Nucleos.

O ano de 2016 notabilizou-se, desse modo, como um ano de consolidação da imagem do Nucleos como uma Entidade séria e responsável. Entretanto, os desafios que se encontram à frente do Instituto nos próximos anos vão continuar a requerer o trabalho contínuo de todo o seu corpo funcional, juntamente com os demais órgãos estatutários e seus parceiros.

Por fim, a Diretoria Executiva agradece a todos os colaboradores por seus desempenhos éticos, pela dedicação incondicional e competência, e também aos membros do Conselho Deliberativo, pelas diretrizes traçadas nos assuntos de maior relevância; aos membros do Conselho Fiscal; e, ainda, às patrocinadoras Eletro-nuclear, INB e Nuclep pelo permanente apoio.

Diretoria Executiva do Nucleos
(da esquerda para direita)

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro

Armindo D'Ascenção Silva
Presidente

Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios



3. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2016

LINHA DO TEMPO

- Início das negociações com as empresas com as quais o Nucleos tem contrato, visando à redução de despesas.

- Ciclo de Palestras de 2016: o Nucleos começa sua série de visitas às unidades das patrocinadoras.
 - Nucleos lança a 100ª edição do Nuclin Express, seu principal informativo.

- Concluído Primeiro Ciclo de Autoavaliação de riscos e ambiente de controles do Instituto, realizado pela empresa especializada RiskOffice.
- Finalização do Ciclo de Palestras de apresentação dos resultados do Instituto relativos ao exercício de 2015.
- Início do processo eleitoral para a escolha do novo diretor de Benefícios.

JANEIRO

FEVEREIRO

MARÇO

ABRIL

MAIO

JUNHO

- Início da elaboração do Novo Código de Conduta e Ética do Nucleos.

- Plano de Custeio do Nucleos para 2016 é aprovado pelo Conselho Deliberativo.
- Divulgação do Relatório Anual de Informações 2015 a todos os participantes e patrocinadoras.

- Instituto recebe a Delegação de Técnicos e Gestores da CPS/MININT – Caixa de Proteção Social do Ministério do Interior da República de Angola.
- É realizada e concluída a auditoria das patrocinadoras.

- Já aprovado pelas patrocinadoras INB e Eletronuclear, o Plano de Contribuição Variável – CV é submetido ao Conselho de Administração da Nuclep.

- O Instituto comemora 37 anos de existência.
 - Conclusão do processo eleitoral para Diretor de Benefícios

- Início da elaboração do Planejamento Estratégico 2017.
- Conclusão da elaboração do Orçamento 2017.
- Conclusão da elaboração da Política de Investimentos e do Manual de Investimentos.

JULHO

AGOSTO

SETEMBRO

OUTUBRO

NOVEMBRO

DEZEMBRO

- Nucleos mantém a certificação da Norma ISO 9001 Versão 2008 pelo Bureau Veritas Certification (BVC).

- Início da eleição para a escolha de dois membros e seus suplentes do Conselho Fiscal.

- Superávit: Nucleos fecha o exercício de 2016 com saldo positivo de R\$ 133 milhões.



BRASIL
PLURAL

PESSOAS EXCELENTES CONSTRÓEM EMPRESAS EXCELENTES

www.brasilplural.com/jeitoplural



Informe Publicitário

ADVERTÊNCIAS: Este material não constitui uma oferta e/ou solicitação de aquisição de quotas de fundos de investimento. As informações contidas neste material são de caráter exclusivamente informativo. A Brasil Plural Gestão de Recursos não comercializa e nem distribui cotas de fundos ou qualquer outro ativo financeiro. CONTATO: Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda. Praia de Botafogo, 228, 9º andar, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22250-906. Telefone: (21) 3923-3000. Website: www.brasilplural.com. Email: asset@brasilplural.com. OUVIDORIA: Email: ouvidoria@brasilplural.com, Telefone: 0800-878-8725.



A presente instituição aderiu ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

INSTITUCIONAL





4. O INSTITUTO

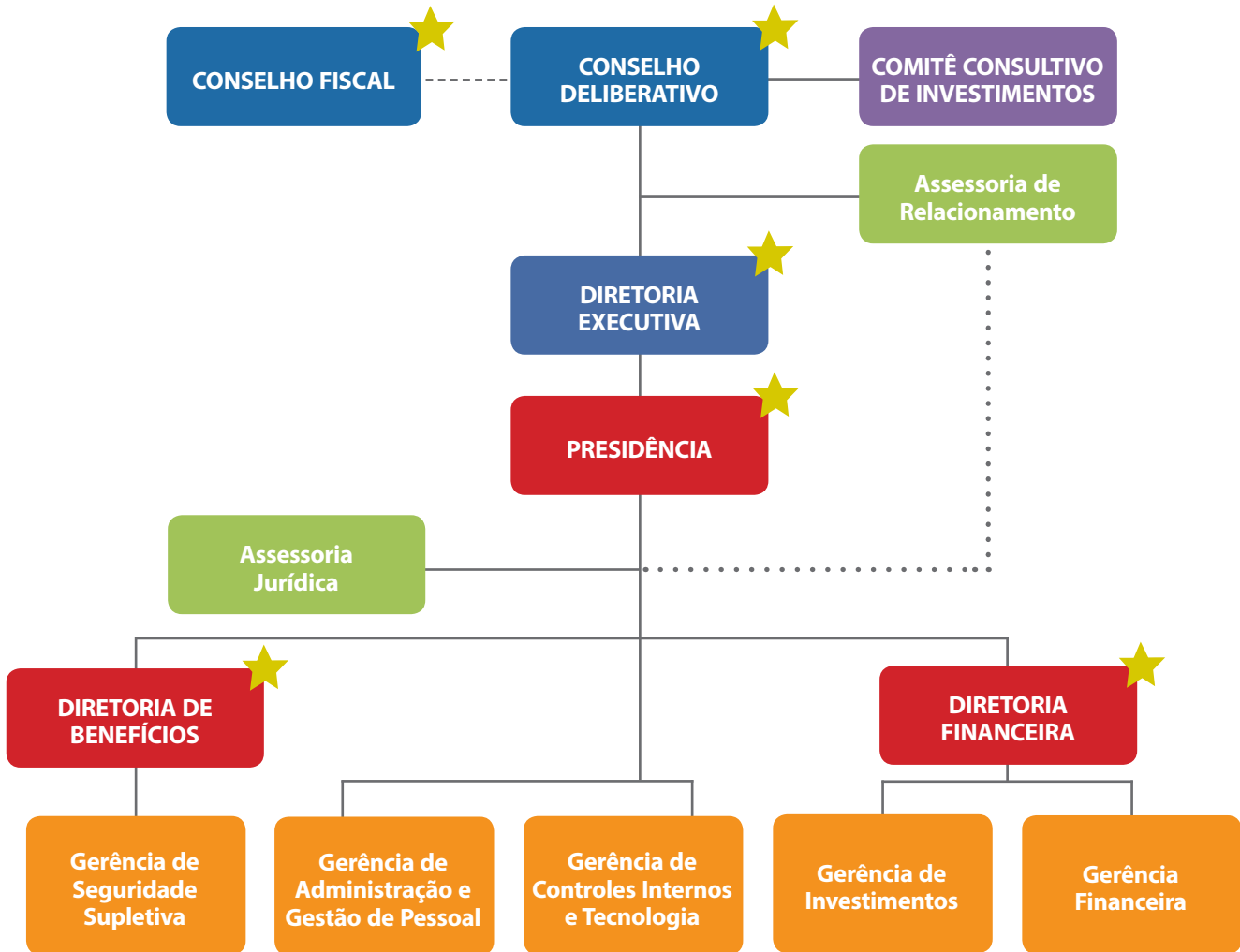
Fundado em 1979, o Nucleos – Instituto de Seguridade Social foi instituído para ser o fundo de pensão do setor nuclear do País, englobando todos os funcionários da Nuclebrás e de suas subsidiárias, e com um plano único de Benefício Definido e solidário entre os participantes e as patrocinadoras, Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, além do próprio Nucleos. Desde a sua fundação, o Nucleos é mantido por contribuições mensais das empresas patrocinadoras e de seus empregados.

São três as esferas estatutárias responsáveis pela administração do Instituto: o Conselho Deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração da Entidade e de seus planos de benefícios; o Conselho Fiscal, órgão de controle interno do Instituto, que zela pela sua gestão econômico-financeira; e a Diretoria Executiva, que é o órgão responsável pela administração do Nucleos, em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo.

O Comitê Consultivo de Investimentos é um órgão não estuário de grande importância para o Instituto; ele se constitui em uma instância consultiva do Conselho Deliberativo do Nucleos, tendo como objetivo recomendar diretrizes a serem observadas na Política de Investimentos, nas aplicações financeiras e no acompanhamento das atividades financeiras do Nucleos.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

5.1 ORGANOGRAMA



Legenda

- Órgãos Máximo, de Controle e de Administração
- Diretoria Executiva
- Instância Consultiva
- Assessorias
- Gerências
- ★ Órgão Estatutário
- Sem Subordinação Hierárquica
- Subordinação Administrativa

CORPO FUNCIONAL
Diretores - 03
Gestores - 07
Analistas e Assistentes - 26
Estagiários - 03
Total do Corpo Funcional - 39

CONSELHO DELIBERATIVO

CONSELHO DELIBERATIVO - 6 membros	
TITULARES	SUPLENTES
Paulo César da Rocha Dantas - presidente Indicado pela Patrocinadora INB	Pedro Francisco Dias Calheiros Boite Indicado pela Patrocinadora INB
Daniel Moraes da Costa INB - Representante eleito pelos participantes	Vago
Ricardo Cesar Quintella Lioy Indicado pela Patrocinadora Eletronuclear	Ronaldo Teixeira Buffa Indicado pela Patrocinadora Eletronuclear
Clezio dos Santos Oliveira Indicado pela Patrocinadora Nuclep	Diego Cunha Brum Indicado pela Patrocinadora Nuclep
Hermínio de Aguiar Caldeira INB - Representante eleito pelos participantes	Antero de Aguiar Peres INB - Representante eleito pelos participantes
Rosângela Vieira Paes da Silva Nuclep - Representante eleita pelos participantes	Samira Aparecida de Sena Osório INB - Representante eleita pelos participantes

CONSELHO FISCAL

CONSELHO FISCAL - 4 membros	
TITULARES	SUPLENTES
Antônio Marcos de Oliveira Alves Sena - Presidente INB - Representante eleito pelos participantes	Eduardo Zaroni INB - Representante eleito pelos participantes
Paulo Cesar Chrispim INB - Representante eleito pelos participantes	Vago
Luiz Fernando Henriques Indicado pela Patrocinadora Eletronuclear	Luiz Otávio Artilheiro Indicado pela Patrocinadora Eletronuclear
Luis Antônio Domingues Correia Indicado pela Patrocinadora INB	Marlon Fagundes Pereira Indicado pela Patrocinadora INB

COMITÊ CONSULTIVO DE INVESTIMENTOS

COMITÊ CONSULTIVO DE INVESTIMENTOS - DE + 5 membros (3 participantes ou assistidos; 1 membro do Conselho Deliberativo sem direito a voto; o titular da Gerência de Investimentos - secretário, sem direito a voto)	
Nelson Ramos Nogueira Filho (coordenador/INB)	Armando D'Ascenção Silva
David Espinha Ferreira da Costa (Eletronuclear)	Luiz Claudio Levy Cardoso
Gilmax de Oliveira Araújo (Nuclep)	Paulo Sérgio Poggian
Paulo Cesar da Rocha Dantas (INB)	Ruy Costa Ferreira Filho

5.2 CERTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE

Administrar um fundo de pensão é uma tarefa que requer a especialização dos seus administradores: a Resolução CGPC nº 13 exige que os gestores tenham “competência técnica e gerencial compatível com a exigência legal e estatutária e com a complexidade das funções exercidas, em todos os níveis da administração da EFPC, mantendo-se os conselheiros, diretores e empregados permanentemente atualizados em todas as matérias pertinentes às suas responsabilidades”.

Todos os gestores, diretores e conselheiros do Núcleo são devidamente certificados e sua equipe tem reconhecida qualificação técnica. A implantação de um programa de certificação dos dirigentes, além de alinhar-se com as melhores práticas de gestão, criou um novo paradigma de excelência técnica e

gerencial dos fundos de pensão brasileiros, ao qual o Instituto já aderiu.

A certificação, além de ser uma obrigação legal, é um importante instrumento de qualificação dos profissionais das Entidades de Previdência Complementar. As regras a respeito de certificações estão reguladas pela Resolução do Conselho Monetário nº 3.792, de 2009, e pela Resolução Bacen nº 4.275, de 31 de outubro de 2013. A Entidade investe no reconhecimento da qualificação técnica de seus profissionais e conselheiros.

O Instituto prima pela qualidade de seus serviços e participa das principais comissões da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) - fontes mais relevantes de inovação e debates do setor. São elas:

EQUIPE NUCLEOS	COMISSÃO TÉCNICA - Abrapp
Andreia Simões Lemos Alegre	Regional Sudeste - Assuntos jurídicos
Fernando Martins Santos	Regional Sudeste - Contabilidade
Isaac Ferreira da Silva	Regional Sudeste - Governança
Jorge Pedro da Costa Ewbank	Regional Sudeste - Recursos humanos
Kenia Merheb Diniz	Regional Sudeste - Relacionamento com o participante
Ítalo Jose da Silva	Regional Sudeste - Seguridade
Ruy Costa Ferreira Filho	Regional Sudeste - Investimentos
Suene Alves Brandão Guimarães	Regional Sudeste - Comunicação e Marketing

5.3. GESTÃO DA QUALIDADE

O Nucleos obteve sua primeira certificação em 2006 com a empresa certificadora Bureau Veritas Certification (BVC) e se recertificou nos anos de 2009, 2012 e 2015.

Assim como o Sistema de Gestão da Qualidade evoluiu nestes anos em que o Nucleos se certificou, passando da ISO 9001:2000 para a ISO 9001:2015, o Instituto também evoluiu. Passou da padronização inicial das atividades, da melhoria dos processos e da gestão dos resultados para o foco estratégico, garantindo, com isso, uma visão estratégica do negócio. Em todas as fases, a disseminação da cultura da qualidade no ambiente interno foi fundamental.

Todas essas etapas podem ser traduzidas em um melhor atendimento aos participantes e assistidos, na criação de um ambiente interno com envolvimento de todos os colaboradores, na redução do retrabalho e desperdício de tempo. Além disso, ao identificar, entender e gerenciar os processos inter-relacionados, pode-se contribuir com a eficácia e eficiência do Instituto.

A preocupação básica do Nucleos é a melhoria contínua e a mitigação dos riscos envolvidos no negócio com agregação de valor na escolha dos parceiros externos. A cultura, o envolvimento dos colaboradores e a busca por melhores ferramentas e formas de trabalhar proporcionam flexibilidade e facilidade para que o Instituto possa adaptar seus processos às mudanças normativas, financeiras e políticas, passando da fase reativa para as fases preventiva e proativa.

A Gestão da Qualidade conta com um representante de cada área do Instituto. Essa participação é fundamental, pois proporciona uma melhor distribuição das informações e facilita a solução de problemas das áreas, uma vez que cada um passa a enxergar a Enti-

dade como um todo, e não como uma parte.

5.4. AUDITORIAS

5.4.1. PREVIC – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Previc iniciou um processo de fiscalização no Instituto, mediante ofício recebido em março de 2016, que foi atendido em julho do mesmo ano por meio de relatório e documentos entregues àquela autarquia.

5.4.2. PATROCINADORAS

A auditoria conjunta das Patrocinadoras Eletronuclear, INB e Nuclep foi efetuada nos meses junho e julho de 2016.

5.4.3. AUDITORIA DE GESTÃO DA QUALIDADE

A auditoria de gestão da qualidade é feita anualmente pela certificadora Bureau Veritas Certification – BVC e semestralmente pela empresa Kaizen Consultores.

A BVC, nas fases de certificação e recertificação (a cada três anos), audita todos os processos do Nucleos e, nas fases de manutenção da certificação (anualmente), audita amostras significantes do sistema de gestão. Por sua vez, a auditoria feita pela empresa Kaizen avalia todos os processos do Instituto em duas auditorias por ano, atendendo à exigência da norma e preparando a Entidade para as auditorias anuais feitas pelo organismo certificador.

5.4.4. BENEFÍCIOS E JOIA

Mensalmente é realizada auditoria em todos os cálculos da joia dos participantes que aderem ao Plano Básico de Benefícios – PBB e nos benefícios concedidos aos participantes. Essa auditoria é realizada por empresa externa.

6. GESTÃO DE BENEFÍCIOS

6.1. INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE O PBB

O Plano Básico de Benefícios – PBB (CNPB nº 1979.0022-74) administrado pelo Nucleos é um plano na modalidade de benefício definido e tem como empresas patrocinadoras a Eletrobrás Ter-

monuclear S.A. – Eletronuclear, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, a Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e o próprio Instituto. Na definição dos custos é considerada a solidariedade entre todas as empresas.

6.1.1. PARTICIPANTES ATIVOS

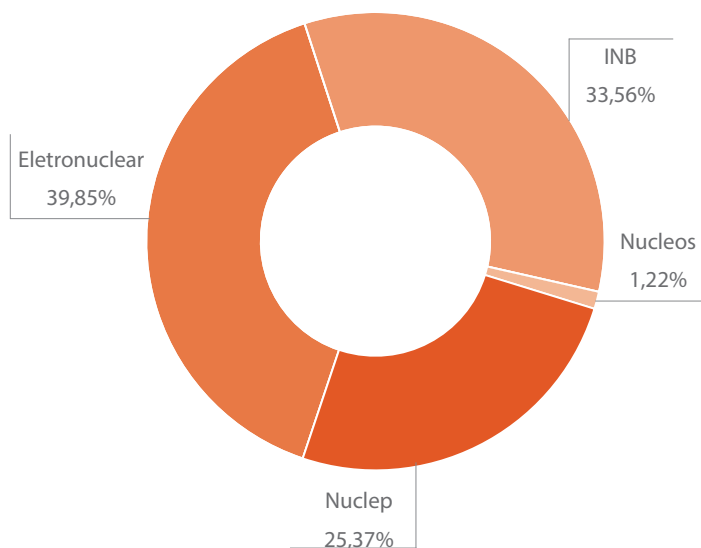
No encerramento do exercício de 2016, o Nucleos contou com 3.433 participantes ativos, como demonstra o quadro abaixo (distribuição dos participantes ativos por patrocinadora e com a variação percentual em relação ao ano anterior):

Patrocinadora	2015	2016	Varição
INB	1.166	1.152	-1,20%
Eletronuclear	1.482	1.368	-7,69% *
Nuclep	891	871	-2,24%
Nucleos	43	42	-2,33%
TOTAL	3.582	3.433	-4,16%

Observação: do total de 3.433 participantes em 2016, 33 são autopatrocinados (ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Nucleos), assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora, e 6 participantes estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido.

*A variação de 7,69% verificada na Patrocinadora Eletronuclear, foi em virtude do plano de aposentadoria incentivada elaborado pela mesma.

DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR PATROCINADORA



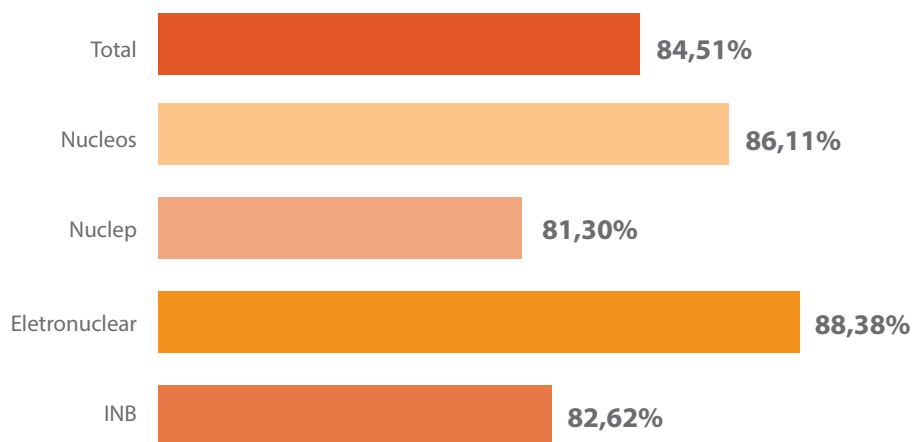
6.1.2. RELAÇÃO PARTICIPANTES/EMPREGADOS

O percentual de adesão dos funcionários das patrocinadoras ao Plano Básico de Benefícios até dezembro de 2016 foi o seguinte:

Patrocinadora	Participantes	Empregados	Adesão
INB	1.141	1.381	82,62%
Eletronuclear	1.361	1.540	88,38%
Nuclep	861	1.059	81,30%
Nucleos	31	36	86,11%
Total	3.394	4.016	84,51%

Observação: na coluna "Participantes" foram desconsiderados os 33 autopatrocinados (ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Nucleos), assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora, e 6 participantes que estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido.

PERCENTUAL DE ADESÃO AO PLANO

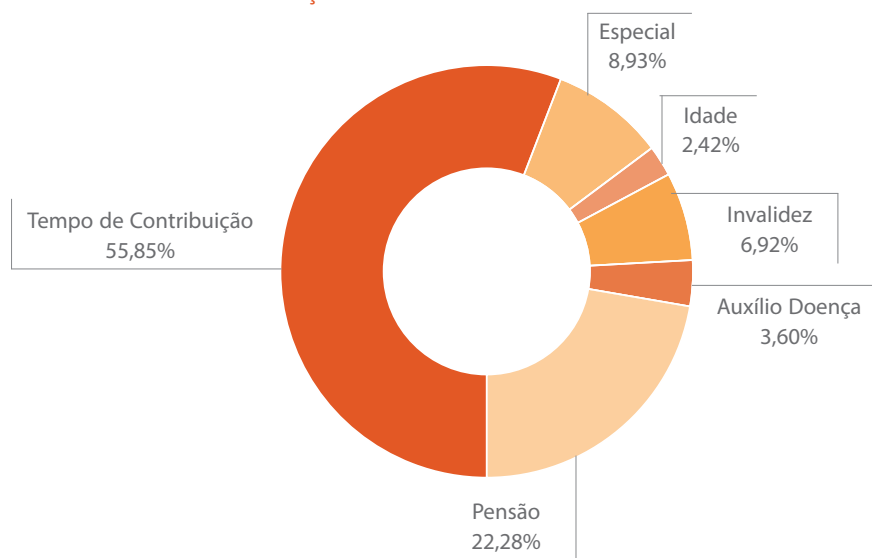


6.1.3. PARTICIPANTES ASSISTIDOS

Em 31 de dezembro de 2016, o número de benefícios pagos atingiu a posição de 1.445, o que significa um aumento de 10,98% em relação ao ano anterior.

Tipo de Benefício	2015	2016	Variação Anual
Tempo de Contribuição	688	807	17,30%
Especial	124	129	4,03%
Idade	35	35	0,00%
Invalidez	98	100	2,04%
Auxílio-Doença	41	52	26,83%
Pensão	316	322	1,90%
Total	1.302	1.445	10,98%

DISTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDOS POR TIPO DE BENEFÍCIOS



Observação: O aumento da quantidade de benefícios concedidos em 2016, foi em virtude do plano de aposentadoria incentivada elaborado pela patrocinadora Eletronuclear.

6.2. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial é o dimensionamento do volume de recursos necessários (contribuições) para o financiamento do compromisso (provisões) firmado entre a Entidade (Nucleos) e o participante através do regulamento.

Em síntese, a avaliação atuarial consiste em calcular, de acordo com as premissas atuariais e o método de financiamento estabelecido em nota técnica atuarial, o valor atual necessário para a garantia dos benefícios prometidos de acordo com o regulamento do Plano Básico de Benefícios.

A avaliação atuarial anual de 2016 foi realizada pela empresa de assessoria externa responsável pelos cálculos atuariais do Plano Básico de Benefícios administrado pelo Nucleos, a Mercer Gama, de acordo com a metodologia determinada em nota técnica atuarial e em consonância com as Leis

Complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001. Os dados cadastrais dos participantes foram fornecidos pelo Nucleos na data base de 30 de junho de 2016. Com base nesta avaliação atuarial, foi apurado o plano de custeio para vigorar no período de 01/04/2017 a 31/03/2018.

A íntegra do parecer atuarial elaborado pela Mercer Gama encontra-se disponível neste Relatório Anual.

Mensalmente será verificada a equivalência entre os valores de contribuição normal efetivamente aportados pelos participantes e patrocinadores, procedendo-se aos ajustes financeiros necessários, de forma que a paridade contributiva seja observada. Para informações sobre a paridade referente ao plano de custeio de 2016, verificar item específico em "Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas", disponível neste Relatório Anual de Informações.

7. GESTÃO ADMINISTRATIVA

7.1. POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO

O Nucleos trabalha para promover uma administração competente, que tenha como pilares para a gestão e a prestação de contas os interesses de seus públicos de relacionamento e as regras impostas pela legislação. Hoje, a prioridade é a satisfação dos interesses dos participantes e assistidos.

A atual administração do Nucleos tem plena consciência de que sua atuação é de fundamental importância, sendo decisiva para minimizar, sensivelmente, os possíveis prejuízos decorrentes do risco inerente à gestão do patrimônio. O esforço, permanentemente, tem como foco a garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela Entidade.

O objetivo principal da estrutura, políticas, práticas e instrumentos de governança corporativa da Entidade é garantir a confiabilidade, manter a gestão sempre transparente aos participantes, patrocinadoras, colaboradores e demais públicos, direta e indiretamente impactados pela atuação de seus gestores.

Além de estrutura organizacional e ações com alto nível de aderência às melhores práticas, a página na internet do Instituto (www.nucleos.com.br) oferece acesso integral a um conjunto de documentos fundamentais para que participantes e demais públicos estratégicos conheçam em detalhes suas diretrizes de gestão:

- Estatuto do Nucleos
- Código de Ética
- Regulamento do Plano de Básico de Benefícios
- Coletânea de Normas
- Manual de Governança Corporativa
- Demonstrações Atuariais
- Demonstrações Contábeis
- Comunicados

- Informativos
- Políticas de Investimentos
- Manual de Investimentos
- Acompanhamento da Política de Investimentos
- Participação em Assembleias
- Estatísticas do Atendimento

Com isso, o Nucleos está sempre à procura de assegurar a manutenção da qualidade de vida de todos os seus participantes no presente e no futuro, promovendo uma administração transparente e eficiente dos recursos dos seus planos de benefícios.

7.2. CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA

O Código de Conduta e Ética do Nucleos é o conjunto de normas de comportamento e de valores éticos e morais a serem observados pelos integrantes dos órgãos estatutários e funcionários do Instituto e, devem reger o dia a dia de cada um.

Alinhado com a cultura corporativa da Entidade, o Código de Ética e Conduta do Nucleos está disponível para consulta no site www.nucleos.com.br e é dever de todos os profissionais da Entidade conhecê-lo e compartilhá-lo.

7.3. SISTEMA CORPORATIVO – GESTÃO DE RISCOS

O Instituto trabalha para fortalecer e maximizar seus padrões de segurança com o objetivo de proteger seus processos com eficácia e prudência, além de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos seus planos de benefícios. Persistindo no objetivo de aprimorar seus sistemas corporativos, o Nucleos intensificou as medidas para consolidar sua gestão integrada, o que garante transparência, rapidez e confiabilidade nas suas ações e informações. Por isso, monitora constantemente os riscos aos quais está exposto, de acordo com as melhores práticas do mercado e em linha com as recomen-

dações de “supervisão baseada em risco” da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

O gerenciamento de riscos insere-se no compromisso do Nucleos com a criação e preservação de valor aos seus participantes e assistidos, atuando de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos para seu ambiente interno e externo de atuação. Essa gestão deve auxiliar os tomadores de decisão a fazer escolhas conscientes, priorizar ações e distinguir entre formas alternativas de atuação.

As ações de resposta ao risco devem considerar as possíveis consequências de longo prazo para o Nucleos e devem ser priorizadas de acordo com a agregação ou preservação de valor aos participantes e assistidos, sempre em linha com a perpetuidade do Instituto.

7.3.1. MATRIZ DE RISCO

O Nucleos possui uma Matriz de Riscos que compreende seus principais riscos corporativos, baseados na sua probabilidade de ocorrência e na magnitude do seu impacto nos negócios do Instituto. Esta Matriz deve ser revisada anualmente (avaliação dos riscos no 1º semestre e acompanhamento dos planos de ação no 2º semestre), semestralmente, a critério da Diretoria e em função da quantidade dos planos de ação (avaliação dos riscos e planos de ação no mesmo semestre), ou a qualquer momento, considerando as circunstâncias e a mudança na sua magnitude de impacto.

Dentre os vários instrumentos de controle utilizados pelas áreas do Instituto e que compõem a Matriz de Risco do Nucleos, é importante mencionar o “Modelo Proprietário de Riscos” que visa não somente avaliar o retorno dos investimentos, mas também controlar todos os riscos envolvidos (mercado, liquidez, contraparte, operacional, legal,

imagem, atuarial e governança) em todos os investimentos.

7.3.1.1. MAPEAMENTO DOS PROCESSOS

O Nucleos utiliza o mapeamento de processos como uma ferramenta gerencial que tem como objetivo identificar as informações, o fluxo, as partes envolvidas, capacidades, competências e recursos para atender todos os componentes necessários, fazendo com que todas as atividades do Instituto saiam conforme o planejado, com poucas alterações e sem problemas. A importância de mapear e controlar os processos do Nucleos é, portanto, indiscutível. Através dessa técnica amadurecemos os negócios da Entidade e encontramos caminhos para a evolução da organização e de sua gestão. Utilizamos a análise que o mapeamento promove para identificar problemas, priorizar os mais urgentes e entender a razão de estarem acontecendo.

Essa técnica adotada pelo Nucleos proporcionou a participação de todos os colaboradores na revisão, reestruturação e redesenho dos processos do Instituto, tendo como eixo o alinhamento entre estratégia, processos, pessoas e tecnologia e de forma substantiva à ampliação das boas práticas existentes e necessárias para um fundo de pensão. Através da Comissão do Sistema de Gestão de Qualidade do Nucleos, composta por um representante de cada área do Instituto, os mesmos avaliam e revisam permanentemente todos os processos da Entidade visando adequá-los às novas metas e desafios estabelecidos.

A experiência no mapeamento dos processos também facilitou a padronização das percepções sobre a avaliação de riscos e controles internos, bem como um maior conhecimento e integração dos colaboradores nas diversas atividades e ações do Instituto. Isto é, identificam-se oportunidades de melhorias importantes, colocando o Nucleos no caminho do aperfeiçoamento constante.

7.4. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas do Núcleos com a administração do Plano Básico de Benefícios no exercício de 2016 totalizaram R\$ 15.064 mil (R\$ 14.479 mil, em 2015). O detalhamento dessas despesas administrativas é apresentado no quadro a seguir.

Em milhares de Reais

Descrição	Exercício de 2016				Exercício de 2015
	Administração Previdencial	Administração dos Investimentos	Total das Despesas Administrativas	% em relação ao total das despesas	Total das Despesas Administrativas
Despesas Administrativas (PGA)	8.041	7.023	15.064	100,00	14.479
Pessoal e encargos	5.083	4.507	9.590	63,66	9.021
Conselheiros	181	160	341	2,26	228
Dirigentes	1.135	1.006	2.141	14,21	2.205
Pessoal próprio	3.733	3.311	7.044	46,76	6.521
Estagiários	34	30	64	0,43	67
Treinamentos, congressos e seminários	56	49	105	0,70	159
Viagens e estadias	70	63	133	0,88	154
Serviços de terceiros	1.216	970	2.186	14,51	2.258
Informática	455	404	859	5,70	822
Consultoria jurídica	165	147	312	2,07	377
Consultoria atuarial	245	-	245	1,62	251
Consultoria em investimentos	-	157	157	1,04	147
Auditoria contábil	76	68	144	0,96	132
Terceirizados (limpeza/copa cozinha)	76	67	143	0,95	139
Comunicação	72	64	136	0,91	144
Consultoria em recursos humanos	33	29	62	0,41	72
Auditoria de benefícios	55	-	55	0,36	104
Demais serviços de terceiros	39	34	73	0,49	70
Despesas gerais	959	850	1.809	12,01	1.727
Aluguel imóvel uso próprio	484	429	913	6,07	844
Condomínio e taxas	117	104	221	1,47	208
Telefone	54	47	101	0,67	99
Serviços de impressão e cópias	45	39	84	0,56	86
Material de consumo	41	37	78	0,52	53
Contribuições associações/sindicatos	41	36	77	0,51	68
Seguros	38	34	72	0,48	64
Correios (serviços postais)	34	30	64	0,42	41
Energia elétrica	30	27	57	0,37	57
Despesas de cartório	20	18	38	0,25	45
Serviços gráficos	10	9	19	0,12	24
Demais despesas gerais	45	40	85	0,57	138
Depreciação e amortização	108	96	204	1,36	227
Tributos	549	488	1.037	6,88	933
PIS e Cofins	428	381	809	5,36	749
TAFIC - Taxa de fiscalização e controle (PREVIC)	106	94	200	1,33	160
Imposto predial - IPTU	14	13	27	0,18	24
Demais tributos	1	-	1	0,01	-

No exercício de 2016, as despesas administrativas do PGA (R\$ 15.064 mil) cresceram 4,04% em relação às despesas administrativas do exercício de 2015 (R\$ 14.479 mil), bem abaixo da inflação medida pelo INPC, que fechou o ano em 6,58%. Esse resultado é fruto do acompanhamento e controle rigoroso das despesas, com aplicação eficiente dos recursos administrativos na gestão do plano de benefícios do Nucleos.

As despesas administrativas em 2016 ficaram em 0,60% dos recursos garantidores do PBB (o limite de custeio é de 1%) e 0,51% do ativo total do Instituto.

8. COMUNICAÇÃO

A comunicação é vital num modelo de governança moderno. As estratégias desta área da Instituição buscam aprimorar o relacionamento e aproximar cada vez mais os participantes do Instituto.

Todos os veículos de comunicação (site, informativos eletrônicos: Nuclin Express e comunicados; e informativos impressos: Nuclin) foram desenvolvidos de forma a manter o participante sempre bem informado – o que contribui para o fortalecimento dos vínculos de confiança e reforça o compromisso do Nucleos de atender com eficácia as necessidades dos seus públicos de relacionamento. A busca pela linguagem mais clara, simples e direta é a principal preocupação do Instituto.

Pelo dever de informar tudo o que acontece dentro do Instituto e no setor, as publicações levantaram os principais assuntos discutidos no referido ano na esfera dos fundos de pensão, na área econômica e do próprio Nucleos. Dentre as publicações destaca-se a criação do Nuclin Express – Edição Especial/“Raio-X do Nucleos”, um resumo dos números do Instituto buscando utilizar sempre uma linguagem simples, direta e de fácil compreensão.

As ações de comunicação têm como objetivo

proporcionar aos participantes – ativos e assistidos, dirigentes das patrocinadoras, membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, governo e demais públicos de interesse mapeados em nossa matriz – condições de acompanhar, com transparência e equidade, a gestão da Entidade e seu plano. Sendo assim, vale salientar as visitas da Diretoria do Executiva do Nucleos às patrocinadoras a fim de apresentar os resultados financeiros do Instituto e demais assuntos relacionados ao mesmo.

Ressaltamos aqui a importância de que cada participante mantenha o seu e-mail atualizado no cadastro. Só assim é possível garantir que as mensagens cheguem aos endereços eletrônicos de todos os participantes que possuem e-mail no cadastro do Instituto.

A comunicação contribui para o fortalecimento das relações. Por meio dela, constroem-se vínculos. Informação relevante e com veracidade, transparência e tempestividade são orientadores estratégicos de comunicação no Nucleos.

8.1. COMUNICAÇÃO EM NÚMEROS

- **13** edições do Nuclin Express
- **4** edições do Nuclin Express Raio-X – Edição Especial
- **Relatório Anual 2015**
- **45.427** acessos ao portal
- **65** notícias no site
- **15** comunicados
- **19** palestras da Diretoria Executiva para os participantes nas patrocinadoras

9. RELACIONAMENTO COM O PARTICIPANTE

O Nucleos acredita que manter um relacionamento cada vez mais próximo e transparente é essencial para aumentar a satisfação dos participantes, assistidos e patrocinadoras. Por isso, o Instituto disponibiliza diversos canais de relacionamento que buscam manter

seus públicos sempre bem informados e atender com eficiência todos os contatos recebidos diariamente.

O atendimento requer uma série de ações que vão além da cordialidade, simpatia ou presteza nas informações, aliás, práticas estas que são inerentes a esse serviço. Por não entregar um bem tangível, um dos fatores imprescindíveis neste contexto é a confiança do participante não apenas nos serviços ou produtos, mas também nos profissionais e, principalmente, na Entidade.

9.1. CANAIS DE ATENDIMENTO

Para atender plenamente o participante com eficiência e qualidade, o Núcleo disponibiliza vários canais de atendimento. São eles:

CORRESPONDÊNCIA

Carta, fax e telegrama são utilizados para o envio de correspondência e documentos de interesse dos participantes.

ELETRÔNICO

O atendimento eletrônico é realizado por meio do site da Entidade (acesso restrito ou fale conosco) e e-mails. Possibilita serviços e consultas disponíveis para acesso eletrônico, bem como envio de dúvidas, reclamações e sugestões ao Instituto.

PRESENCIAL

Atendimento ao participante na sede do Núcleo em espaço personalizado e individualizado.

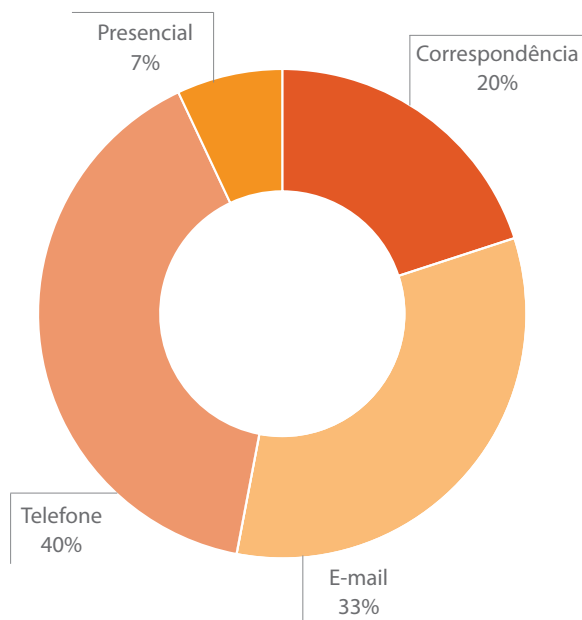
TELEFÔNICO

Por meio de quatro números de telefone amplamente divulgados, permite o esclarecimento de dúvidas sobre o plano e serviços oferecidos pela Entidade, e ainda o encaminhamento de reclamações, dúvidas ou solicitações.

E também há os atendimentos especializados, direcionados a públicos específicos.

9.2. ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTO

Durante o ano de 2016, foram realizados 14.061 atendimentos por meio dos diversos canais de relacionamento do Núcleo, sem contabilizar os acessos – que podem ser realizados a qualquer hora – através do Autoatendimento no site do Instituto. As principais solicitações foram: Simulação e esclarecimentos de benefícios; Empréstimos e Recadastramento.



É importante destacar que, através de pesquisa realizada com 10% das pessoas que entram em contato com o Instituto por telefone, o Núcleo mede mensalmente o grau de satisfação dos participantes com o atendimento e com a comunicação da Entidade. Em relação aos atendimentos pessoais, se o participante quiser, o mesmo preenche o formulário de pesquisa. A partir desse relatório, o Núcleo traça ações para consolidar, corrigir ou melhorar o que aponta os resultados das pesquisas.

R\$ 15 bilhões em ativos sob gestão da Icatu Vanguarda.

Um número de quem sabe que o maior ativo é a confiança do cliente.

Fazendo parte de um grupo presente no Brasil há mais de 25 anos, a **Icatu Vanguarda** acumula os mais reconhecidos **prêmios de performance de fundos de investimentos do país**.

Com toda essa solidez e competência, a **Icatu Vanguarda** se mantém à frente para oferecer aos seus clientes a mais alta qualidade na gestão de recursos.

Competência essa que tem sido reconhecida internacionalmente com o prêmio de **Best Fund Manager Brasil 2015**, dado pela **International Finance Magazine de Londres** e o prêmio de **Fund Manager of the Year - Brasil**, dado pela **The European Global Banking & Finance Awards 2017**.



MQ1 AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DE GESTOR DE INVESTIMENTO MOODY'S 2017	2° TOP 5 BANCO CENTRAL MÉDIO PRAZO IPCA 2016	1° TOP 5 BANCO CENTRAL CURTO PRAZO IPCA 2016	EXAME MELHOR GESTOR ESPECIALISTA DE FUNDOS DE RENDA FIXA ATIVOS	ValorInveste MELHOR CASA DE RENDA FIXA PELA VALOR INVESTE PRÊMIO TOP GESTÃO 2013 NA CATEGORIA RENDA FIXA	5° TOP 5 BANCO CENTRAL CATEGORIA IPCA MÉDIO PRAZO 2016	ValorInveste MELHOR CASA DE RENDA FIXA PELA VALOR INVESTE PRÊMIO TOP GESTÃO 2012 NA CATEGORIA RENDA FIXA	
INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda Dividendos FIA	ABRIL 2016	INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda Dividendos FIA	SETEMBRO 2015	CLASSIFICAÇÃO ★★★★★ ValorInveste Icatu Vanguarda Inflação Curta	JUNHO 2015	INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda Inflação Curta FII FIF	ABRIL 2016
INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda IBX FIA	MAIO 2015	INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda Crédito Privado FII RP LP	OUTUBRO 2014	INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda Inflação Longa FII FIF	ABRIL 2016	INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda Dividendos FIA	JUNHO 2015
INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda Dividendos FIA	OUTUBRO 2014	INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda FIC de FII FIF REAL	ABRIL 2016	INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda Ações IBX FII	MAIO 2015	INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda Inflação Curta FII FIF	OUTUBRO 2014

www.icatu Vanguarda.com.br

21 3824-7107 | asset@icatu Vanguarda.com.br



Fonte: ANBIMA, dezembro de 2016. Leia o prospecto e o regulamento antes de investir. A rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Fundos de investimento não contam com a garantia do administrador, do gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do fundo garantidor de crédito – FGC. Os investidores devem estar preparados para aceitar os riscos inerentes aos diversos mercados em que os fundos atuam, e, conseqüentemente, possíveis variações no patrimônio investido.







INVESTIMENTOS

10. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RENTABILIDADE NO ANO DE 2016

A meta atuarial é a rentabilidade mínima que os fundos devem alcançar para garantir que seus participantes e assistidos recebam suas aposentadorias, corrigidas pela inflação, sem comprometer o equilíbrio do plano.

No ano de 2016 a taxa de juros adotada na avaliação atuarial pelo Nucleos foi de 5,83% – que, conjugada com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 6,58%, resultou num compromisso de rendimento mínimo de 12,79%.

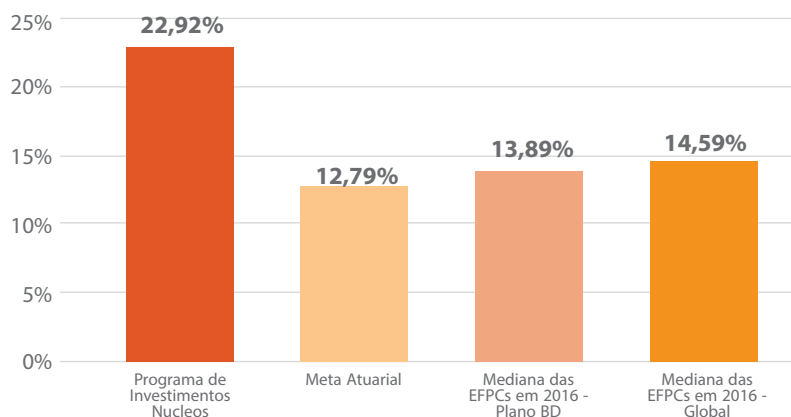
Apesar da crise política, do impeachment da presidente Dilma Rousseff, dos escândalos de corrupção, da saída do Reino Unido da Comunidade Europeia, da eleição para presidente dos Estados Unidos e da forte recessão que o Brasil atravessou, 2016 foi um ano bom para os investimentos do Nucleos.

Pode-se atribuir a boa rentabilidade do Instituto, principalmente, aos títulos públicos indexados ao IPCA e ao mercado de ações.

No ano 2016 os investimentos acumularam rentabilidade de 22,92%*, ante uma meta atuarial de 12,79%, variando positivamente 79,20% em relação à meta.

Meta Atuarial versus Programa de Investimentos

Programa de Investimentos NUCLEOS vs EFPCs
Rentabilidade acumulada em 2016



(*): Rentabilidade global da carteira de investimentos.

Fonte: Aditus / Nucleos

Abaixo, quadro com a rentabilidade dos principais ativos financeiros e a meta atuarial do Nucleos.

	2015	2016
CDI	13,23%	14,00%
Dólar Ptax Venda	47,01%	-16,54%
Ibovespa	-13,31%	38,91%
IMA-B	8,88%	24,81%
Meta Atuarial	17,67%	12,79%

CDI – Taxa média diária utilizada como referencial para o custo do dinheiro no mercado interbancário. Essa taxa também é utilizada como referencial para avaliar a rentabilidade das aplicações em fundos de investimento.

DÓLAR PTAX VENDA – Cotação do Dólar calculada pelo Banco Central do Brasil através da média ponderada do fechamento do câmbio dos negócios realizados no mercado interbancário.

IBOVESPA – Indicador do desempenho médio das ações das principais empresas negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Mais importante indicador do comportamento do mercado acionário no Brasil.

IMA-B – Índice de Mercado Anbima categoria B é um índice baseado em uma carteira teórica composta de Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-Bs), que são títulos públicos que remuneram o investidor em uma taxa de juros pré-fixada + a variação do IPCA no período.

META ATUARIAL – A meta atuarial é a rentabilidade mínima que os fundos devem alcançar para garantir que seus beneficiários recebam suas aposentadorias, corrigidas pela inflação, sem comprometer o equilíbrio do plano. A meta atuarial é composta pela taxa de juros conjugada com o índice de inflação (INPC).

INPC – Índice de inflação calculado pelo IBGE nas onze regiões de maior produção econômica entre famílias com rendimento mensais compreendidos entre 1 e 5 salários mínimos.

JUROS – Taxa de juros real adotada pelo plano de benefícios.

11. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos apresenta a descrição das principais práticas e diretrizes para os investimentos a serem implementadas ao longo de cinco anos. Ela obedece aos parâmetros estabelecidos nas regulamentações pertinentes às Entidades Fechadas de Previdência Complementar estabelecidas no âmbito do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As Políticas de Investimentos do Plano Básico de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa do Núcleos para o período de 2017 a 2021 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 25 de novembro de 2016, e sua íntegra está disponibilizada em nosso portal na internet.

Conforme determina a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CGPC nº 15/2014, em seu Anexo único, a taxa de juros real anual corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos, sendo que a EFPC poderá adotar taxa de juros real anual limitada ao intervalo compreendido entre 70% (setenta por cento) da taxa de juros parâmetro e 0,4% ao ano (quatro décimos por cento ao ano) acima da taxa de juros parâmetro.

A Taxa de Juros Parâmetro em vigor, conforme especificações da Portaria Previc nº 186/2016, é calculada de acordo com a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média e atualizada anualmente. Baseada no Estudo Prospectivo elaborado pela empresa Mercer Gama, a duração do passivo do Núcleos é de 17 anos, correspondendo a uma Taxa de Juros Parâmetro de 6,24% ao ano. Considerando os limites definidos na Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, a taxa mínima seria de 4,37% ao ano, enquanto a máxima de 6,64% ao ano.

O Instituto manteve a taxa real anual de juros de 5,83% ao ano para o exercício de 2017, alicerçado no estudo de aderência elaborado pela Mercer Gama.

12. ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTOS

12.1. ESTUDO DE MACROALOCAÇÃO DE ATIVOS

A metodologia empregada é o Asset Liability Management – ALM. O estudo de ALM permite a projeção da posição financeira do plano com a carteira atual e tem o objetivo de encontrar um conjunto de carteiras teóricas que maximizem a relação entre

o retorno dos investimentos, considerando a necessidade de cobertura do passivo. A evolução do ativo foi feita através da simulação de cenários macroeconômicos aplicados às classes de ativos que representam as opções de investimentos do plano. O passivo foi projetado levando-se em conta as hipóteses adotadas nos cálculos atuariais, que servem de base para a definição do plano de custeio (instrumento que define as contribuições necessárias para o pagamento de todas as aposentadorias e pensões até a data estimada do pagamento do último benefício devido).

O processo de macroalocação, norteado pelo equilíbrio do plano de benefícios, permite definir onde aplicar os recursos do plano, considerando os cenários macroeconômicos dos investimentos, as relações de risco e retorno das diversas classes de ativos e das características do passivo atuarial. Desta forma, também, orienta as decisões de alocações estratégicas, fornecendo metas e níveis de alocação entre segmentos e classes de ativos.

O estudo de ALM do Nucleos foi elaborado pela Aditus Consultoria Financeira Ltda.

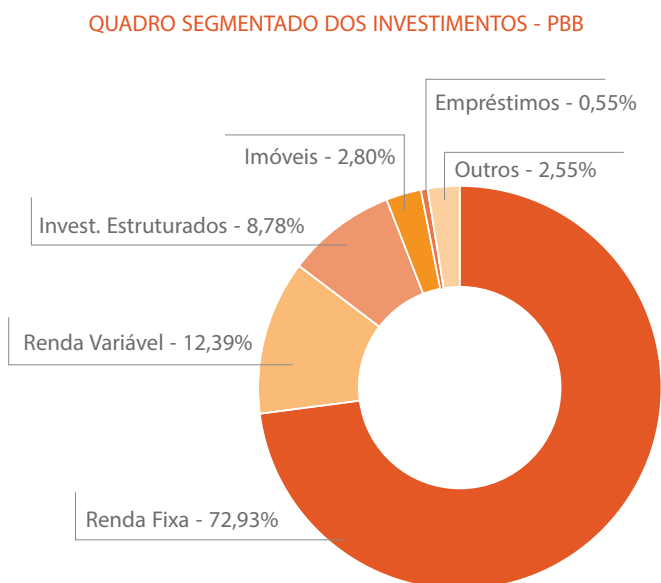
A base dos cenários construídos é a reunião das seguintes informações: expectativas divulgadas pelo Relatório Focus, utilizadas para o curto prazo; expectativas de mercado, para o médio e longo prazos, e premissas sobre as diversas classes de ativos, baseadas no comportamento histórico do mercado brasileiro.

As fontes de dados utilizadas no estudo foram: Sistema Econômica (séries históricas de indicadores); Bloomberg (séries históricas); Indicadores econômicos do Bacen (projeções macroeconômicas); Curvas de juros de mercado da BM&FBovespa e base de dados dos fundos da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

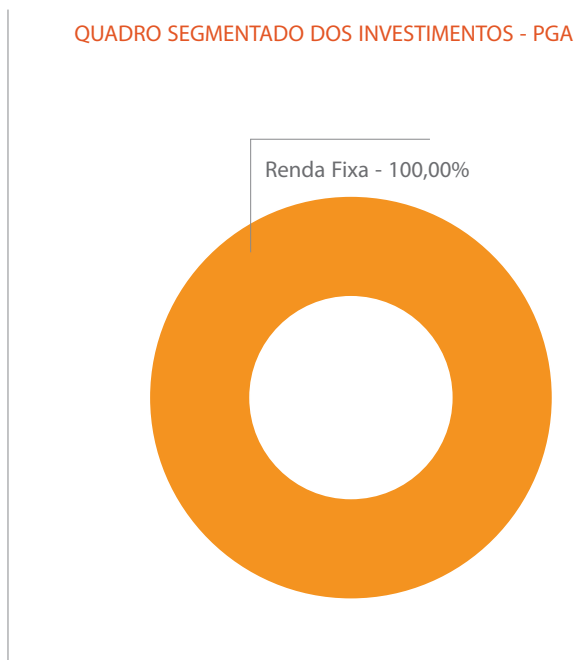
Os dados sobre volatilidade e correlação dos diversos fatores de risco também são baseados na observação das séries históricas desses mesmos fatores de risco utilizando as fontes acima descritas.

12.2. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

12.2.1. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS PBB



12.2.2. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA



12.3. FUNDOS

A gestão dos fundos do Nucleos é realizada por gestores externos, selecionados com base no “Manual de Investimentos – Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços”, documento esse desenvolvido internamente, recomendado pelo Comitê Consultivo de Investi-

mentos – CCI, aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo – CD e disponível para consulta no portal do Nucleos.

O Nucleos é titular dos seguintes fundos de investimentos, segmentados em renda variável, renda fixa e multimercado do segmento Estruturado:

INVESTIMENTO	GESTOR	SEGMENTO	MODALIDADE
Nucleos I Brasil Plural FIM	Brasil Plural Gestão de Recursos	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos II FI Referenciado DI	Bradesco Asset Management	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos III Brasil Plural FIA	Brasil Plural Gestão de Recursos	Renda Variável	Exclusivo
Nucleos IV Santander FIA	Santander Brasil Gestão de Recursos	Renda Variável	Exclusivo
Nucleos V Santander ALM RF LP	Santander Brasil Gestão de Recursos	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Icatu Vanguarda Administração de Recursos	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	BBM Investimentos	Renda Fixa	Exclusivo
Atmos Institucional FIC FIA	Atmos Capital	Renda Variável	Não Exclusivo
Ibiúna Equities FIC FIA	Ibirapuera Performance Investimentos	Renda Variável	Não Exclusivo
JP Morgan Ações FIC FIA	JP Morgan Asset Management	Renda Variável	Não Exclusivo
JGP Explorer Institucional FIA	JGP Gestão de Recursos	Renda Variável	Não Exclusivo
GAP Long Short FIM	GAP Prudential Gestão de Recursos	Estruturado	Não Exclusivo
Gávea Macro FIC FIM	Gávea Investimentos	Estruturado	Não Exclusivo
Garde D'Artagnan FIC FIM	Garde Asset Management	Estruturado	Não Exclusivo
Ibiúna Hedge STH FIC FIM	Ibirapuera Performance Investimentos	Estruturado	Não Exclusivo
Mauá Macro FIC FIM	Mauá Capital	Estruturado	Não Exclusivo
Energia PCH FIP	Vinci Partners	Estruturado	Não Exclusivo
CRT FIP	Oliveira Trust	Estruturado	Não Exclusivo

Em 2016 ocorreram as seguintes alterações nos fundos de investimentos:

- No dia 04/01 ocorreu resgate total das cotas do fundo de ações não exclusivo BTG Pactual Absoluto Institucional FIC FIA;
- No dia 04/01 o Nucleos adquiriu cotas do fundo

de ações não exclusivo Atmos Institucional FIC FIA;

- No dia 08/03 ocorreu resgate total das cotas do fundo de ações não exclusivo Apex Ações 30 FIC FIA;
- No dia 23/05 o Nucleos adquiriu cotas do fundo multimercado estruturado não exclusivo Mauá Macro FIC FIM;

- No dia 23/05 o Nucleos adquiriu cotas do fundo multimercado estruturado não exclusivo Garde D'Artagnan FIC FIM;
- No dia 24/05 o Nucleos adquiriu cotas do fundo multimercado estruturado não exclusivo Ibiuna Hedge STH FIC FIM;
- No dia 24/06 ocorreu resgate total das cotas do fundo multimercado estruturado não exclusivo Safra Galileo FIM;
- No dia 05/08 o fundo multimercado institucional exclusivo Nucleos VIII passou a ser gerido pela BBM Investimentos em substituição ao Safra Asset.

12.3.1. INFORMAÇÕES SOBRE OS FUNDOS

Fundo de Investimento	Gestor	Segmento	Benchmark	B-VAR	Taxa de Gestão	Taxa de Administração e Custódia	Taxa de Performance
Nucleos I Brasil Plural FIM	Brasil Plural Gestão de Recursos	Renda Fixa	(30% de IMA-B + 70% de CDI)	1,50%	0,50% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder (30% de IMA-B + 70% de CDI)
Nucleos II FI Referenciado DI	Bradesco Asset Management	Renda Fixa	CDI	0,50%	0,03% a.a.	0,0085% a.a.	NA
Nucleos III Brasil Plural FIA	Brasil Plural Gestão de Recursos	Renda Variável	Ibovespa + 2,00% a.a.	5,00%	0,34% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder Ibovespa + 2,00% a.a.
Nucleos IV Santander FIA	Santander Brasil Gestão de Recursos	Renda Variável	Ibovespa	2,50%	0,12% a.a.	0,0085% a.a.	NA
Nucleos V Santander ALM RF LP	Santander Brasil Gestão de Recursos	Renda Fixa	NTN-B 2040 - 15,55%; NTN-B 2045 - 44,79%; NTN-B 2050 - 14,18%; NTN-B 2055 - 10,79%; NTN-C 2031 - 14,69%.	2,00%	0,06% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do Benchmark
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Icatu Vanguarda Administração de Recursos	Renda Fixa	NTN-B 2040 - 15,55%; NTN-B 2045 - 44,79%; NTN-B 2050 - 14,18%; NTN-B 2055 - 10,79%; NTN-C 2031 - 14,69%.	2,00%	0,10% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do Benchmark
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	BBM Investimentos	Renda Fixa	(30% de IMA-B + 70% de CDI)	1,50%	0,40% a.a.	0,0085% a.a.	NA
Atmos Institucional FIC FIA	Atmos Capital	Renda Variável	Ibovespa + 4,00% a.a.	NA	2,00% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do Ibovespa
Ibiúna Equities FIC FIA	Ibirapuera Performance Investimentos	Renda Variável	Ibovespa + 4,00% a.a.	NA	2,00% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do IBrX
JP Morgan Ações FIC FIA	JP Morgan Asset Management	Renda Variável	Ibovespa + 4,00% a.a.	NA	2,00% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do IBrX
JGP Explorer Institucional FIA	JGP Gestão de Recursos	Renda Variável	Ibovespa + 4,00% a.a.	NA	2,75% a.a.	0,0085% a.a.	NA
GAP Long Short FIM	GAP Prudential Gestão de Recursos	Estruturado	CDI + 2,50% a.a.	NA	2,00% a.a.	0,0085% a.a.	25,00% s/ o que exceder 100,00% do CDI
Gávea Macro FIC FIM	Gávea Investimentos	Estruturado	CDI + 2,50% a.a.	NA	2,00% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do CDI
Garde D'Artagnan FIC FIM	Garde Asset Management	Estruturado	CDI + 2,50% a.a.	NA	2,00% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do CDI
Ibiúna Hedge STH FIC FIM	Ibirapuera Performance Investimentos	Estruturado	CDI + 2,50% a.a.	NA	2,00% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do CDI
Mauá Macro FIC FIM	Mauá Capital	Estruturado	CDI + 2,50% a.a.	NA	2,50% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do CDI

Fundo de Investimento	Gestor	Segmento	Benchmark	B-VAR	Taxa de Gestão	Taxa de Administração e Custódia	Taxa de Performance
Energia PCH FIP	Vinci Partners	Estruturado	INPC + 6,25% a.a.	NA	1,75% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do IGP-M + 10% a.a.
CRT FIP	Oliveira Trust	Estruturado	INPC + 6,25% a.a.	NA	0,19% a.a.	0,0085% a.a.	NA
Carteira Própria - Debêntures	Nucleos	Renda Fixa	INPC + 6,25% a.a.	NA	NA	NA	NA
Carteira Própria - Imóveis	Nucleos	Imóveis	INPC + 6,25% a.a.	NA	NA	NA	NA
Carteira Própria - Empréstimo	Nucleos	Empréstimos	INPC + 7,00% a.a.	NA	NA	NA	NA

O B-VaR – (Benchmark VaR) é muito utilizado no controle do risco de mercado. O B-VaR atua como ferramenta de controle de risco de mercado ao qual um portfólio está exposto. Ele é entendido como uma medida da diferença entre o retorno do fundo ou carteira em relação ao retorno para o benchmark definido (índice de referência).

12.3.2. COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS EXCLUSIVOS

ALOCAÇÃO	NUCLEOS I	NUCLEOS II	NUCLEOS III	NUCLEOS IV	NUCLEOS V	NUCLEOS VI	NUCLEOS VIII
Título Públicos	77,30%	100,00%	9,23%	12,45%	100,00%	100,00%	96,25%
Títulos Privados	12,80%						3,75%
Cotas de Fundos							
Ações	9,90%		90,77%	87,55%			
Cotas de Fundos de Ações							
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

12.3.3. PERFORMANCE DOS FUNDOS

Fundo de Investimento	Gestor	Segmento	Rentabilidade Líquida	Benchmark
Nucleos I Brasil Plural FIM	Brasil Plural Gestão de Recursos	Renda Fixa	16,96%	17,27%
Nucleos II FI Referenciado DI	Bradesco Asset Management	Renda Fixa	13,84%	14,00%
Nucleos III Brasil Plural FIA	Brasil Plural Gestão de Recursos	Renda Variável	7,19%	41,70%
Nucleos IV Santander FIA	Santander Brasil Gestão de Recursos	Renda Variável	39,69%	38,91%
Nucleos V Santander ALM RF LP	Santander Brasil Gestão de Recursos	Renda Fixa	36,14%	35,66%
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Icatu Vanguarda Administração de Recursos	Renda Fixa	35,79%	35,66%
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	BBM Investimentos	Renda Fixa	18,45%	17,27%
Atmos Institucional FIC FIA	Atmos Capital	Renda Variável	30,26%	44,47%

Fundo de Investimento	Gestor	Segmento	Rentabilidade Líquida	Benchmark
Ibiúna Equities FIC FIA	Ibirapuera Performance Investimentos	Renda Variável	18,74%	44,47%
JP Morgan Ações FIC FIA	JP Morgan Asset Management	Renda Variável	12,40%	44,47%
JGP Explorer Institucional FIA	JGP Gestão de Recursos	Renda Variável	30,84%	44,47%
GAP Long Short FIM	GAP Prudential Gestão de Recursos	Estruturado	15,33%	16,75%
Gávea Macro FIC FIM	Gávea Investimentos	Estruturado	16,01%	16,75%
Garde D'Artagnan FIC FIM	Garde Asset Management	Estruturado	9,24%	11,03%
Ibiúna Hedge STH FIC FIM	Ibirapuera Performance Investimentos	Estruturado	8,65%	11,03%
Mauá Macro FIC FIM	Mauá Capital	Estruturado	12,55%	11,03%
Energia PCH FIP	Vinci Partners	Estruturado	-0,47%	13,24%
CRT FIP	Oliveira Trust	Estruturado	14,31%	13,24%

12.4. FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (FIP)

Os Fundos de Investimento em Participações (FIP) representam aplicações efetuadas nos fundos CRT FIP e Energia PCH FIP.

O Fundo de Investimento em Participações – CRT é gerido e administrado pela Oliveira Trust. O Nucleos possui 100,00% do patrimônio líquido do CRT FIP que, por sua vez, tem 97,71% de seus ativos compostos por investimentos na Concessionária Rio-Teresópolis S.A., representando 11,02% do capital total.

O Fundo de Investimento em Participações – Energia PCH FIP é gerido pela Vinci Partners e administrado pelo Banco Santander Brasil S.A. O Nucleos possui 0,74% do patrimônio líquido do Energia PCH que, por sua vez, tem 89,90% de seus ativos compostos por investimentos na Juruena Participações e Investimentos S.A.

12.4.1. CONCESSIONÁRIA RIO-TERESÓPOLIS – CRT

O prazo original do contrato de concessão encerrará

em 22 de março de 2021. Contudo, a administração da CRT entende que tal período será provavelmente prorrogado, pois ainda persiste o desequilíbrio econômico-financeiro da empresa, haja vista a significativa perda de receita ao longo da concessão devido à suspensão da operação da praça de pedágio PN-2 e da não implantação da praça de pedágio PN-3.

Destaca-se que as opções para o reequilíbrio econômico-financeiro podem se dar por meio de pagamento pelo Poder Concedente, por meio de aumento tarifário ou por extensão do prazo de concessão, esta que parece ser a mais factível.

Com relação a precificação da empresa CRT, assim como no ano de 2015, o agente fiduciário, Oliveira Trust, contratou a empresa Hirashima & Associados Consultoria em Transações Societárias Ltda. com o objetivo de definir o novo valor justo da empresa.

Foram duas as simulações realizadas pela empresa de Consultoria Hirashima: a primeira, admitindo que a empresa terá o seu contrato de concessão prorrogado até setembro de 2027, e a segunda, encerrando no ano de 2021, prazo inicialmente contratado.

Com base no método de Fluxo de Caixa Descontado, utilizando a taxa de 10% de WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), a Hirashima chegou a um valor econômico para a empresa de R\$ 926,6 milhões, admitindo a prorrogação da concessão, e R\$ 782,2 milhões, sem a prorrogação, ambos superiores aos valores apurados na avaliação realizada em 2015. O Nucleos decidiu considerar na contabilização do FIP CRT o valor econômico de R\$ 782,2 milhões.

O Nucleos está desenquadrado em relação à Resolução CMN nº 3.792 por deter 100,00% das cotas desse FIP, adquiridas em 2003, quando o limite legal é de 25,00%. Para se enquadrar aos limites legais, o Instituto intensificou o processo de ofertas públicas, passando de semestrais (até 2012) para trimestrais a partir de 2013. As ofertas são feitas através de leilões

eletrônicos da Cetip S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Apesar de ampla divulgação, até o último leilão realizado em novembro de 2016, não houve interessados na aquisição da parte excedente ao limite legal.

12.4.2. ENERGIA PCH

Trata-se de investimento realizado em agosto de 2004. A cotação do FIP é disponibilizada pelo administrador sempre no último dia do mês.

12.5. CARTEIRA PRÓPRIA

A carteira própria, que é constituída por ativo com risco de crédito, encerrou em 31 de dezembro de 2016, com:

Em milhares de Reais

ATIVO	AQUISIÇÃO	VENCIMENTO	VALOR ATUALIZADO (30/12/2016)
Sanesalto - Debêntures	out/04	mai/25	10.591

A rentabilidade apurada para a carteira própria foi de 14,13%, superior ao seu *benchmark* (INPC + 6,25%), de 13,24%.

As debêntures de emissão da Sanesalto Saneamento foram adquiridas em outubro de 2004, cujas condições em vigor, até o exercício de 2013, previam o pagamento de juros à taxa de 11,50% a.a., atualização monetária pelo IGP-M e amortização em 12 (doze) parcelas com término em 1º de junho de 2021. Em 26 de junho de 2014, os debenturistas reunidos na 19ª Assembleia, por maioria e com voto contrário do Nucleos, aprovaram a reestruturação das debêntures de emissão da Sanesalto, com o reescalonamento dos prazos e alteração nas condições de pagamento e remuneração. Com a reestruturação, a taxa de juros foi reduzida para 6,25% a.a. e as parcelas vencidas foram incorporadas ao principal, sendo que o prazo de pagamento passou para dez anos, com início em junho

de 2015, após carência de 12 meses, e término em maio de 2025. Essas condições permaneceram ao longo de 2016.

No mês de setembro de 2016 ocorreu o vencimento do Certificado de Depósito Bancário Subordinado do Banco Santander.

12.6. EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

A rentabilidade apurada foi de 17,57%, superior ao seu *benchmark* (INPC + 7,00%), de 14,04%. Em dezembro de 2016 esse segmento alocava recursos na ordem de R\$ 13.898 mil.

Ao longo do ano foram revertidos valores da provisão para créditos de liquidação duvidosa devido aos acordos judiciais realizados com os participantes que estavam inadimplentes.

12.7. IMÓVEIS

A rentabilidade da carteira de imóveis foi de 5,45%, inferior ao seu benchmark, de 13,24% (INPC + 6,25%). Essa fraca performance, a mais forte vacância registrada no Rio de Janeiro nos últimos dez anos, teve como

consequência uma combinação de fatores. A crise por que passa a Petrobras com imenso reflexo na cadeia de fornecedores impactou fortemente a economia fluminense, somando-se à derrocada financeira do governo estadual e o fim dos investimentos para a realização dos Jogos Olímpicos.

Em milhares de Reais

Descrição	Data da última avaliação	Valor da última avaliação	Valor contábil em (31/12/2016)
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	mai/16	11.976	11.936
Rua Victor Civita, 66 - Barra	dez/14	6.310	6.256
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	out/14	12.700	12.593
Av. República do Chile, 230 - 15º andar	out/14	12.700	12.594
Av. Rio Branco, 1 - 19º andar	dez/16	26.900	26.900
Aluguéis a receber			120
TOTAL			70.399

13. SERVIÇOS DE SUPORTE À GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

13.1. AGENTE CUSTODIANTE / ADMINISTRADOR

Banco Bradesco S.A. – Efetua guarda dos títulos, liquidação física e financeira das operações, além de prover serviços de controladoria e compliance.

A BEM DTVM segue como administrador fiduciário, cumprindo, dentre outras atribuições, a de acompanhar se as operações realizadas pelos nossos gestores estão em conformidade com as cláusulas contratuais e com as práticas de mercado.

13.2. CONSULTORIA MACROECONÔMICA

MCM Consultoria Macroeconômica – Presta serviços

na área de estudos macroeconômicos, com avaliação de cenários, análises setoriais, entre outros.

13.3. CONSULTORIA DE RISCO

Aditus – Presta serviço de monitoramento contínuo das carteiras de investimentos considerando a avaliação da performance dos ativos, dos riscos de mercado, liquidez, crédito e do enquadramento dos investimentos, entre outros.

13.4. BASE DE DADOS

Economática – Serviços de transmissão, via linha telefônica, de sinal decodificável por modem, de informações sobre balanços, composição acionária e de produtos, notícias, cotações proventos e assembleias de empresas negociadas em bolsa de valores do Brasil.

13.5. SERVIÇO DE ALM

Aditus Consultoria Financeira – Serviço de elaboração de estudo para identificar a alocação entre os segmentos de investimentos que permita melhor relação entre retorno e cobertura do passivo atuarial.

14. DESPESAS COM A GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

As despesas com a gestão dos investimentos do Plano Básico de Benefícios em 2016 são apresentadas no quadro a seguir. Essas despesas não incluem as despesas de administração dos investimentos apresentadas no item 7.4. – “Despesas Administrativas”.

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Total das Despesas	% em relação ao total das despesas
1. Despesas com a gestão dos investimentos (2+3+4)	8.057	100,00
2. Gestão própria (2.1 + 2.2 + 2.3)	1.991	24,72
2.1. Investimentos imobiliários	1.309	16,24
Condomínio e taxas	1.128	14,00
Impostos e taxas	147	1,83
Seguros	14	0,17
Consultoria imobiliária	9	0,11
Demais despesas	11	0,13
2.2 Empréstimos a participantes (despesas deduzidas das receitas)	76	0,95
Consultoria jurídica	112	1,40
Despesas judiciais	14	0,17
Recuperação de despesas judiciais (receita)	(50)	-0,62
2.3 Outros investimentos (créditos de ações judiciais)	606	7,53
Consultoria jurídica (honorários de êxito)	604	7,50
Demais despesas	2	0,03
3. Gestão terceirizada*	5.611	69,64
Gestão	3.611	44,81
Corretagem	1.195	14,83
Taxas (CVM, Cetip, Selic, CBLC, Anbima)	520	6,46
Administração	163	2,02
Performance	91	1,14
Auditoria	12	0,15
Demais despesas	19	0,23
4. Custódia, taxas e emolumentos	455	5,64

*Despesas debitadas diretamente do patrimônio dos fundos de investimento.

15. INFORMAÇÕES GERAIS

15.1. CARTEIRA GLOBAL DE INVESTIMENTOS

PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

RECURSOS GARANTIDORES DO PBB

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	(%)	2015	(%)
Renda Fixa	1.836.105	72,95	1.481.955	72,48
Certificado de Depósito Bancário	-	0,00	7.035	0,34
Quotas de Fundos de Renda Fixa	1.056.159	41,96	810.347	39,63
Quotas de Fundos de Multimercado	769.355	30,57	653.988	31,98
Debêntures não Conversíveis	10.591	0,42	10.585	0,52
Renda Variável	312.045	12,40	260.311	12,73
Quotas de Fundos de Investimento	312.045	12,40	260.311	12,73
Investimento Estruturado	220.953	8,78	146.277	7,15
Quotas de Fundos de Investimento em Participações	94.284	3,75	83.273	4,07
Quotas de Fundos de Multimercado	126.669	5,03	63.004	3,08
Investimentos Imobiliários	70.399	2,80	68.447	3,35
Empréstimos aos Participantes	13.898	0,55	13.500	0,66
Outros	64.291	2,55	74.372	3,64
Total dos Investimentos	2.517.692	-	2.044.862	-
(+) Disponível	219	0,01	247	0,01
(-) Exigibilidade dos Investimentos	-979	-0,04	-381	-0,02
(=) Total dos Recursos	2.516.932	100,00	2.044.728	100,00

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

RECURSOS GARANTIDORES DO PGA

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	(%)	2015	(%)
Renda Fixa	10.489	99,94	8.729	99,93
Quotas de Fundos de Renda Fixa	10.489	99,94	8.729	99,93
Total dos Investimentos	10.489	-	8.729	-
(+) Disponível	6	0,06	6	0,07
(=) Total dos Recursos	10.495	100,00	8.735	100,00

15.2. ADERÊNCIA À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E AOS LIMITES LEGAIS

PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

Segmento de aplicação	ALOCAÇÃO EM 31/12/2016	LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			LIMITE LEGAL (Res. 3.792)	ENQUADRAMENTO	
		Alocação Estratégica	Limite Inferior	Limite Superior		Legal	Política
Renda Fixa	75,33%	69,55%	5,00%	100,00%	100,00%	ok	ok
Renda Variável	12,40%	14,31%	0,00%	50,00%	70,00%	ok	ok
Investimentos Estruturados	8,92%	10,40%	0,00%	13,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	3,75%	4,72%	0,00%	5,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	5,17%	5,68%	0,00%	8,00%	10,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Investimentos no exterior	0,00%	1,43%	0,00%	3,00%	10,00%	ok	ok
Imóveis	2,80%	3,61%	0,00%	5,00%	8,00%	ok	ok
· Aluguéis e renda	2,80%	3,61%	0,00%	5,00%	8,00%	ok	ok
· Empreendimentos imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
· Outros imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
Operações com participantes	0,55%	0,70%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
· Empréstimos	0,55%	0,70%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
· Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Segmento de aplicação	ALOCAÇÃO EM 31/12/2016	LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			LIMITE LEGAL (Res. 3.792)	ENQUADRAMENTO	
		Alocação Estratégica	Limite Inferior	Limite Superior		Legal	Política
Renda Fixa	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	ok	ok
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	70,00%	ok	ok
Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Investimentos no exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
· Aluguéis e renda	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
· Empreendimentos imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
· Outros imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
Operações com participantes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok
· Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok
· Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok

15.3. INVESTIMENTOS POR TIPO DE GESTÃO

RECURSOS GARANTIDORES PBB

Em milhares de Reais

INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (DEZEMBRO 2016)	% RECURSOS GARANTIDORES (PBB)
GESTÃO EXTERNA			
Nucleos I Brasil Plural FIM	Renda Fixa	381.904	15,17%
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	176.365	7,01%
Nucleos III Brasil Plural FIA	Renda Variável	141.612	5,63%
Nucleos IV Santander FIA	Renda Variável	62.452	2,48%
Nucleos V Santander ALM RF LP	Renda Fixa	442.654	17,59%
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Renda Fixa	437.141	17,37%
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	Renda Fixa	387.451	15,39%
Atmos Institucional FIC FIA	Renda Variável	39.342	1,56%
Ibiúna Equities FIC FIA	Renda Variável	23.165	0,92%
JP Morgan Ações FIC FIA	Renda Variável	21.149	0,84%
JGP Explorer Institucional FIA	Renda Variável	24.325	0,97%
GAP Long Short FIM	Estruturado	24.333	0,97%
Gávea Macro FIC FIM	Estruturado	25.207	1,00%
Garde D'Artagnan FIC FIM	Estruturado	26.214	1,04%
Ibiúna Hedge STH FIC FIM	Estruturado	23.902	0,95%
Mauá Macro FIC FIM	Estruturado	27.013	1,07%
Energia PCH FIP	Estruturado	6.093	0,24%
CRT FIP	Estruturado	88.192	3,50%
TOTAL GESTÃO EXTERNA		2.358.513	93,71%
GESTÃO INTERNA			
Carteira Própria	Renda Fixa	10.591	0,42%
Carteira Própria	Imóveis	70.399	2,80%
Carteira Própria	Empréstimos	13.898	0,55%
TOTAL GESTÃO INTERNA		94.888	3,77%
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS		302	0,01%
OUTROS REALIZÁVEIS		63.989	2,54%
DISPONÍVEL - EXIGÍVEL OPERACIONAL		-760	-0,03%
TOTAL		2.516.932	100,00%

RECURSOS GARANTIDORES PGA

Em milhares de Reais

INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (DEZEMBRO 2016)	% RECURSOS (PGA)
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	10.489	99,94%
TOTAL GESTÃO EXTERNA		10.489	99,94%
DISPONÍVEL		6	0,06%
TOTAL		10.495	100,00%

Observação: Recursos Garantidores – De acordo com a Instrução MPS/Previc nº 1, de 13 de abril de 2010, consideram-se recursos garantidores dos planos de benefícios administrados por Entidades Fechadas de

Previdência Complementar os ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores.

15.4. RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA POR SEGMENTO

SEGMENTOS DE INVESTIMENTOS DO PBB

SEGMENTO	RENTABILIDADE BRUTA (%)	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)	META ATUARIAL (%)
Renda Fixa	25,60	25,59	12,79
Renda Variável	20,26	18,99	
Investimento Estruturado	15,24	14,02	
Imóveis	7,48	5,45	
Empréstimos	18,21	17,57	

SEGMENTO DE INVESTIMENTO DO PGA

SEGMENTO	RENTABILIDADE BRUTA (%)	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)
Renda Fixa	13,85	13,84

Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados foram consideradas as seguintes despesas: Controladoria, Gestão Custódia, Taxa de Performance, Taxa de Administração, Taxa CVM, Taxa Cetip, Taxa CBLC, Taxa Selic, Taxa Anbima, Taxa de Bolsa/Corretagem, Despesas de Cartório, Despesas de Auditoria e Taxa de Permanência.

Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos de Imóveis e Empréstimos foram consideradas as despesas diretas de investimento dos respectivos segmentos. A rentabilidade bruta do segmento de empréstimos excluiu efeitos líquidos das despesas judiciais menos a recuperação dessas despesas.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Básico de Benefícios – PBB encerrou o exercício de 2016 com superávit técnico acumulado no valor de R\$ 133,2 milhões, equivalente a 4,78% das provisões matemáticas. Com isso, o Nucleos reverteu o déficit técnico acumulado registrado em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 83,4 milhões, equivalente a 3,32% das provisões matemáticas.

Esse resultado superavitário decorreu, principalmente, do resultado dos investimentos: a considerável rentabilidade global da carteira de investimentos no exercício, de 22,92%, foi superior à meta atuarial, de 12,79%, reflexo, como já mencionado, dos resultados com os investimentos em títulos públicos indexados ao IPCA (NTNBs) e ao mercado de ações.

No que se refere à gestão dos títulos indexados ao IPCA (NTNBs), o êxito se deu em função de o Instituto acreditar na tendência de queda da inflação, o que de fato ocorreu.

No que tange a renda variável, a importante parcela alocada pelo Nucleos no segmento foi determinante, haja vista o comportamento bastante positivo no ano de 2016. A título de informação, o Instituto apresentava uma participação nesse segmento superior a 12,00%, enquanto a média dos fundos de pensão era em torno de 5,00%.

Todos esses fatores foram relevantes para que o Nucleos se aproximasse da casa dos R\$ 3,0 bilhões de Ativo Líquido.

Importante também foi a não exposição do Nucleos em títulos de crédito privado envolvidos com escândalos, que tenham passado por processo de recupe-

ração judicial ou sofrido falência, o que inevitavelmente acarretaria em desvalorização dos mesmos. Tal fato foi fruto do conservadorismo da Política de Investimentos, que em 2009 restringiu aplicações em FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, bem como da política para aquisição de créditos privados, que em 2013 somente passou a admitir a compra de títulos considerados de alta qualidade com baixo risco de calote. Anteriormente, a Política de Investimentos permitia títulos de crédito que fossem considerados de qualidade média e risco de calote pequeno.

O déficit técnico do Plano Básico de Benefícios do Nucleos teve a sua origem no exercício de 2013 e foi reduzido consideravelmente nos exercícios seguintes. Esse déficit estava relacionado diretamente ao fraco desempenho da economia brasileira nos últimos anos, com recessão econômica e predominância de inflação elevada, refletindo uma conjuntura econômica desfavorável para os investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

O quadro abaixo ilustra a evolução do resultado técnico do Nucleos.

Exercício	Ativo Líquido do Plano*	Superávit / Déficit acumulado	Provisões matemáticas (PMAT)	% superávit - déficit s/ PMAT
2013	1.865.479	-273.446	2.138.925	12,78
2014	2.233.029	-152.640	2.385.669	6,40
2015	2.429.865	-83.363	2.513.228	3,32
2016	2.918.608	133.155	2.785.453	4,78

*Patrimônio de cobertura das provisões matemáticas.

Vislumbra-se para o ano de 2017 um quadro de muitas incertezas, que trarão muita volatilidade para os mercados financeiros.

No cenário internacional podemos elencar algumas, como: os riscos na Europa de natureza política, na medida em que o crescimento do populismo e nacionalismo observados em 2016 aumenta as incertezas com relação às eleições que acontecerão neste ano, na França, Alemanha e Holanda; influência das medidas da administração Trump sobre a inflação e, por conseguinte, nas taxas de juros americanas, com reflexo para o resto do mundo; e o comportamento da atividade econômica na China; entre outras.

No cenário doméstico, observa-se uma economia debilitada, que deverá crescer a taxas baixas e com um elevado nível de desemprego.

Um ponto também bastante delicado refere-se à dívi-

da pública, que encerrou o ano de 2016 em 69,5% do PIB e, com projeções que sinalizam número crescente, tendendo a superar 80% do PIB brasileiro entre os anos de 2017 e 2018.

Outra preocupação recai sobre a evolução da Operação Lava-Jato e as possíveis implicações para a base aliada do presidente Temer, o que poderia atrasar a aprovação das importantes reformas estruturais, necessárias para reduzir a dívida pública e contribuir para a queda dos juros internos.

Em contraponto, a notícia positiva parece estar ligada à perspectiva de queda da inflação, que vai possibilitar uma redução mais significativa dos juros e, por conseguinte, os benefícios que têm sobre a economia do País, como a recuperação do investimento e do consumo e do processo de desalavancagem do setor privado, que são fatores vitais para a recuperação econômica do Brasil.



RELATÓRIOS CONTÁBEIS



17. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

17.1. CONSOLIDADO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

ATIVO	NOTA	2016	2015
Disponível	4	225	253
Realizável		2.937.984	2.443.181
Gestão previdencial	5	409.430	389.375
Gestão administrativa	6	373	215
Investimentos	7	2.528.181	2.053.591
Créditos privados e depósitos		10.591	17.620
Fundos de investimento		2.369.002	1.879.652
Investimentos imobiliários		70.399	68.447
Empréstimos e financiamentos		13.898	13.500
Depósitos judiciais/recursais		302	3.189
Outros realizáveis		63.989	71.183
Permanente	8	250	448
Imobilizado		238	398
Intangível		12	50
Total do ativo		2.938.459	2.443.882

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	NOTA	2016	2015
Exigível operacional	9	6.862	3.527
Gestão previdencial		4.784	2.147
Gestão administrativa		1.404	1.306
Investimentos		674	74
Exigível contingencial	10	962	960
Gestão previdencial		458	265
Gestão administrativa		200	388
Investimentos		304	307
Patrimônio social		2.930.635	2.439.395
Patrimônio de cobertura do plano	11	2.918.608	2.429.865
Provisões matemáticas		2.785.453	2.513.228
Benefícios concedidos		1.135.712	823.534
Benefícios a conceder		1.674.504	1.723.013
(-) Provisões matemáticas a constituir		(24.763)	(33.319)
Equilíbrio técnico		133.155	(83.363)
Resultados realizados		133.155	(83.363)
Superávit técnico acumulado		133.155	-
(-) Déficit técnico acumulado		-	(83.363)
Fundos	12	12.027	9.530
Fundos administrativos		9.514	7.704
Fundos dos investimentos		2.513	1.826
Total do passivo e patrimônio social		2.938.459	2.443.882

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio social - início do exercício	2.439.395	2.240.957	8,86
1. Adições	608.190	459.888	32,25
Contribuições previdenciais	129.949	312.160	-58,37
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	460.154	131.362	250,29
Reversão líquida de contingências - Gestão previdencial	-	46	-100,00
Receitas administrativas	16.206	15.023	7,87
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão administrativa	1.194	1.071	11,48
Constituição de fundos de investimento	687	226	203,98
2. Destinações	(116.950)	(261.450)	-55,27
Benefícios	(101.198)	(246.732)	-58,98
Constituição líquida de contingências - Gestão previdencial	(162)	-	100,00
Despesas administrativas	(15.064)	(14.479)	4,04
Constituição líquida de contingências - Gestão administrativa	(526)	(239)	120,08
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	491.240	198.438	147,55
Provisões matemáticas	272.225	127.559	113,41
Superávit técnico do exercício	216.518	69.277	212,54
Fundos administrativos	1.810	1.376	31,54
Fundos dos investimentos	687	226	203,98
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	2.930.635	2.439.395	20,14

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	7.704	6.328	21,74
1. Custeio da gestão administrativa	17.400	16.094	8,11
1.1. Receitas	17.400	16.094	8,11
Custeio administrativo da gestão previdencial	14.396	13.213	8,95
Custeio administrativo dos investimentos	1.727	1.723	0,23
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	62	62	0,00
Receitas diretas	20	25	-20,00
Resultado positivo líquido dos investimentos	1.194	1.071	11,48
Outras receitas	1	-	100,00
2. Despesas administrativas	15.064	14.479	4,04
2.1. Administração previdencial	8.041	7.763	3,58
Pessoal e encargos	5.083	4.781	6,32
Treinamentos/congressos e seminários	56	84	-33,33
Viagens e estadias	70	82	-14,63
Serviços de terceiros	1.216	1.286	-5,44
Despesas gerais	959	915	4,81
Depreciações e amortizações	108	120	-10,00
Tributos	549	495	10,91
2.2. Administração dos investimentos	7.023	6.716	4,57
Pessoal e encargos	4.507	4.240	6,30
Treinamentos/congressos e seminários	49	75	-34,67
Viagens e estadias	63	72	-12,50
Serviços de terceiros	970	972	-0,21
Despesas gerais	850	812	4,68
Depreciações e amortizações	96	107	-10,28
Tributos	488	438	11,42
3. Constituição de contingências administrativas	526	239	120,08
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	0,00
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	0,00
6. Sobra da gestão administrativa (1-2-3-4-5)	1.810	1.376	31,54
7. Constituição do fundo administrativo (6)	1.810	1.376	31,54
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7)	9.514	7.704	23,49

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

17.2. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	2.936.855	2.442.188	20,26
Disponível	219	247	-11,34
Recebível	418.944	397.079	5,51
Investimento	2.517.692	2.044.862	23,12
Créditos privados e depósitos	10.591	17.620	-39,89
Fundos de investimento	2.358.513	1.870.923	26,06
Investimentos imobiliários	70.399	68.447	2,85
Empréstimos e financiamentos	13.898	13.500	2,95
Depósitos judiciais/recursais	302	3.189	-90,53
Outros realizáveis	63.989	71.183	-10,11
2. Obrigações	6.220	2.793	122,70
Operacional	5.458	2.221	145,75
Contingencial	762	572	33,22
3. Fundos não previdenciais	12.027	9.530	26,20
Fundos administrativos	9.514	7.704	23,49
Fundos dos investimentos	2.513	1.826	37,62
4. Resultados a realizar	-	-	0,00
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	2.918.608	2.429.865	20,11
Provisões matemáticas	2.785.453	2.513.228	10,83
Superávit/(déficit) técnico	133.155	(83.363)	-259,73

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	2.429.865	2.233.029	8,81
1. Adições	604.499	456.781	32,34
Contribuições previdenciais	144.345	325.373	-55,64
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	460.154	131.362	250,29
Reversão líquida de contingências - Gestão previdencial	-	46	-100,00
2. Destinações	(115.756)	(259.945)	-55,47
Benefícios	(101.198)	(246.732)	-58,98
Constituição líquida de contingência - Gestão previdencial	(162)	-	100,00
Custeio administrativo	(14.396)	(13.213)	8,95
3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)	488.743	196.836	148,30
Provisões matemáticas	272.225	127.559	113,41
Superávit técnico do exercício	216.518	69.277	212,54
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	2.918.608	2.429.865	20,11
C) Fundos não previdenciais	12.027	9.530	26,20
Fundos administrativos	9.514	7.704	23,49
Fundos dos investimentos	2.513	1.826	37,62

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	2.927.341	2.434.484	20,24
1. Provisões matemáticas	2.785.453	2.513.228	10,83
1.1. Benefícios concedidos	1.135.712	823.534	37,91
Benefício definido	1.135.712	823.534	37,91
1.2. Benefícios a conceder	1.674.504	1.723.013	-2,82
Benefício definido	1.674.504	1.723.013	-2,82
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(24.763)	(33.319)	-25,68
(-) Serviço passado	(24.763)	(33.319)	-25,68
(-) Patrocinadores	(24.763)	(33.319)	-25,68
2. Equilíbrio técnico	133.155	(83.363)	-259,73
2.1. Resultados realizados	133.155	(83.363)	-259,73
Superávit técnico acumulado	133.155	-	100,00
Reserva de contingência	133.155	-	100,00
(-) Déficit técnico acumulado	-	(83.363)	-100,00
3. Fundos	2.513	1.826	37,62
3.1. Fundos previdenciais	-	-	0
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	2.513	1.826	37,62
4. Exigível Operacional	5.458	2.221	145,75
4.1. Gestão previdencial	4.784	2.147	122,82
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	674	74	810,81
5. Exigível Contingencial	762	572	33,22
5.1. Gestão previdencial	458	265	72,83
5.2. Investimentos - Gestão previdencial	304	307	-0,98

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

18. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Nucleos – Instituto de Seguridade Social (“Nucleos”, “Instituto” ou “Entidade”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira por prazo indeterminado, criada em 1979, com sede na cidade do Rio de Janeiro e com funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 1.514, de 2 de maio de 1979, do então Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que aprovou seu estatuto social. É uma Entidade regida pelas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29/05/2001 (LC 108/2001 e LC 109/2001).

A Entidade tem por objetivo instituir, administrar e executar planos privados de natureza previdencial, complementares aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, bem como aos do Nucleos, considerando o regime de solidariedade dos compromissos do Plano entre todas as patrocinadoras.

Na consecução desse objetivo, o Instituto segue o disposto em seu estatuto social e no regulamento do plano de benefícios, bem como nos normativos expedidos pelo órgão regulador do sistema de previdência complementar, o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelo órgão de supervisão e fiscalização, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, na forma da LC 108/2001 e LC 109/2001.

O Nucleos administra o Plano Básico de Benefícios – PBB(CNPB nº 19.790.022-74), na modalidade de bene-

fício definido, cujo regulamento em vigor foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 631, de 4 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 7 de novembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2016, conta com 3.433 participantes ativos (3.582 em 2015) e 1.393 assistidos (1.261 em 2015).

As fontes de custeio do plano são as contribuições dos participantes e das patrocinadoras. As referidas contribuições formam as provisões necessárias para garantia do pagamento dos benefícios contratados.

Os recursos arrecadados e os resultados decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A alocação desses recursos observa especialmente a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), principalmente, por meio da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, da Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009 e pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001, assim como as demais práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos em circulante e não circulante.

As demonstrações contábeis são compostas pelo balanço patrimonial e demonstração da mutação do patrimônio social, ambas elaboradas de forma consolidada, pela demonstração do plano de ges-

tão administrativa e pelas demonstrações individuais do plano de benefícios, compostas pela demonstração do ativo líquido, demonstração da mutação do ativo líquido e demonstração das provisões técnicas.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 23 de fevereiro de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade estão descritas a seguir:

3.1. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência. Na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

3.2. GESTÃO PREVIDENCIAL - REALIZÁVEL

Registra os recursos a receber provenientes de contribuições do mês, dos participantes e das patrocinadoras, além das contribuições contratadas, devidas pelas patrocinadoras. As contribuições contratadas são contabilizadas pelo valor original e atualizadas de acordo com as taxas previstas em instrumentos contratuais, até a data do balanço.

3.3. GESTÃO ADMINISTRATIVA - REALIZÁVEL

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e de terceiros, além de gastos antecipados referentes a despesas de períodos subsequentes. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

3.4. INVESTIMENTOS - REALIZÁVEL

Títulos Públicos, Créditos Privados, Depósitos e Fundos de Investimento

As operações com créditos privados e depósitos e os fundos de investimento, de acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Entidade, são registrados inicialmente pelo valor de aquisição e podem ser classificados nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os títulos, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os investimentos efetuados no mercado de renda fixa (títulos do governo federal, em instituições financeiras e em títulos de empresas) incluem juros e variação monetária, apropriados em função do tempo decorrido até a data do balanço. O ágio e o deságio na compra de títulos são amortizados *pro rata die*, durante o período da aquisição até a data de vencimento do título.

Os fundos de renda fixa, renda variável e estruturados estão avaliados pelo valor da quota, calculados pelos respectivos gestores, tomando por base as variações de mercado.

Ajuste a valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima.
- Certificados de depósitos bancários, pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de mercado de juros.

Ações

As ações estão registradas pelo valor de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do último dia do mês em que tenha sido negociada em bolsa. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do período.

Investimentos imobiliários

São registrados pelo custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos, como determina a Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009, e depreciados, exceto terrenos, pelo método linear, por taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação, em cumprimento ao que estabelece a legislação vigente. Os aluguéis a receber estão registrados pelo valor principal e, quando aplicável, acrescidos dos encargos contratuais e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Empréstimos

Os empréstimos concedidos a participantes estão apresentados pelo valor do principal, acrescidos da variação monetária e dos juros contratuais até a data

do balanço, deduzidos das amortizações mensais. As provisões para perda no recebimento de créditos de liquidação duvidosa da carteira de empréstimos foram constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009, que determina a adoção de percentuais de reconhecimento de perda sobre os valores dos créditos vencidos ou vincendos conforme o tempo de atraso, quais sejam: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias; 50% para atrasos entre 121 e 240 dias; 75% para atrasos entre 241 e 360 dias; e 100% para atrasos superiores a 360 dias.

3.5. DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Os depósitos judiciais ou recursais da gestão previdencial, administrativa e investimentos foram realizados em cumprimento de decisões judiciais e/ou para garantia da ampla defesa em demandas e litígios contra o Nucleos. Esses depósitos são atualizados monetariamente até a data do balanço.

3.6. PERMANENTE

O ativo permanente é composto pelo imobilizado e intangível. No imobilizado estão registrados os bens necessários ao funcionamento da Entidade, registrados pelo custo de aquisição e depreciados pelo método linear, utilizando-se de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens. Os gastos registrados no intangível são apresentados pelo valor do capital aplicado e amortizados no prazo máximo de cinco anos.

3.7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Estão registrados os saldos das obrigações correntes da Entidade pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

3.8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

O exigível contingencial é registrado pelo montante

estimado de perda considerada provável, de acordo com a avaliação dos escritórios de advocacia que patrocinam as ações judiciais, observada a sua natureza, e atualizado até a data do balanço.

3.9. PATRIMÔNIO SOCIAL

Provisões matemáticas

São calculadas por atuário, de acordo com a nota técnica atuarial, e correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros assumidos pela Entidade com os seus participantes e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daquelas obrigações.

Equilíbrio técnico

Registra o excedente patrimonial (superávit técnico) ou a insuficiência patrimonial (déficit técnico) em relação aos compromissos totais do plano de benefícios administrado pelo Núcleo.

Fundos

Estão registrados os fundos da gestão administrativa e dos investimentos. O fundo administrativo é constituído ou revertido com o resultado entre receitas e despesas da gestão administrativa (sobra ou insuficiência) e é utilizado como fonte de custeio administrativo, de acordo com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). O fundo dos investimentos registra os recursos para garantir a quitação de empréstimos a participantes na ocorrência de morte e inadimplência.

3.10. ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

IRPJ e CSLL – os rendimentos auferidos pelos investimentos da Entidade estão isentos do imposto sobre a renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), de acordo com artigo 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e Ins-

trução Normativa (IN) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 588, de 21 de dezembro de 2005.

PIS e Cofins – sujeito ao recolhimento mensal de contribuição ao Programa de Integração Social – PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, incidente sobre receitas administrativas e receitas dos investimentos do Plano de Gestão Administrativa – PGA, conforme Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

TAFIC –Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar, instituída pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, cujo fator gerador é o exercício do poder de polícia legalmente atribuído à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, para a fiscalização e a supervisão das entidades fechadas de previdência complementar. É recolhida à Previc quadrimestralmente, de acordo com a faixa de enquadramento do montante de recursos garantidores do plano de benefícios (investimentos).

3.11. USO DE ESTIMATIVAS

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas com investimentos, o exigível contingencial e as provisões matemáticas. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

4. DISPONÍVEL

Os saldos consolidados das disponibilidades em 31 de dezembro de 2016, no total de R\$ 225 (R\$ 253 em 2015), estão livremente disponíveis e não vinculados a qualquer obrigação.

5. GESTÃO PREVIDENCIAL

A composição do ativo realizável da gestão previdencial, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

	2016	2015
Contribuições normais do mês	7.397	6.401
Contribuições extraordinárias do mês	1.171	943
Contribuições contratadas	400.826	381.227
Outros recursos a receber	30	-
Depósitos judiciais e recursais	6	804
	409.430	389.375

5.1. CONTRIBUIÇÕES NORMAIS DO MÊS

Referem-se às contribuições normais, de responsabilidade de participantes e patrocinadoras, relativas ao mês de encerramento dos balanços, que foram regularmente recebidas no respectivo vencimento.

As contribuições normais devidas pela patrocinadora Nucleos ao plano de benefícios foram recebidas no mês de encerramento dos balanços. A composição do saldo a receber das demais patrocinadoras e de participantes autopatrocinados, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

	2016			2015		
	Patrocinador	Participante	Total	Patrocinador	Participante	Total
INB	846	819	1.665	881	745	1.626
Eletronuclear	1.900	1.519	3.419	1.375	1.166	2.541
Nuclep	1.173	1.075	2.248	1.230	1.004	2.234
Autopatrocinado	-	65	65	-	-	-
	3.919	3.478	7.397	3.486	2.915	6.401

5.2. CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DO MÊS

Referem-se às contribuições extraordinárias de serviço passado, de responsabilidade das patrocinadoras, relativas ao mês de encerramento dos balanços, que foram regularmente recebidas no respectivo ven-

imento. As contribuições devidas pela patrocinadora Nucleos ao plano de benefícios foram recebidas no mês de encerramento dos balanços. A composição do saldo a receber das demais patrocinadoras, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

	2016	2015
INB	279	238
Eletronuclear	524	372
Nuclep	368	333
	1.171	943

5.3. CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

Registra as contribuições em atraso objeto de contrato com as patrocinadoras INB e Nuclep (Termo

de Transação), firmado em maio de 2006 e novembro de 2007, respectivamente. A composição do saldo em 31 de dezembro é como segue:

Em milhares de Reais

	2016	2015
INB - contrato de maio/2006	186.358	175.886
Nuclep - contrato de novembro/2007	214.468	205.341
	400.826	381.227

5.3.1. Patrocinadora INB – contrato de maio/2006

Refere-se ao contrato de dívida celebrado entre a patrocinadora INB e o Nucleos, por meio do termo de transação firmado em maio de 2006 e homologado em juízo em novembro de 2006. Pelos termos do acordo, a dívida consolidada, existente até 31 de maio de 2006, data da assinatura do termo de transação, será paga em 360 parcelas mensais

e sucessivas (Tabela “Price”), com início em julho de 2006, devidamente atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescida de juros de 6% ao ano. As parcelas do acordo com data de vencimento até o fechamento destas notas explicativas foram regularmente pagas. A evolução do saldo em cada exercício está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais

	2016	2015
Saldo no início do exercício	175.886	162.437
Parcelas pagas	(13.157)	(14.245)
Atualização	23.629	27.694
Saldo no final do exercício	186.358	175.886

5.3.2. Patrocinadora Nuclep – contrato de novembro/2007

Refere-se ao contrato de dívida celebrado entre a patrocinadora Nuclep e o Nucleos, por meio do termo de transação firmado em novembro de 2007 e homologado em juízo, cujo objeto é a composição da dívida previdencial e assistencial, oriunda de ação de cobrança movida pelo Nucleos em face da Nuclep. Pelos termos do acordo, a dívida será paga

em 360 parcelas mensais e sucessivas (Tabela “Price”), com início em dezembro de 2009, devidamente atualizada pela variação do INPC, acrescida de juros de 6% ao ano. As parcelas do acordo com data de vencimento até o fechamento destas notas explicativas foram regularmente pagas. A evolução do saldo em cada exercício está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais

	2016	2015
Saldo no início do exercício	205.341	188.021
Parcelas pagas	(16.816)	(15.427)
Atualização	25.943	32.747
Saldo no final do exercício	214.468	205.341

5.4. OUTROS RECURSOS A RECEBER

Registra, principalmente, os valores de contribuição título de joia, apuradas em procedimento de auditoria, que resultou em revisão do fator de joia, gerando diferenças na contribuição devida por participantes do plano de benefícios. As medidas para

a cobrança dessas diferenças vêm sendo tomadas, porém o recebimento é considerado incerto em relação a uma parte dos valores devidos, o que resultou no reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa ("Provisão para perda" ou "PCLD"). O detalhamento do saldo em 31 de dezembro é como segue:

Em milhares de Reais

	2016
Contribuições de joia a receber	100
(-) Provisão para perda (PCLD)	(71)
Demais valores	1
	30

5.5. DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Representam os depósitos judiciais e recursais, vinculados a processos em discussão na esfera judicial, envolvendo a gestão previdencial, atualizados até a data dos balanços pela rentabilidade da cader-

neta de poupança ou pelo rendimento aplicável às contas vinculadas do FGTS, no caso de depósitos recursais da Justiça do Trabalho. O saldo em 31 de dezembro e a movimentação em cada exercício está demonstrado a seguir:

Em milhares de Reais

	2016	2015
Saldo no início do exercício	804	773
Depósitos efetuados	-	6
Atualização dos depósitos	30	49
Depósitos recebidos/levantados (1)	(828)	-
Depósitos baixados	-	(24)
Saldo no final do exercício	6	804

(1) Ações judiciais encerradas, com êxito da Entidade.

6. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O realizável da gestão administrativa registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidades de empregados e de terceiros, os gastos relativos

a despesas de períodos subsequentes e os depósitos judiciais e recursais vinculados a processos da gestão administrativa. A composição em 31 de dezembro é como segue:

	<i>Em milhares de Reais</i>	
	2016	2015
Contas a receber	66	75
Despesas antecipadas	136	85
Depósitos judiciais/recursais	171	55
	373	215

7. INVESTIMENTOS

A composição do ativo realizável dos investimentos, em 31 de dezembro, posição sintética consolidada, é como segue:

	<i>Em milhares de Reais</i>	
	2016	2015
Créditos privados e depósitos	10.591	17.620
Fundos de investimento	2.369.002	1.879.652
Investimentos imobiliários	70.399	68.447
Empréstimos e financiamentos	13.898	13.500
Depósitos judiciais/recursais	302	3.189
Outros realizáveis	63.989	71.183
	2.528.181	2.053.591

7.1. CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

Estão registradas as aplicações em títulos privados e va-

lores a receber de empresas privadas, com gestão própria do Nucleos (carteira própria). A composição, em 31 de dezembro, posição consolidada, é como segue:

Em milhares de Reais

	2016	2015
Certificados de depósito bancário - CDB	-	7.035
Banco Santander	-	7.035
Debêntures não conversíveis	10.591	10.585
Sanesalto Saneamento	10.591	10.585
Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	62.250	51.509
(-) Provisão para perda (ULBRA)	(62.250)	(51.509)
Têxtil Renaux (TXRX)	54.952	15.350
(-) Provisão para perda (TXRX)	(54.952)	(15.350)
	10.591	17.620

Os CDBs de emissão do Banco Santander foram adquiridos em outubro de 2006 e integraram o patrimônio do fundo de investimento Nucleos II até 15 de junho de 2012, data em que foram transferidos para a carteira própria do Nucleos. Esses títulos foram resgatados no vencimento, em 30 de setembro de 2016, no valor total de R\$ 7.810.

As debêntures de emissão da Sanesalto Saneamento foram adquiridas em outubro de 2004, cujas condições em vigor até o exercício de 2013 previam o pagamento de juros à taxa de 11,50% ao ano, atualização monetária pelo IGP-M e amortização em 12 (doze) parcelas com término em 01 de junho de 2021. Em 26 de junho de 2014, os debenturistas reunidos na 19ª. assembleia, por maioria e com voto contrário do Nucleos, aprovaram a reestruturação das debêntures de emissão da Sanesalto, com o reescalonamento dos prazos e alteração nas condições de pagamento e remuneração. Com a reestruturação a taxa de juros foi reduzida para 6,25% ao ano e as parcelas vencidas foram incorporadas ao principal, sendo que o prazo de pagamento passou para 10 anos, com início em junho de 2015, após carência de 12 meses, e término em maio de 2025. Até o fechamento destas notas explicativas, as parcelas da amortização e juros foram recebidas regu-

larmente, conforme aprovado na assembleia de 26 de junho de 2014.

As debêntures de emissão da Ulbra foram adquiridas em 2003 e 2004, sendo que o Nucleos, por meio do Agente Fiduciário, ingressou em 2009 com ação judicial de execução para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas pela Ulbra na escritura de emissão de debêntures, e aguarda o desfecho do processo. Em 31 de agosto de 2009, foi constituída provisão para perda referente à totalidade do investimento, por ter sido considerado de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2016, a dívida referente a esses títulos, atualizada com base nas informações prestadas pelo Agente Fiduciário e que se encontra integralmente provisionada para perda, monta a R\$ 62.250 (R\$ 51.509 em 2015).

As debêntures de emissão da Têxtil Renaux foram adquiridas em 2005, sendo que o Nucleos, por meio do Agente Fiduciário, ingressou com ação judicial de execução em 2006 para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento de obrigações assumidas pelo emitente, e aguarda o desfecho do processo. Em 31 de agosto de 2006 foi constituída provisão para perda referente à totalidade do inves-

timento, por ter sido considerado de difícil recebimento. A dívida vinha sendo atualizada com base em informações prestadas pelo Agente Fiduciário e foi ajustada em dezembro de 2016, considerando o cálculo do processo judicial de execução, que

tem por base valores apurados em perícia contábil-financeira. Em 31 de dezembro de 2016, a dívida relativa a esses títulos, que se encontra integralmente provisionada para perda, monta a R\$ 54.952 (R\$ 15.350 em 2015).

7.2. FUNDOS DE INVESTIMENTO

Registra as aplicações de recursos por meio de fundos de investimento de renda fixa, multimercado,

de ações e em participações, nos segmentos de renda fixa, renda variável e estruturados. A composição em 31 de dezembro, posição consolidada, é como segue:

Em milhares de Reais

	2016	2015
Fundos de investimento renda fixa	1.066.649	819.075
Nucleos II - FI Referenciado DI	186.854	171.883
Nucleos V - ALM FI RF Longo Prazo	442.654	325.140
Nucleos VI - Icatu Vanguarda ALM	437.141	321.929
Votorantim FICFI	-	123
Fundos de investimento multimercado	896.024	716.993
Nucleos I - Brasil Plural FIM	381.904	326.871
Nucleos VIII - FI Multimercado	387.451	327.118
Fundos não exclusivos	126.669	63.004
Fundos de investimento em ações	312.045	260.311
Nucleos III - Brasil Plural FIA	141.612	121.236
Nucleos IV - Santander FIA	62.452	44.642
Fundos não exclusivos	107.981	94.433
Fundos de investimento em participações	94.284	83.273
CRT FIP	88.192	77.152
Energia PCH FIP	6.092	6.121
	2.369.002	1.879.652

A classificação dos fundos de investimento segue a normatização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Com a edição da Instrução Normativa CVM nº 555, de 17/12/2014 ("ICMV 555/14"), o

regulamento da Instrução Normativa CVM nº 555, de 17/12/2014 ("ICMV 555/14"), o

fundo de investimento Nucleos II – FI Referenciado DI, antes classificado como “Fundo Referenciado” passou para a classe de “Fundos de Renda Fixa”. Essa adequação não gerou modificação nas políticas, estratégias e composição do referido fundo de investimento.

Os recursos aplicados no fundo de investimento Votorantim FICFI foram totalmente resgatados em 29 de junho de 2016.

A composição dos fundos de investimento não exclusivos, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

	2016	2015
Fundos de investimento multimercado	126.669	63.004
Safra Galileo FIM	-	20.181
GAP Long Short FIM	24.333	21.098
Gávea Macro FIC FIM	25.207	21.725
Ibiuna Hedge STH FIC FIM	23.902	-
Garde D'Artagnan FIC FIM	26.214	-
Mauá Macro FIC FIM	27.013	-
Fundos de investimento em ações	107.981	94.433
Apex Ações 30 FIC FIA	-	18.027
BTG Pactual Absoluto Institucional FIC FIA	-	19.489
JPM Ações FIC FIA	21.149	18.815
JGP Explorer Institucional FIA	24.325	18.595
Ibiuna Equities FIC FIA	23.165	19.507
Atmos Inst FIC FIA	39.342	-
	234.650	157.437

Os recursos aplicados no fundo BTG Pactual Absoluto Institucional FIC FIA foram integralmente resgatados no final de 2015. O recebimento dos recursos resgatados (liquidação financeira) ocorreu em 4 de janeiro de 2016.

As aplicações no fundo de investimento Atmos Institucional FIC FIA ocorreram em janeiro e fevereiro de 2016.

Em março de 2016, as operações do gestor Gávea Investimentos Ltda. foram adquiridas pela J.P. Morgan Administradora de Carteiras Brasil Ltda. Com

isso, houve troca de gestor e da denominação do fundo de investimento, de Gávea Ações FIC FIA para JPM Ações FIC FIA.

Em março de 2016, ocorreu o resgate total dos recursos aplicados no fundo de investimento Apex Ações 30 FIC FIA.

Em maio de 2016, foram aplicados recursos nos fundos de investimento Ibiuna Hedge STH FIC FIM, Garde D'Artagnan FIC FIM e Mauá Macro FIC FIM.

Em junho de 2016, foram resgatados os recursos

investidos no fundo Safra Galileo FIM.

Os fundos de investimento multimercado, não exclusivos, pertencem ao segmento de investimentos estruturados.

Os valores apresentados correspondem ao patrimônio líquido dos fundos de investimento e, no caso dos fundos não exclusivos, representam a participação do Nucleos no patrimônio líquido de

cada fundo.

Os fundos de investimento são registrados pelo custo de aquisição e ajustados pelo valor das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos de investimento.

A identificação dos fundos de investimento, seus gestores e administradores, posição em 31 de dezembro de 2016, estão listados a seguir:

Fundo de investimento	Gestor	Administrador
Nucleos I - Brasil Plural Fundo de Investimento Multimercado	Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos II - Fundo de Investimento Referenciado DI	BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	BEM DTVM Ltda.
Nucleos III - Brasil Plural FI em Ações	Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos IV - Santander Fundo de Investimento em Ações	Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos V - ALM Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos VI - Icatu Vanguarda ALM Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos VIII - Fundo de Investimento Multimercado	BBM I Gestão de Recursos Ltda. (i)	BEM DTVM Ltda.
JPM Ações Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	J.P. Morgan Administradora de Carteiras Brasil Ltda.	BEM DTVM Ltda.
JGP Explorer Institucional Fundo de Investimento em Ações	JGP Gestão de Recursos Ltda.	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Ibiuna Equities Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	Ibirapuera Performance Investimentos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
GAP Long Short Fundo de Investimento Multimercado	GAP Prudencial LT Gestão de Recursos Ltda.	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Gávea Macro Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Gávea Investimentos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Mauá Macro Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos Multimercado	Mauá Investimentos Ltda	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM
Ibiuna Hedge STH Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado	Ibirapuera Performance Investimentos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Garde D'Artagnan Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado	Garde Asset Management Gestão de Recursos Ltda.	Intrag DTVM Ltda.
Atmos Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda.	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
CRT FIP	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.
Energia PCH FIP	Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda. (ii)	Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.

(i) Até 04/08/2016 sob gestão da J. Safra Asset Management Ltda.

(ii) Até 19/06/2016 sob gestão da Infra Asset Management Ltda.

Os fundos de investimento Nucleos I, II, III, IV, V, VI e VIII são exclusivos. Nesses fundos de investimento o Nucleos é o único cotista.

A empresa BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) Ltda. é uma empresa do Grupo Bradesco (Banco Bradesco S/A).

7.2.1. Composição dos fundos de investimento

O quadro a seguir apresenta o detalhamento e composição dos recursos com gestão terceirizada, por meio de fundos de investimento exclusivos e não exclusivos, nos diversos segmentos e modalidades de aplicação, posição consolidada, em 31 de dezembro:

Em milhares de Reais

	2016		2015	
	Valor	Particip. (%)	Valor	Particip. (%)
Renda fixa	1.814.411	76,59	1.458.506	77,59
Títulos públicos federais	1.750.990	73,91	1.343.608	71,47
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional - Série B	925.072	39,05	783.293	41,67
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional - Série C	113.112	4,77	109.067	5,80
NTN-F - Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	1.752	0,09
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	392.580	16,57	217.360	11,56
LTN - Letras do Tesouro Nacional	494	0,02	812	0,04
Operações compromissadas	319.732	13,50	231.324	12,31
Créditos privados e depósitos	63.421	2,68	114.775	6,11
Debêntures (a)	9.231	0,39	30.191	1,61
Letras Financeiras Subordinadas (b)	53.439	2,26	84.584	4,50
Certificados de depósito bancário - CDB	751	0,03	-	-
Fundos de investimento	-	-	123	0,01
Cotas de fundos de renda fixa	-	-	123	0,01
Renda variável	329.026	13,89	251.595	13,39
Ações (c)	221.045	9,33	176.651	9,40
Cotas de fundos de ações	107.981	4,56	74.944	3,99
Investimentos estruturados	220.953	9,33	146.277	7,78
CRT FIP	88.192	3,72	77.152	4,10
Energia PCH FIP	6.092	0,26	6.121	0,33
Cotas de fundos multimercado	126.669	5,35	63.004	3,35
Tesouraria/contas a receber/pagar dos fundos	4.612	0,19	23.274	1,24
	2.369.002	100,00	1.879.652	100,00

A gestão dos fundos de investimento exclusivos é discricionária, ou seja, a decisão para a alocação de recursos em determinado ativo cabe ao gestor do fundo.

Na aplicação dos recursos em títulos e valores mobiliários e em quaisquer outros ativos de investimento o gestor deve observar a conformidade com as disposições contidas no Regulamento do fundo, na Política de Investimentos do Nucleos e na Resolução CMN nº 3.792/2009, bem como em normativos expedidos

pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todos os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos estão precificados a valor de mercado (Nota 7.7.2).

(a) O detalhamento dos investimentos em debêntures que compõem a carteira dos fundos exclusivos, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

Emissor	Faixa de vencimento	2016	
		Valor	Particip. (%)
Conces. Rodovias Oeste São Paulo Viaoeste S.A.	Até 360 dias	576	6,24
Iguatemi Empresa Shopping Centers S.A.	De 361 a 720 dias	1.041	11,28
Companhia Saneamento Paraná - Sanepar	De 361 a 720 dias	1.012	10,96
Cia Saneamento Minas Gerais Copasa MG	De 721 a 1.080 dias	843	9,13
Ampla Energia Serviços S.A.	De 721 a 1.080 dias	1.343	14,55
Ecorodovias Concessões Serviços S.A.	Acima de 1.080 dias	586	6,35
Contax Participações S.A.	Acima de 1.080 dias	2.795	30,28
Andrade Gutierrez Participações S.A.	Acima de 1.080 dias	1.035	11,21
		9.231	100,00

Em milhares de Reais

Emissor	Faixa de vencimento	2015	
		Valor	Particip. (%)
BNDES Participações S.A. - BNDESPar	Até 360 dias	8.962	29,68
Conces. Rodovias Oeste São Paulo Viaoeste S.A.	De 361 a 720 dias	1.727	5,72
Iguatemi Empresa Shopping Centers S.A.	De 721 a 1.080 dias	2.071	6,86
Companhia Saneamento Paraná - Sanepar	De 721 a 1.080 dias	1.522	5,04
Contax Participações S.A.	De 721 a 1.080 dias	3.960	13,12
Ecorodovias Concessões Serviços S.A.	Acima de 1.080 dias	6.641	22,00
Ecorodovias Infraestrutura Logística S.A.	Acima de 1.080 dias	1.158	3,84
Andrade Gutierrez Participações S.A.	Acima de 1.080 dias	2.032	6,73
Cia Saneamento Minas Gerais Copasa MG	Acima de 1.080 dias	855	2,83
Ampla Energia Serviços S.A.	Acima de 1.080 dias	1.263	4,18
		30.191	100,00

(b) O detalhamento dos investimentos em letras financeiras que compõem a carteira dos fundos exclusivos, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

Emissor	Faixa de vencimento	2016	
		Valor	Particip. (%)
Banco Mercedes Benz Brasil S.A.	Até 360 dias	2.110	3,95
Banco Desenvol. Minas Gerais S.A. BDMG	Até 360 dias	209	0,39
Cia Crédito Financ. Invest. RCI Brasil	Até 360 dias	934	1,75
Itaú Unibanco S.A.	Até 360 dias	7.316	13,69
Banco Bradesco S.A.	Até 360 dias	4.387	8,21
Banco Alfa S.A.	De 361 a 720 dias	890	1,67
Banco do Brasil S.A.	De 361 a 720 dias	9.651	18,06
Banco Bradesco S.A.	De 361 a 720 dias	9.691	18,13
Cia Crédito Financ. Invest. RCI Brasil	De 361 a 720 dias	465	0,87
Banco Votorantim S.A.	Acima de 1.080 dias	466	0,87
Itaú Unibanco S.A.	Acima de 1.080 dias	17.320	32,41
		53.439	100,00

Em milhares de Reais

Emissor	Faixa de vencimento	2015	
		Valor	Particip. (%)
HSBC Bank Brasil S.A – Banco Múltiplo	Até 360 dias	7.578	8,96
Banco BBM S.A.	Até 360 dias	1.533	1,81
Banco Votorantim S.A.	Até 360 dias	17.227	20,37
Cia Crédito Financ. Invest. RCI Brasil	Até 360 dias	3.520	4,16
Itaú Unibanco S.A.	Até 360 dias	7.428	8,78
Banco Mercedes Benz Brasil S.A.	De 361 a 720 dias	1.840	2,18
Banco Desenvol. Minas Gerais S.A. BDMG	De 361 a 720 dias	629	0,74
Cia Crédito Financ. Invest. RCI Brasil	De 361 a 720 dias	936	1,11
Itaú Unibanco S.A.	De 361 a 720 dias	6.381	7,54
Banco Bradesco S.A.	De 361 a 720 dias	3.827	4,52
Banco do Brasil S.A.	De 721 a 1.080 dias	8.244	9,75
Banco Bradesco S.A.	De 721 a 1.080 dias	4.113	4,86
Banco Votorantim S.A.	Acima de 1.080 dias	1.139	1,35
Itaú Unibanco S.A.	Acima de 1.080 dias	20.189	23,87
		84.584	100,00

(c) O detalhamento dos investimentos em ações que compõem a carteira dos fundos exclusivos, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

Companhia	Código*	2016	
		Valor	Particip. (%)
Banco Bradesco S.A.	BBDC	34.223	15,48
Itaú Unibanco S.A.	ITUB	34.144	15,45
Petroleo Brasileiro S.A. Petrobras	PETR	22.626	10,24
Vale S.A.	VALE	18.043	8,16
Raia Drogasil S.A.	RADL	15.401	6,97
Kroton Educacional S.A.	KROT	9.891	4,47
Equatorial Energia S.A.	EQTL	8.874	4,01
BMFBovespa S.A.	BVMF	8.229	3,72
Gerdau S.A.	GGBR	7.713	3,49
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobrás	ELET	6.024	2,73
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.	ITSA	5.438	2,46
Ambev S.A.	ABEV	5.422	2,45
Cetip S.A. Mercados Organizados	CTIP	4.595	2,08
BRF S.A.	BRFS	3.323	1,50
Banco Brasil S.A.	BBAS	2.928	1,32
Telefônica Brasil S.A	VIVT	2.826	1,28
Ultrapar Participações S.A.	UGPA	2.552	1,15
Cielo S.A.	CIEL	2.387	1,08
CPFL Energia S.A.	CPFE	1.817	0,82
JBS S.A.	JBSS	1.764	0,80
BB Seguridade Participações S.A.	BBSE	1.405	0,64
Hypermarcas S.A.	HYPE	1.399	0,63
CVC Brasil Oper. e Agência de Viagens S.A.	CVCB	1.363	0,62
Banco Santander (Brasil) S.A.	SANB	1.205	0,55
Lojas Renner S.A.	LREN	1.203	0,54
Multiplan - Empreend. Imobiliários S.A.	MULT	1.182	0,53
BR Malls Participações S.A.	BRML	1.027	0,46
Cosan S.A. Indústria e Comércio	CSAN	977	0,44
Embraer S.A.	EMBR	966	0,44
Cia Saneamento Básico Estado SP	SBSP	801	0,36
Klabin S.A.	KLBN	779	0,35
Cia Saneamento do Paraná - Sanepar	SAPR	744	0,34
Brasken S.A.	BRKM	716	0,32
Lojas Americanas S.A.	LAME	678	0,31
Cia Brasileira de Distribuição	PCAR	662	0,30
Cia Transm. Energia Elétrica Paulista	TRPL	662	0,30
CCR S.A.	CCRO	592	0,27
CESP - Cia Energética de São Paulo	CESP	589	0,27
Weg S.A.	WEGE	538	0,24
Demais empresas**		5.337	2,43
		221.045	100,00

*Código na BMFBovespa.

**Posição individual inferior a 500 mil reais.

Em milhares de Reais

Companhia	Código*	2015	
		Valor	Particip. (%)
Itaú Unibanco S.A.	ITUB	22.691	12,85
Klabin S.A.	KLBN	20.575	11,65
Cielo S.A.	CIEL	19.956	11,30
Lojas Americanas S.A.	LAME	17.482	9,90
Ultrapar Participações S.A.	UGPA	16.957	9,60
Suzano Papel e Celulose S.A.	SUZB	15.035	8,51
Ambev S.A.	ABEV	9.051	5,12
Petroleo Brasileiro S.A. Petrobras	PETR	7.048	3,99
Telefônica Brasil S.A.	VIVT	6.878	3,89
Cetip S.A. Mercados Organizados	CTIP	5.349	3,03
Raia Drogasil S.A.	RADL	4.552	2,58
Banco Bradesco S.A.	BBDC	3.895	2,20
JBS S.A.	JBSS	3.415	1,93
Equatorial Energia S.A.	EQTL	2.940	1,66
BRF S.A.	BRFS	2.448	1,39
Kroton Educacional S.A.	KROT	2.368	1,34
Cia Transm. Energia Elétrica Paulista	TRPL	1.440	0,82
Vale S.A.	VALE	1.371	0,78
Metalúrgica Gerdau S.A.	GOAU	1.261	0,71
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.	ITSA	1.230	0,70
Lojas Renner S.A.	LREN	885	0,50
Fibria Celulose S.A.	FIBR	875	0,50
BB Seguridade Participações S.A.	BBSE	737	0,42
Embraer S.A.	EMBR	700	0,40
BMFBovespa S.A.	BVMF	675	0,38
Dufry AG	DAGB	673	0,38
Banco Brasil S.A.	BBAS	559	0,32
Demais empresas**		5.605	3,15
		176.651	100,00

*Código na BMFBovespa.

**Posição individual inferior a 500 mil reais.

7.2.2. CRT FIP

Representa a aplicação efetuada em dezembro de 2003 no fundo de investimento em participações, denominado CRT FIP. Os recursos aplicados no CRT FIP, cuja participação do Nucleos é de 100%, foram

investidos em ações preferenciais da Concessionária Rio-Teresópolis S.A. O CRT FIP detinha 9.526 ações preferenciais classe A da empresa investida, correspondendo a 25,28% de ações dessa classe e 11,02% da totalidade das ações da Concessionária Rio-Teresópolis S.A.

As ações da Concessionária Rio-Teresópolis S.A., que compõem o patrimônio do CRT FIP, foram avaliadas pelo critério de valor justo, no encerramento dos exercícios de 2016 e 2015, com base em avaliação econômico-financeira realizada pela Hirashima e Associados (H&A), empresa independente especializada em avaliação de empresas, contratada pelo administrador fiduciário do fundo (Oliveira Trust).

A avaliação de valor justo para o ativo do CRT FIP foi realizada em consonância com os pronunciamentos contábeis vigentes no Brasil (CPCs), mais precisamente o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

O valor justo de um ativo financeiro é definido como o preço que seria recebido pela venda em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um ativo financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço de mercado”). Não havendo preço de mercado para esse ativo financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação adotadas pelo mercado financeiro, considerando as características específicas do ativo a ser mensurado e os riscos associados ao mesmo. Dessa forma, quando da efetiva realização financeira do investimento, o valor poderá vir a ser significativamente diferente daquele registrado em 31 de dezembro de 2016.

Para a realização da avaliação econômico-financeira das ações da Concessionária Rio-Teresópolis S.A. a empresa H&A utilizou a seguinte metodologia e premissas gerais:

Descrição	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Data-base do estudo:	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Metodologia:	Fluxo de caixa descontado utilizando o fluxo de caixa livre para a firma. Não foi considerada a perpetuidade, pois o contrato de concessão se encerra em março de 2021. Contudo, os fluxos de caixa foram estimados até 20 de setembro de 2027 (vide “Período de projeção”). Os fluxos foram estimados no meio de cada período “ <i>mid-year convention</i> ”	Fluxo de caixa descontado utilizando o fluxo de caixa livre para a firma. Não foi considerada a perpetuidade, pois o contrato de concessão se encerra em março de 2021. Contudo, os fluxos de caixa foram estimados até 20 de setembro de 2032 (vide “Período de projeção”). Os fluxos foram estimados no meio de cada período “ <i>mid-year convention</i> ”
Período de projeção:	11 anos e 03 meses, de 01 de outubro de 2016 a 20 de setembro de 2027. O prazo original do contrato de concessão encerrar-se-ia em 22 de março de 2021. Contudo, de acordo com a Nota Técnica 167 da ANTT de 29 de agosto de 2016, a ANTT reconhece que há o desequilíbrio do contrato de concessão pelo não reajuste de tarifas nos últimos anos. Esta nota técnica discute possíveis ações para o reequilíbrio. De acordo com o entendimento da Administração, face ao atual cenário econômico e político brasileiro, o procedimento mais provável de reequilíbrio será a prorrogação do período de concessão. De acordo com estimativa preparada pela ANTT esta prorrogação seria realizada até setembro de 2027.	17 anos, de 01 de agosto de 2015 a 21 de setembro de 2032. O prazo original do contrato de concessão encerrar-se-ia em 22 de março de 2021. Contudo, de acordo com a Nota Técnica 126 da ANTT, de 26 de agosto de 2015, a ANTT reconhece que há o desequilíbrio do contrato de concessão pelo não reajuste de tarifas nos últimos anos. Esta nota técnica discute possíveis ações para o reequilíbrio. De acordo com o entendimento da Administração, face ao atual cenário econômico e político brasileiro, o procedimento mais provável de reequilíbrio será a prorrogação do período de concessão. De acordo com estimativa preparada pela ANTT esta prorrogação seria realizada até setembro de 2032.
Taxa de desconto:	WACC de 10,0% em termos nominais ao ano (CAPM – Custo Médio Ponderado do Capital).	WACC de 10,0% em termos nominais ao ano (CAPM – Custo Médio Ponderado do Capital).

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

Descrição	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Fontes de informação:	Demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 e não auditadas de 30 de setembro de 2016, projeções macroeconômicas disponibilizadas pelo Banco Central, plano de negócios fornecido pela Administração, balancetes contábeis mensais de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e setembro de 2016, cronograma de investimentos preparado pela Administração e o contrato de concessão e seus aditivos.	Demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013 e 2014 e não auditadas de 30 de setembro de 2015, projeções macroeconômicas disponibilizadas pelo Banco Central, plano de negócios fornecido pela Administração, balancetes contábeis mensais de 2011, 2012, 2013, 2014 e setembro de 2015, cronograma de investimentos preparado pela Administração e o contrato de concessão e seus aditivos.

O Nucleos está desenquadrado em relação aos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 3.792/2009, por deter 100% das cotas do CRT FIP, adquiridas em 2003. O Nucleos iniciou em 2007 ações para enquadramento nos limites legais, que consiste em ofertas públicas (semestrais até 2012 e trimestrais a partir de 2013), através de leilões eletrônicos da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Apesar de ampla divulgação não houve interessados nas ofertas realizadas até o fechamento do balanço. Outras alternativas para o reenquadramento do investimento foram avaliadas pelo Nucleos, porém nenhuma delas se mostrou viável sob o aspecto legal e financeiro.

7.2.3. Energia PCH FIP

Representa a participação do Nucleos no fundo de investimento em participações, denominado Ener-

gia PCH FIP, adquirida em agosto de 2004. A participação do Nucleos no patrimônio do fundo é de 0,74%, cuja carteira é composta, principalmente, por adiantamentos concedidos à empresa Juruena Participações S.A. e por ações da referida empresa.

7.3. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os investimentos em imóveis estão registrados pelos valores de aquisição, acrescidos dos custos sobre a operação e são reavaliados a valor de mercado, com intervalo máximo de três anos. Os valores apresentados são líquidos da depreciação acumulada. São depreciados pelo método linear, exceto a fração do terreno, em função da vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação. A composição da carteira de imóveis para aluguel e renda, em 31 de dezembro, é como segue:

	Em milhares de Reais	
	2016	2015
Uso próprio	7.055	7.082
Av. República do Chile, 230 - 15º andar - Ala Sul	7.055	7.082
Locados a terceiros	63.224	61.217
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	11.936	11.871
Rua Victor Civita, 66 - bl. 01 - sala 502	6.256	6.282
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	12.593	12.641
Av. República do Chile, 230 - 15º andar - Ala Norte	5.539	5.559
Av. Rio Branco, 1 - 19º andar	26.900	24.864
Valores a receber	120	148
Aluguéis e encargos locatícios	120	148
	70.399	68.447

Em uso próprio está registrado o imóvel ocupado pela estrutura administrativa do Nucleos, sendo que o Plano de Gestão Administrativa – PGA remunera mensalmente os investimentos do plano de benefícios pela ocupação, em valor compatível com o mercado, conforme determina a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Em locados a terceiros estão registrados os imóveis alugados ou colocados à disposição para locação.

Os aluguéis e encargos locatícios são referentes ao mês de encerramento dos balanços e foram recebidos regularmente no mês seguinte ao de referência,

conforme disposições contratuais.

7.3.1. Reavaliações dos investimentos imobiliários

Os imóveis são reavaliados por empresas especializadas em avaliações patrimoniais, em período não superior a três anos, conforme determina a Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009. Para a avaliação dos imóveis e emissão dos laudos de avaliação as empresas seguem critérios estabelecidos em normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. A seguir a última avaliação realizada para cada imóvel que compõe a carteira imobiliária do Nucleos.

Em milhares de Reais

IMÓVEL	Data da última avaliação	Vida útil (anos)	Valor da última avaliação	Valor contábil antes da reavaliação	Resultado na reavaliação
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar (i)	05/2016	52	11.976	11.853	123
Rua Victor Civita, 66 - bl. 01 - sala 502 (i)	12/2014	62	6.310	5.301	1.009
Av. República do Chile, 230 - 14º andar (i)	10/2014	57	12.700	11.557	1.143
Av. República do Chile, 230 - 15º andar (i)	10/2014	57	12.700	11.825	875
Av. Rio Branco, 1 - 19º andar (ii)	12/2016	40	26.900	24.383	2.517

(i) Avaliação realizada pela empresa Avaliações Patrimoniais e Estudos Técnicos Ltda. - Apet- EPP, CNPJ nº 32.321.333/0001-09.

(ii) A avaliação realizada pela empresa Praxis Avaliação Patrimonial Ltda., CNPJ nº 02.393.061/0001-91.

A reavaliação de investimentos imobiliários no exercício de 2016 gerou um ganho (resultado positivo de reavaliação) no valor de R\$ 2.640, que foi contabilizado no resultado dos investimentos e incorporado ao patrimônio do plano de benefícios. O preço por metro quadrado nas regiões onde se situam os imóveis não reavaliados no exercício de 2016 não apresentaram variações relevantes.

7.4. EMPRÉSTIMOS

Representam os saldos dos empréstimos concedidos aos participantes do Plano Básico de Benefícios (PBB), os quais são corrigidos pela variação do INPC (IBGE), acrescida de juros de 6% ao ano, para os contratos assinados até fevereiro de 2010, e de juros de 7% ao ano, para os contratos assinados a partir de março de 2010. A posição da carteira, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

	2016	2015
Principal e encargos contratuais	15.533	14.816
(-) Provisão para perda	(1.635)	(1.316)
	13.898	13.500

A provisão para perda no recebimento dos empréstimos a participantes foi constituída de acordo com os critérios fixados pela Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009, que determina percentuais a serem adotados sobre os valo-

res vencidos e vincendos para o provisionamento de direitos creditórios de liquidação duvidosa. O valor provisionado para perda conforme o tempo de inadimplência do mutuário está demonstrado a seguir:

Dias de Atraso	% de Provisão	2016	2015
61 a 120	25	22	19
121 a 240	50	106	108
241 a 360	75	34	41
Acima de 360	100	1.473	1.148
		1.635	1.316

A Entidade adotou medidas administrativas e judiciais cabíveis para a recuperação dos créditos provisionados para perda da carteira de empréstimos, bem como critérios mais rígidos na concessão de novos empréstimos.

culados a processos relativos aos investimentos, atualizados até a data do balanço pela variação da caderneta de poupança, com exceção dos depósitos vinculados a execuções fiscais com a Fazenda Nacional, que são corrigidos pela Selic. O saldo em 31 de dezembro e a movimentação em cada exercício está demonstrado a seguir:

7.5. DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Referem-se a depósitos judiciais ou recursais, vin-

	2016	2015
Saldo no início do exercício	3.189	8.077
Atualização dos depósitos	174	603
Depósitos recebidos/levantados (1)	(3.061)	-
Depósitos baixados	-	(5.491)
Saldo no final do exercício	302	3.189

(1) Depósito levantado face à extinção da execução fiscal, promovida pela Fazenda Nacional.

7.6. OUTROS REALIZÁVEIS

Os valores registrados em outros realizáveis dos investimentos são referentes a créditos decorrentes de ações judiciais. A composição, em 31 de dezembro, é como segue:

	2016	2015
IOF	2.137	4.718
Bacen	-	11.191
INSS	2.085	1.925
OFND	59.767	53.349
	63.989	71.183

7.6.1. IOF

Referente à restituição do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), criado pela Lei nº 8.033, de 10 de abril de 1990, objeto de Ação Ordinária de Repetição de Indébito a ser recebido em 10 (dez) parcelas anuais, por meio de precatório, tendo início de pagamento em maio de 2007. As parcelas do crédito foram corrigidas pelo IPCA-E, a partir da expedição do precatório, e acrescidas de juros simples de 6% ao ano, a partir de 2008, conforme disposições do Conselho da Justiça Federal para a atualização de precatórios federais. As parcelas devidas nos anos de 2007 a 2015 (parcelas de 01 a 09/10) foram recebidas regularmente. A última parcela (parcela 10/10) foi depositada em novembro de 2016 e, após a expedição alvará judicial em janeiro de 2017, foi efetivamente recebida em 10/02/2017, no valor de R\$ 2.163.

7.6.2. Bacen

Refere-se ao crédito em favor do Nucleos, nos autos do processo movido contra o Bacen (processo nº 93.0012123-5), visando à correção plena dos depósitos bancários existentes à época do plano econômico “cruzados novos”. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado. O valor da condenação foi atualizado pelo IPCA-E e juros simples de 1% ao mês até a expedição do precatório, ocorrida em junho de 2014. Após a expedição do precatório, o crédito foi atualizado pelo IPCA-E, conforme disposições do Conselho da Justiça Federal para a atualização de precatórios federais, até o efetivo recebimento do crédito total, ocorrido 28/12/2016, no valor de R\$ 12.086.

7.6.3. INSS

Registra o crédito em favor da Entidade, nos autos do processo movido contra o INSS (processo nº

99.021.2457-7), visando ao ressarcimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos a autônomos. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial, e a decisão condenatória favorável ao Instituto transitou em julgado. O precatório foi expedido em junho de 2012 e o depósito ocorreu em outubro de 2013, porém o valor foi bloqueado, face ao pedido de substituição do INSS pela União Federal como devedora do precatório, em atendimento às disposições da Lei nº 11.457/2007. Aguarda-se decisão sobre a substituição requerida pelo INSS. O crédito foi atualizado pelo rendimento da caderneta de poupança, mesmo critério de remuneração adotado pelo banco depositário da quantia, que se encontra bloqueada e à espera de decisão sobre a substituição do devedor, para posterior levantamento pelo Nucleos.

7.6.4. OFND

O Instituto, juntamente com outras Entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), foi obrigado a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs), o que fez entre dezembro de 1986 e abril de 1987.

Essas obrigações eram atualizadas pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs). Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, as OTNs foram extintas, passando a atualização a ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC). No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 4 de junho de 1990, comunicou às Entidades que o rendimento das OFNDs passaria a ser indexado ao valor dos Bônus do Tesouro Nacional (BTNs).

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), em defesa de suas associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização. A ação movida pela Abrapp (processo nº 91.012.3902-3),

requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991, transitou em julgado em novembro de 2010, com decisão favorável ao pleito das EFPCs. Com base nessa decisão, o Nucleos efetuou o registro contábil do valor a receber, no montante de R\$ 29.524, de acordo com o laudo técnico elaborado por consultoria especializada, contratada pela Abrapp. Esse valor foi revertido em 2011, conforme determinado pela Previc, por meio do Ofício nº 4680/2011/CGMC/DIACE/PREVIC.

Em 30 de junho de 2011, a Abrapp promoveu a execução da sentença. Após citada, a União Federal opôs embargos à execução e ingressou com Ação Rescisória (processo nº 2012.02.01.000858-3), com pedido de antecipação de tutela, a fim de declarar a improcedência dos pedidos formulados pela Abrapp no processo nº 91.012.3902-3 e suspender a execução e o pagamento do valor envolvido no litígio. A antecipação de tutela foi deferida em parte para suspender a realização de quaisquer pagamentos até o julgamento da Ação Rescisória.

Em 18 de abril de 2013, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região julgou improcedente a Ação Rescisória. Em seu voto, o Desembargador Relator ressaltou não vislumbrar “qualquer violação a literal disposição de lei de forma direta e frontal, a ensejar o ajuizamento de ação rescisória, pretendendo a União, na verdade, valer-se dessa ação de natureza desconstitutiva negativa unicamente com o fim de se permitir novo julgamento à luz de outro enfoque”. No mesmo sentido, já havia se pronunciado o Ministério Público Federal, afirmando que “as hipóteses de cabimento da ação rescisória devem ser aplicadas de forma bastante restritiva, sob pena de se transmudar a mesma em uma espécie de recurso mega extraordinário elastecendo o prazo de dois anos, podendo ocasionar grave ofensa ao princípio da segurança jurídica. O que a União está objetivando no caso é a rediscussão da decisão já

transitada em julgado, sendo que a rescisória é via completamente inadequada para este fim. Portanto, conclui-se da ausência de pressuposto de admissibilidade da rescisória” (Parecer de 25/05/2012). Contra essa decisão, a União Federal interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, pretendendo levar aos tribunais superiores toda a discussão do mérito da causa. Até o fechamento das notas explicativas de 2014, esses recursos aguardavam o exame de admissibilidade pelo TRF-2ª. Região.

Em 15 de dezembro de 2011, o Nucleos moveu ação ordinária em face da Previc, com pedido de antecipação de tutela, especificamente para que fosse declarado nulo e sem efeito o Ofício nº 4680/2011/CGMC/DIACE/PREVIC e, com isso, obter autorização judicial para a escrituração contábil do crédito decorrente da correção das OFNDs (processo 0020011-95.2011.4.02.5101).

Em 30 de junho de 2014, o Juízo da 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro julgou procedente a ação movida pelo Nucleos, declarando a nulidade da determinação contida no aludido ofício, com o consequente reconhecimento do direito do Nucleos de promover a escrituração dos créditos das OFNDs, objeto da ação judicial movida pela Abrapp em face da União Federal, já transitada em julgado. A sentença aduz que “Se determinado fato ocorreu, e ele é digno de contabilização, conforme o regramento do Conselho Federal de Contabilidade, deve ser registrado. Não há opção de postergar seu reconhecimento segundo a conveniência da Entidade e/ou do órgão regulador. A prudência, em que pese virtude, não é suficiente para embasar a postergação do reconhecimento de resultados e/ou justificar a omissão de receitas”. O Magistrado também consignou expressamente na sentença que a não escrituração do crédito apto a impactar no resultado contábil, decorrente de ação judicial transitada em julgado, pode ensejar a autuação da Entidade, com base na alegação de omissão ou postergação de receitas, nos precisos termos

do art. 273 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 3.000/99).

Posteriormente, em 25 de julho de 2014, em decisão integradora proferida no julgamento dos embargos de declaração opostos pelo Nucleos, o Juízo da 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro deferiu o pedido de antecipação de tutela para “determinar o imediato cumprimento do comando sentencial”, ou seja, a imediata escrituração dos créditos decorrentes do processo nº 91.012.3902-3. Em outubro de 2014, a Previc interpôs recurso de apelação, pretendendo a reforma da sentença. Esse recurso encontra-se pendente de julgamento.

No que tange aos recursos interpostos pela União Federal contra a decisão que julgou improcedente a ação rescisória e que aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores, na avaliação dos consultores jurídicos, sob o aspecto estritamente técnico, baseado no ordenamento jurídico do país, é remota a sua possibilidade de êxito. Ou seja, à luz das normas legais em vigor, é remota a possibilidade de reversão da condenação imposta à União. Considerando tais circunstâncias, a Administração do Nucleos entendeu não se tratar de ativo contingente, fato expressamente exposto e reconhecido pelo Juízo da 32ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro no julgamento do processo 0020011-95.2011.4.02.5101, concluindo, assim, que o crédito preenche adequadamente os requisitos para o reconhecimento contábil.

Dessa forma, em agosto de 2014, em atendimento ao comando sentencial e baseado em posicionamento técnico, o Nucleos efetuou a escrituração contábil do crédito, no valor de R\$ 45.114, conforme cálculo elaborado por consultoria externa, o que corresponde ao valor atualizado objeto de execução, que em junho de 2011 era de R\$ 29.524 (efetuado pela mesma empresa de consultoria), valor este registrado na contabilidade em 2010 e revertido em

2011, no estrito cumprimento do Ofício Previc nº 4680, cujos efeitos foram retirados com a decisão do processo 0020011-95.2011.4.02.5101. A decisão da Diretoria Executiva foi devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo do Nucleos, conforme Manifestação do colegiado às Demonstrações Contábeis do exercício de 2014.

Em relação à ação ordinária movida pelo Nucleos, que aguarda o julgamento de recurso de apelação interposto pela Previc, em 30 de abril de 2015, o Ministério Público Federal apresentou parecer nos autos opinando pelo seu desprovimento e consequente manutenção da sentença que julgou procedente o pleito do Instituto (escrituração contábil do crédito das OFNDs), concluindo que o Juízo examinou adequadamente o conjunto fático-probatório dos autos e aplicou a legislação de regência, razão pela qual a sentença merece ser mantida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. O referido parecer reforça os argumentos apresentados pelo Nucleos e acolhidos no julgamento de primeira instância.

No que tange à Ação Rescisória, em 27 de maio de 2015, em exame realizado pelo TRF-2ª Região, foram admitidos os Recursos, Especial e Extraordinário, interpostos pela União contra a decisão que julgou improcedente a referida ação, os quais aguardam julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF), respectivamente. Sobre essa decisão, os advogados do Nucleos afirmam que a simples admissão dos recursos não modifica a avaliação sobre o desfecho da Ação Rescisória, uma vez que o mérito dos recursos ainda será analisado no momento oportuno e após a apresentação de memoriais e sustentação dos advogados das partes.

No tocante à execução do crédito, em 27 de novembro de 2015, a Abrapp distribuiu diversos procedimentos de liquidação de sentença que tem por objeto a execução do crédito das OFNDs. O processo

de execução do crédito do Nucleos, em conjunto com outras 6 (seis) Entidades, foi autuado sob nº 0145892-43.2015.4.02.5101, distribuído à 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

A decisão de promover a execução dividida por grupo de Entidades foi tomada diante do entendimento mantido pelo TRF da 2ª. Região pelo desmembramento da execução. Esse entendimento implica na execução do crédito em separado, mediante interposição de processos executórios próprios por cada Entidade beneficiária do crédito, a serem distribuídos nos juízos competentes, contrariando a posição dos advogados da Abrapp, que defendiam o prosseguimento da execução da sentença em um único processo. Após a decisão do TRF-2ª. Região, a Abrapp interpôs Recurso Especial, levando a discussão da matéria ao STJ. No entanto, em janeiro de 2016, a fim de evitar a configuração de litispendência (litígios simultâneos sobre a mesma pretensão), a Abrapp desistiu desse recurso, que aguardava o exame de admissibilidade.

No exercício de 2016 e até o fechamento destas notas explicativas não ocorreram alterações relevantes nos processos (ação ordinária do Nucleos, ação rescisória e execução do crédito), que merecessem registro nestas notas explicativas, baseado em posicionamento dos advogados que acompanham o assunto.

Diante do exposto, o registro contábil do crédito foi mantido no exercício de 2016, uma vez que não

ocorreram alterações relevantes nas circunstâncias presentes na decisão que referendou a contabilização em agosto de 2014.

O valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 monta a R\$ 59.767 (R\$ 53.349 em 2015).

É relevante registrar que o crédito contabilizado representa pequena parcela do patrimônio da Entidade (aprox. 2%) e não traz qualquer risco à solvência e liquidez do plano de benefícios.

7.7. CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria da Entidade e as carteiras dos fundos de investimento exclusivos foram classificados nas seguintes categorias: Títulos mantidos até o vencimento e Títulos para negociação.

7.7.1. Títulos mantidos até o vencimento

Referem-se a títulos e valores mobiliários que, observadas a capacidade financeira e a estratégia da Entidade, são mantidos em carteira até os seus respectivos vencimentos. São avaliados pelo custo de aquisição e acrescidos dos rendimentos estabelecidos quando do investimento e acumulados até a data dos balanços.

	2016		2015	
	Valor de custo atualizado	Valor de realização	Valor de custo atualizado	Valor de realização
Debêntures não conversíveis Sanesalto Saneamento	10.591	10.591	10.585	10.585
	10.591	10.591	10.585	10.585

O prazo final para a amortização das debêntures de emissão da Sanesalto vence em maio de 2025.

Os títulos mantidos até o vencimento não puderam ser precificados a valor de mercado em razão da inexistência de negociação desses títulos no mercado.

Em 2016 e 2015 não houve reclassificação de categoria para os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria, bem como as carteiras dos fundos de investimento exclusivos.

7.7.2. Títulos para negociação

Nessa categoria foram classificados os Certificados de Depósito Bancário – CDB, em carteira própria, e todos os títulos e valores mobiliários que integram as carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Entidade (Núcleos I, II, III, IV, V, VI e VIII). Estão também incluídos nessa categoria os títulos e valores mobiliários das carteiras dos fun-

dos de investimento não exclusivos, de acordo com os normativos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

8. PERMANENTE

O imobilizado é composto por bens utilizados no desempenho das atividades do Núcleos. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que consideram a vida útil econômica desses bens, sendo fixado em 10% para móveis e utensílios, 20% para computadores e periféricos, 10% para aparelhos de som e imagem e 20% para equipamentos de comunicação.

O intangível refere-se a gastos com aquisição de *software* e/ou direitos de uso de sistemas operacionais de informática e são amortizados à taxa de 20% ao ano ou pelo prazo da licença.

Os valores apresentados são líquidos da depreciação e amortização.

	31 de dezembro de 2015	Depreciação/ amortização	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2016
Imobilizado	398	(162)	2	-	238
Móveis e utensílios	45	(20)	-	-	25
Computadores e periféricos	346	(141)	2	-	207
Aparelhos de som e imagem	4	-	-	-	4
Equipamentos de comunicação	3	(1)	-	-	2
Intangível	50	(42)	4	-	12
	448	(204)	6	-	250

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Registra os saldos de obrigações oriundas da ati-

vidade regular da Entidade, atualizadas até a data do balanço, quando aplicável. A composição em 31 dezembro é como segue:

	2016	2015
Gestão previdencial	4.784	2.147
Benefícios a pagar (1)	2.450	6
Retenções a recolher	716	505
Obrigações contratadas	1.605	1.636
Outras exigibilidades	13	-
Gestão administrativa	1.404	1.306
Contas a pagar	790	720
Retenções a recolher	461	388
Tributos a recolher	89	74
Outras exigibilidades	64	124
Investimentos	674	74
	6.862	3.527

(1) Em 2016 inclui o saldo atualizado de contribuições não resgatadas ("Reservas Não Pagas"), de participantes com inscrição cancelada no plano de benefícios, na forma do Regulamento, no montante de R\$ 2.440.

9.1. OBRIGAÇÕES CONTRATADAS

Registra o saldo pendente de compensação ou devolução referente ao valor excedente de contribuições

normais aportadas pelas patrocinadoras, em comparação com a contribuição normal dos participantes do Plano Básico de Benefícios. O saldo por patrocinadora, em 31 de dezembro, é assim composto:

	2016	2015
INB	468	478
Eletronuclear	450	463
Nuclep	687	695
	1.605	1.636

10. PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

10.1. PROVISÕES (EXIGÍVEL CONTINGENCIAL)

As provisões para contingências foram registradas

para as ações judiciais em que a Entidade é parte, cuja avaliação de perda foi considerada "provável" pelos escritórios patronos dessas ações. O montante estimado de perda registrado em cada gestão, em 31 de dezembro, é como segue:

	2016	2015
Gestão previdencial	458	265
Gestão administrativa	200	388
Investimentos	304	307
	962	960

As ações judiciais envolvem litígios de natureza administrativa, cível, previdenciária, trabalhista e tributária. Os quadros a seguir apresentam a composição dos valores provisionados, em 31 de dezembro, por natureza da ação e a gestão envol-

vida, registrados no exigível contingencial, bem como os depósitos judiciais/recursais vinculados, os quais estão registrados em conta do ativo no realizável, em cada gestão (previdencial, administrativa e investimentos).

10.1.1 Valores provisionados referente às ações judiciais com avaliação de perda "provável"

Natureza da ação judicial	Valor da Provisão (\$)	Por Gestão (\$)		
		Previdencial	Administrativa	Investimentos
Cível	14	-	12	2
Cível-Previdenciária	458	458	-	-
Trabalhista	154	-	154	-
Trabalhista-Previdenciária	-	-	-	-
Tributária	336	-	34	302
	962	458	200	304

Natureza da ação judicial	Valor da Provisão (\$)	Por Gestão (\$)		
		Previdencial	Administrativa	Investimentos
Cível	147	-	119	28
Cível-Previdenciária	235	235	-	-
Trabalhista	269	-	269	-
Trabalhista-Previdenciária	30	30	-	-
Tributária	279	-	-	279
	960	265	388	307

As ações judiciais de natureza cível visam, principalmente, a reparação financeira por eventuais danos que o Núcleo possa ser responsabilizado no exercício de suas atividades regulares.

As ações judiciais de natureza cível-previdenciária e trabalhista-previdenciária visam, principalmente, a revisão de benefícios por participantes do Plano Básico de Benefícios – PBB, administrado pelo Núcleo.

As ações de natureza trabalhista envolvem litígios

com ex-empregados, em que se discute direitos e obrigações das partes, oriundas de relações trabalhistas mantidas com a Entidade.

As ações judiciais de natureza tributária tiveram por objeto, principalmente, a discussão de débitos de IPTU de 1989 a 1991, com o Município do Rio de Janeiro (credor), período em que se discutia a imunidade tributária das EFPCs. A tese da imunidade não prosperou no STF e o êxito do credor foi reconhecido pelo juízo competente. O saldo remanescente (provisão e depósito), refere-se a um dos processos

que, embora haja autorização do juízo para o levantamento do depósito judicial, o Núcleo não obteve

a comprovação da efetiva transferência aos cofres do Município do Rio de Janeiro.

10.1.2. Depósitos judiciais/recursais vinculados às ações judiciais com avaliação de perda "provável"

2016

Natureza da ação judicial	Valor do Depósito (\$)	Por Gestão (\$)		
		Previdencial	Administrativa	Investimentos
Cível-Previdenciária	-	-	-	-
Trabalhista	154	-	154	-
Trabalhista-previdenciária	-	-	-	-
Tributária	302	-	-	302
	456	-	154	302

2015

Natureza da ação judicial	Valor do Depósito (\$)	Por Gestão (\$)		
		Previdencial	Administrativa	Investimentos
Trabalhista	55	-	55	-
Trabalhista-previdenciária	20	20	-	-
Tributária	279	-	-	279
	354	20	55	279

10.2. PASSIVOS CONTINGENTES

O valor estimado e não contabilizado envolvido nas ações judiciais em que a Entidade é parte, cuja avaliação de perda foi considerada "possível" pela administração do Núcleo, baseada na posi-

ção dos escritórios que patrocinam essas ações, em 31 de dezembro de 2016, monta a R\$11.347 (R\$ 6.592 em 2015). Os quadros a seguir apresentam a composição dos valores envolvidos nessas ações, por natureza do litígio e gestão (previdencial e investimentos).

2016

Natureza da ação judicial	Valor Envolvido (\$)	Por Gestão (\$)	
		Previdencial	Investimentos
Cível	9.146	-	9.146
Cível-previdenciária	388	388	-
Trabalhista-previdenciária	263	263	-
Tributária	1.550	-	1.550
	11.347	651	10.696

2015

Natureza da ação judicial	Valor Envolvido (\$)	Por Gestão (\$)	
		Previdencial	Investimentos
Cível	6.455	-	6.455
Cível-previdenciária	68	68	-
Trabalhista-previdenciária	69	69	-
	6.592	137	6.455

O valor envolvido nas ações de natureza cível refere-se, principalmente, ao litígio envolvendo a empresa adquirente do imóvel situado em Botafogo-RJ, vendido pelo Nucleos em 2011. Nessa ação, cuja citação ocorreu em abril de 2014, a empresa autora cobra a devolução de parte do valor negociado, fruto das relações contratuais que cercaram a operação. A decisão de primeira instância foi favorável ao Nucleos, confirmada pela segunda instância, após julgamento de recurso da empresa autora, ocorrido em janeiro de 2016. Contra essa decisão, a empresa autora interpôs Recurso Especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que teve o seguimento negado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), por entender que o recurso não preenchia os requisitos necessários à sua admissibilidade. Contra a decisão do TJRJ, a empresa autora interpôs Agravo, o qual foi remetido ao STJ e distribuído ao Ministro Relator que, em decisão ocorrida em 09 de novembro de 2016, determinou a conversão do mesmo em Recurso Especial. Aguarda-se o julgamento do Recurso Especial pelo STJ. Não há depósitos judiciais/recursais vinculados ao processo.

As ações judiciais de natureza cível-previdenciária e trabalhista-previdenciária visam, principalmente, a revisão de benefícios por participantes do Plano Básico de Benefícios – PBB, administrado pelo Nucleos. Não há depósitos judiciais/recursais vinculados a essas ações.

10.3. ATIVOS CONTINGENTES

Em junho de 2003 o Nucleos ingressou com ações or-

dinárias em face da União requerendo a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária quanto às contribuições ao PIS e Cofins exigidos conforme a Lei nº 9.718, de 27/11/1998 e restituição das quantias pagas relativas a esses tributos, recolhidos à Receita Federal até janeiro de 2015. A ação relativa à Cofins está aguardando o julgamento de admissibilidade do Recurso Extraordinário e Recurso Especial do Nucleos e do Recurso Especial da União. A ação referente ao PIS encontra-se no aguardo de julgamento de Embargos de Declaração em Agravo Regimental interposto pelo Nucleos perante o Supremo Tribunal Federal. Não há depósitos judiciais vinculados a essas ações. O valor estimado do crédito envolvido nessas ações, em 31 de dezembro de 2016, monta a R\$ 13.198 (R\$ 12.331 em 2015), correspondente aos valores originais pagos, atualizados pela Selic, sendo referente a PIS a quantia de R\$ 2.119 (R\$ 1.985 em 2015) e R\$ 11.079 (R\$ 10.346 em 2015) referente à Cofins.

11. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

O patrimônio de cobertura do plano, em 31 de dezembro de 2016, monta a R\$ 2.918.608 (R\$ 2.429.865 em 2015), representando o valor do patrimônio, apurado na data do balanço, destinado à cobertura dos compromissos atuariais do plano de benefícios administrado pela Entidade (Plano Básico de Benefícios - PBB).

11.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros estabelecidos no regulamento do Plano Básico de Benefícios administrado pelo

Nucleos e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos. As provisões matemáticas, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram calculadas pela empresa Gama Consul-

tores Associados Ltda., conforme Parecer Atuarial de 13/02/2017 e de 29/01/2016, respectivamente. A posição em 31 de dezembro é como segue:

	2016	2015
Benefícios concedidos	1.135.712	823.534
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	1.135.712	823.534
Benefícios a conceder	1.674.504	1.723.013
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	1.555.859	1.602.207
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	118.645	120.806
(-) Provisões matemáticas a constituir	(24.763)	(33.319)
(-) Serviço passado - patrocinadoras	(24.763)	(33.319)
	2.785.453	2.513.228

11.1.1. Benefícios concedidos

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros dos assistidos em gozo de benefício, líquido de suas contribuições.

11.1.2. Benefícios a conceder

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes que não estejam em gozo de benefício, deduzido do valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos participantes e patrocinadoras.

11.1.3. Provisões matemáticas a constituir

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o

valor atual das contribuições extraordinárias futuras referente a serviço passado. Essas contribuições são destinadas à cobertura de compromissos previdenciais existentes na data da implantação do Plano Básico de Benefícios, de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras. O pagamento é realizado através de contribuição mensal calculada sobre a folha de salários de participação. O prazo de amortização é de 20 (vinte) anos e o término ocorrerá em novembro de 2020. Anualmente, no plano de custeio, a taxa é recalculada considerando o prazo remanescente de amortização.

11.1.4. Premissas e hipóteses atuariais

As principais hipóteses e premissas atuariais utilizadas nas avaliações de 2016 e 2015 estão resumidas a seguir:

	2016	2015
Hipóteses populacionais		
Base de dados	30/06/2016	30/06/2015
Taxa de rotatividade	Gama - Experiência Rotatividade Nucleos	Gama - Experiência Rotatividade Nucleos
Composição familiar - Ativos	95% casados, mulher 4 anos mais jovem que o homem e 2 filhos	95% casados, mulher 4 anos mais jovem que o homem e 2 filhos
Composição familiar - Aposentados	Conforme estado civil, mulher 4 anos mais jovem que o homem e 2 filhos	Conforme estado civil, mulher 4 anos mais jovem que o homem e 2 filhos
Composição familiar - Pensionistas	Família real	Família real
Hipóteses econômico-financeiras		
Taxa real de juros	5,83% ao ano	5,83% ao ano
Crescimento real de salários	2,01% ao ano	2,01% ao ano
Fator de capacidade dos salários	0,9764	0,9774
Fator de capacidade dos benefícios	0,9764	0,9774
Atualização dos salários	Conforme índice da patrocinadora	Conforme índice da patrocinadora
Atualização dos benefícios	INPC	INPC
Hipóteses biométricas		
Mortalidade geral	AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo	AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo
Mortalidade de inválidos	AT-1949, agravada em 100%, segregada por sexo	AT-1949, agravada em 100%, segregada por sexo
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Auxílio doença	Gama - Experiência Nucleos 2015	Gama - Experiência Nucleos 2015

11.1.5. Taxa real anual de juros (“taxa de juros”) utilizada na última avaliação atuarial (exercício de 2016)

A taxa de juros é uma das principais premissas para o cálculo atuarial e corresponde à taxa de desconto utilizada para trazer a valor presente (data do balanço) os fluxos futuros dos compromissos com os participantes, líquidos de suas contribuições e das patrocinadoras, e que estão registrados no balanço sob o título de provisões matemáticas.

Com a edição da Resolução CNPC nº 15, de 19/11/2014, que alterou a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, foi estabelecida a taxa de juros parâmetro, divulgada anualmente pela Previc, base para a

definição da taxa de juros a ser utilizada na avaliação atuarial, de acordo com a duração do passivo (*duration*) do plano de benefícios e a rentabilidade futura esperada para os seus investimentos.

A duração do passivo (*duration*) corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquidos de contribuições sobre esses benefícios.

Para a adoção de determinada taxa real de juros, o Nucleos deve comprovar, por meio de estudo técnico específico, elaborado pelo atuário, que o patrimônio de cobertura do plano de benefícios é capaz de produzir retorno (rentabilidade) compatível com essa taxa.

Para a avaliação atuarial do exercício de 2016, as taxas parâmetro e seus limites, inferior e superior, foram divulgadas pela Previc, por meio da Portaria n° 186, de 28/04/2016 (exercício de 2015 – Portaria n° 197, de 14/04/2015).

No caso do Nucleos, para a avaliação atuarial de 2016, foi adotada a taxa real de juros de 5,83% ao ano (mesma taxa utilizada na avaliação atuarial de 2015), aderente à rentabilidade futura projetada para os investimentos do Plano Básico de Benefícios – PBB, atestada por estudo técnico elaborado pelo atuário, considerando a *duration* de 17,21 (dezessete virgula vinte e um) anos para o Plano (17,75 em 2015).

11.1.6. Plano de custeio

Conforme determina a LC 109/2001, o plano de cus-

teio, com periodicidade mínima anual, estabelecerá o nível de contribuições necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

Atendendo a esse comando normativo, com base na avaliação atuarial anual, o atuário propõe o nível de contribuições indispensável ao equilíbrio e à solvência do Plano, que corresponde ao Plano de Custeio, devendo ser aprovado pelo Conselho Deliberativo e implementado pela Entidade.

Para atender ao Plano de Custeio, devem ser aplicadas as seguintes taxas de contribuição (taxas médias), durante a sua vigência:

Descrição	Taxa de Contribuição (%)	
	2017	2016
1. Patrocinadores (1.1 + 1.2 + 1.3) (*)	10,73	11,14
1.1 - Custo normal - participantes ativos (paridade)	7,24	7,67
1.2 - Custo normal - participantes assistidos (paridade)	1,48	1,06
1.3 - Extraordinária (serviço passado)	2,01	2,41
2 - Participantes Ativos	7,24	7,67
3 - Participantes Assistidos (**)	8,00	8,00

(*) Incidente sobre a folha de salários dos participantes ativos.

(**) Incidente sobre os benefícios dos assistidos que recebem abono.

O Plano de Custeio de 2016, aprovado pelo Conselho Deliberativo em 15/02/2016, tem vigência no período de 01/04/2016 a 31/03/2017.

O Plano de Custeio de 2017, aprovado pelo Conselho Deliberativo em 13/02/2017, tem vigência no período de 01/04/2017 a 31/03/2018.

A parcela de contribuições destinadas ao custeio administrativo corresponde a 15% (quinze por cento), em conformidade com o Regulamento do Plano Bá-

sico de Benefícios e com o Plano de Custeio.

A taxa para cobertura do Serviço Passado é recalculada a cada ano, considerando o prazo remanescente de amortização, com previsão de término em novembro de 2020. Essa taxa deve ser aplicada sobre a folha mensal de salários de todos os empregados das patrocinadoras, participantes do PBB.

A contribuição dos participantes assistidos, paga somente pelos que recebem o abono previsto no

Regulamento do Plano Básico de Benefícios, foi mantida em 8% do valor do benefício pago pelo Nucleos, sendo que 15% dessa contribuição é destinada ao custeio administrativo (taxa administrativa de assistidos). A taxa administrativa é paga por todos os participantes assistidos do Nucleos, na forma do Regulamento do Plano Básico de Benefícios e do Plano de Custeio, em valor equivalente a 1,2% sobre

o valor do benefício pago pelo Nucleos.

A taxa de contribuição dos participantes ativos representa o custo médio ponderado da contribuição calculada individualmente, considerando-se os salários de participação informados na data base da avaliação atuarial, com a aplicação das seguintes taxas:

Faixa Salarial	(%) de contribuição
Sobre o salário de participação	2,83
Sobre a diferença (positiva) entre o salário de participação e a metade do teto do INSS	2,81
Sobre a diferença (positiva) entre o salário de participação e o teto do INSS	5,70

Mensalmente será verificada a equivalência financeira entre as contribuições normais vertidas pelas patrocinadoras e pelos participantes ativos e assistidos, realizando-se os ajustes financeiros necessários (paridade contributiva).

11.2. EQUILÍBRIO TÉCNICO

A Entidade registrou o seguinte resultado, em 31 de dezembro:

	2016	2015
Resultados realizados		
Até o exercício anterior	(83.363)	(152.640)
No exercício atual	216.518	69.277
Superávit/(déficit) técnico acumulado	133.155	(83.363)

O déficit técnico acumulado registrado em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 83.363, equivalente a 3,32% das provisões matemáticas, foi revertido com o resultado superavitário registrado no exercício de 2016. Com isso, o Plano Básico de Benefícios – PBB encerrou o exercício de 2016 com superávit técnico acumulado no valor de R\$ 133.155, equivalente a 4,78% das provisões matemáticas.

Esse resultado superavitário decorre, principal-

mente, do resultado dos investimentos, cuja rentabilidade no exercício foi superior à meta atuarial (INPC + 5,83% a.a.), reflexo de melhores condições e perspectivas apresentadas pela conjuntura econômica brasileira para investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, como é o caso do Nucleos.

De acordo com a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22, de 22/11/2015, o resultado superavitário do plano

de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática. Após atingir esse limite, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

No caso do Plano Básico de Benefícios – PBB, administrado pelo Nucleos, o limite para a constituição da reserva de contingência no encerramento do exercício de 2016, considerando a *duration* de

16,52 (dezesesseis vírgula cinquenta e dois) anos, é de 25% (vinte e cinco por cento), sendo que o superávit técnico representa 4,78% das provisões matemáticas. A *duration* de 16,52 foi apurada pelo atuário, com base na avaliação atuarial de 2016.

Em relação ao déficit técnico acumulado no final do exercício de 2015, não houve obrigatoriedade de equacionamento, por se enquadrar nos limites e critérios estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015.

12. FUNDOS

Os fundos constituídos apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro:

	2016	2015
Fundos administrativos	9.514	7.704
Fundos dos investimentos	2.513	1.826
	12.027	9.530

12.1. FUNDO ADMINISTRATIVO

O fundo administrativo é constituído ou revertido pelo resultado (excedente ou insuficiência) apurado na gestão administrativa e o saldo disponível tem por finalidade suprir eventuais necessidades de cobertura de despesas na manutenção das atividades administrativas do Instituto, em conformidade com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). O fundo é atualizado pela rentabilidade dos investimentos nos quais possua recursos aplicados.

12.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS

Os fundos de investimento são compostos pelo fundo de liquidez, destinado à cobertura de

inadimplência na carteira de empréstimos, e pelo fundo de quitação por morte, destinado à liquidação de saldo devedor de empréstimos no caso de falecimento do mutuário. Os fundos são corrigidos pela rentabilidade dos investimentos.

13. AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO

Os ajustes e eliminações decorrentes do processo de consolidação das demonstrações contábeis, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são referentes à participação do Plano Básico de Benefícios no Plano de Gestão Administrativa e no Fundo Administrativo do PGA. O detalhamento desses ajustes e eliminações está demonstrado nos quadros a seguir:

Descrição	2016			
	PBB	PGA	Ajustes / Eliminações	Consolidado
Ativo	2.936.855	11.118	(9.514)	2.938.459
Disponível	219	6	-	225
Realizável	2.936.636	10.862	(9.514)	2.937.984
Gestão previdencial	409.430	-	-	409.430
Gestão administrativa	9.514	373	(9.514)	373
Investimentos	2.517.692	10.489	-	2.528.181
Permanente	-	250	-	250
Passivo	2.936.855	11.118	(9.514)	2.938.459
Exigível operacional	5.458	1.404	-	6.862
Exigível contingencial	762	200	-	962
Patrimônio social	2.930.635	9.514	(9.514)	2.930.635
Patrimônio de cobertura do plano	2.918.608	-	-	2.918.608
Provisões matemáticas	2.785.453	-	-	2.785.453
Equilíbrio técnico	133.155	-	-	133.155
Fundos	12.027	9.514	(9.514)	12.027
Fundos administrativos	9.514	9.514	(9.514)	9.514
Fundos dos investimentos	2.513	-	-	2.513

Descrição	2015			
	PBB	PGA	Ajustes / Eliminações	Consolidado
Ativo	2.442.188	9.398	(7.704)	2.443.882
Disponível	247	6	-	253
Realizável	2.441.941	8.944	(7.704)	2.443.181
Gestão previdencial	389.375	-	-	389.375
Gestão administrativa	7.704	215	(7.704)	215
Investimentos	2.044.862	8.729	-	2.053.591
Permanente	-	448	-	448
Passivo	2.442.188	9.398	(7.704)	2.443.882
Exigível operacional	2.221	1.306	-	3.527
Exigível contingencial	572	388	-	960
Patrimônio social	2.439.395	7.704	(7.704)	2.439.395
Patrimônio de cobertura do plano	2.429.865	-	-	2.429.865
Provisões matemáticas	2.513.228	-	-	2.513.228
Equilíbrio técnico	(83.363)	-	-	(83.363)
Fundos	9.530	7.704	(7.704)	9.530
Fundos administrativos	7.704	7.704	(7.704)	7.704
Fundos dos investimentos	1.826	-	-	1.826

14. RESULTADOS

14.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

O resultado realizado do Plano Básico de Benefícios - PBB, em cada exercício, é apresentado como segue:

	2016	2015
Gestão previdencial		
Adições	144.345	325.373
Contribuições previdenciais	94.773	87.048
Remuneração das dívidas contratadas	49.572	60.441
Contribuições em atraso - discussão judicial (1)	-	177.884
Deduções	(101.198)	(246.732)
Benefícios de prestação continuada	(97.978)	(68.400)
Institutos (resgates/portabilidade)	(708)	(446)
Institutos (resgates/portabilidade) (2)	(2.440)	-
Provisão de créditos de liquidação duvidosa (3)	-	(177.884)
Outras deduções	(72)	(2)
(Constituição)/Reversão de contingências	(162)	46
Custeio administrativo previdencial	(14.396)	(13.213)
Resultado dos investimentos do PBB	460.154	131.362
Constituição das provisões matemáticas	(272.225)	(127.559)
Superávit técnico do exercício	216.518	69.277

(1) Refere-se à correção da dívida da Nuclep, em discussão judicial à época, encerrada em novembro de 2015, com decisão desfavorável ao Nucleos.

(2) Refere-se às contribuições não resgatadas ("Reservas Não Pagas"), de participantes com inscrição cancelada no plano de benefícios, na forma do Regulamento.

(3) Refere-se à provisão para perda da correção da dívida da Nuclep, em discussão judicial à época, encerrada em novembro de 2015, com decisão desfavorável ao Nucleos.

14.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O resultado da gestão administrativa, em cada exercício, é apresentado como segue:

	2016	2015
Gestão administrativa		
Receitas	16.206	15.023
Custeio administrativo previdencial	14.396	13.213
Custeio administrativo dos investimentos	1.727	1.723
Taxa de administração de empréstimos	62	62
Receitas diretas/outras receitas	21	25
Despesas	(15.064)	(14.479)
Pessoal e encargos	(9.590)	(9.021)
Treinamentos/congressos e seminários	(105)	(159)
Viagens e estadias	(133)	(154)
Serviços de terceiros	(2.186)	(2.258)
Despesas gerais	(1.809)	(1.727)
Depreciação/amortização	(204)	(227)
Tributos	(1.037)	(933)
Constituição de contingências	(526)	(239)
Resultado dos investimentos do PGA	1.194	1.071
Constituição do fundo administrativo	1.810	1.376

14.3. INVESTIMENTOS

O resultado dos investimentos em cada exercício, posição consolidada, é apresentado como segue:

	2016	2015
Investimentos		
Rendas/variações líquidas	463.658	134.237
Créditos privados e depósitos	2.603	2.975
Fundos de investimento	448.434	114.998
Investimentos imobiliários	3.665	5.182
Empréstimos a participantes	2.228	2.445
Outros realizáveis/obrigações	6.728	8.637
Reversão de contingências	166	207
Custeio administrativo dos investimentos	(1.789)	(1.785)
Constituição de fundos dos investimentos	(687)	(226)
Resultado dos investimentos (PBB e PGA)	461.348	132.433

15. EQUIVALÊNCIA FINANCEIRA ENTRE A CONTRIBUIÇÃO NORMAL DAS PATROCINADORAS E DOS PARTICIPANTES

No plano de custeio, aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo, são estabelecidas as contribuições normais dos participantes e das patrocinadoras, com base nos resultados da avaliação atuarial.

As contribuições normais dos participantes são calculadas mensalmente observando as faixas salariais. Em contrapartida, a contribuição normal das patrocinadoras é calculada aplicando-se a taxa estabelecida no plano de custeio sobre a folha mensal de salários de todos os seus empregados, participantes do Nucleos.

Assim sendo, a aplicação do percentual de contribuição atribuído às patrocinadoras no plano de custeio, sobre a folha mensal de salários, pode não corresponder aos montantes das contribuições mensais dos participantes. Dessa forma, para se

respeitar a equivalência financeira contributiva, faz-se necessária a realização de ajustes periódicos.

A seguir é apresentado o resultado dos ajustes efetuados e com reflexos nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, para a preservação da equivalência financeira entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes.

15.1. PLANO DE CUSTEIO DE 2014 (VIGÊNCIA NO PERÍODO DE ABRIL DE 2014 A MARÇO DE 2015)

Conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo do Nucleos, ao final de cada bimestre de vigência do Plano de Custeio de 2014, foi verificada a equivalência financeira entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes (ativos e assistidos) do Plano Básico de Benefícios - PBB. O resultado dessa comparação nos bimestres compreendidos no período de vigência do referido plano de custeio está demonstrado no quadro a seguir:

Patrocinadora	Contribuição normal da patrocinadora (1)	Contribuição normal dos participantes			
		Ativos	Assistidos	Total (2)	Excedente (1 -2)
INB	9.811	7.435	1.040	8.475	1.336
Eletronuclear	20.372	14.906	973	15.879	4.493
Nuclep	8.569	7.270	552	7.822	747
Nucleos	263	177	33	210	53
Total	39.015	29.788	2.598	32.386	6.629

O excedente de contribuições apurado em cada bimestre foi objeto de devolução às patrocinadoras ou compensação com as contribuições devidas por elas em períodos subsequentes. A contabilização do valor excedente foi efetuada em cada exercício, de acordo com o período de referência das contribuições aportadas, na periodicidade aprovada pelo Conselho Deliberativo.

15.2. PLANO DE CUSTEIO DE 2015 (VIGÊNCIA NO PERÍODO DE ABRIL DE 2015 A MARÇO DE 2016)

Em relação ao Plano de Custeio de 2015, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo do Nucleos, foi determinada, inicialmente, a apuração bimestral da equivalência financeira entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes (ativos

e assistidos) do Plano Básico de Benefícios – PBB. Posteriormente, com aplicação a partir de junho de 2015, a verificação da equivalência financeira foi alterada, passando a ser apurada mensalmente,

conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo. O resultado dessa comparação no período de vigência do referido plano de custeio está demonstrado no quadro a seguir:

Patrocinadora	Contribuição normal da patrocinadora (1)	Contribuição normal dos participantes			
		Ativos	Assistidos	Total (2)	Excedente (1 -2)
INB	10.781	8.090	1.152	9.242	1.539
Eletronuclear	20.423	15.156	2.003	17.159	3.264
Nuclep	11.189	8.557	685	9.242	1.947
Nucleos	258	174	40	214	44
Total	42.651	31.977	3.880	35.857	6.794

O excedente de contribuições apurado em cada período foi objeto de devolução às patrocinadoras ou compensação com as contribuições devidas por elas em períodos subsequentes. A contabilização

do valor excedente foi efetuada em cada exercício, de acordo com o período de referência das contribuições aportadas, na periodicidade aprovada pelo Conselho Deliberativo.

15.3. PLANO DE CUSTEIO DE 2016 (VIGÊNCIA NO PERÍODO DE ABRIL DE 2016 A MARÇO DE 2017)

Na vigência do Plano de Custeio de 2016, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo do Nucleos, foi determinada a apuração mensal da equivalência financeira entre as contribuições

normais das patrocinadoras e dos participantes (ativos e assistidos) do Plano Básico de Benefícios – PBB. O resultado dessa comparação desde o início de vigência do referido plano de custeio até o fechamento dessas demonstrações contábeis (1º de abril até 31 de dezembro) está demonstrado no quadro a seguir:

Patrocinadora	Contribuição normal da patrocinadora (1)	Contribuição normal dos participantes			
		Ativos	Assistidos	Total (2)	Excedente (1 -2)
INB	9.326	6.775	1.019	7.794	1.532
Eletronuclear	16.091	11.824	2.252	14.076	2.015
Nuclep	9.580	7.010	678	7.688	1.892
Nucleos	223	147	38	185	38
Total	35.220	25.756	3.987	29.743	5.477

O excedente de contribuições apurado foi objeto de devolução às patrocinadoras ou compensação com as contribuições devidas por elas em períodos

subsequentes. O saldo pendente de devolução ou compensação está demonstrado na Nota 9.1.

16. CUSTEIO ADMINISTRATIVO E RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A Entidade adota a taxa de administração para o custeio das despesas administrativas, cujo limite é de 1% dos recursos garantidores do plano de benefícios no final do exercício a que se referem, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, nos termos da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009. Os recursos garantidores do plano de benefícios são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, conforme Resolução CMN nº 3.792/2009.

Descrição	2016	2015
Percentual em relação aos recursos garantidores		
Custeio administrativo	0,64%	0,73%
Despesas administrativas	0,60%	0,71%
Percentual em relação ao ativo total		
Custeio administrativo	0,55%	0,61%
Despesas administrativas	0,51%	0,59%
Custeio administrativo total	16.185	14.998
Despesas administrativas totais	15.064	14.479
Recursos garantidores do Plano Básico de Benefícios	2.516.932	2.044.728
Ativo total da Entidade	2.938.459	2.443.882

A diferença entre o custeio e as despesas administrativas refere-se à cobertura das contingências e à constituição do fundo administrativo.

O rateio das despesas administrativas entre a gestão previdencial e dos investimentos é precedido de análise, observando-se a especificidade, a natureza e a atividade envolvida, podendo ser classificada diretamente na gestão previdencial ou dos investimentos ou rateada com a utilização de percentuais

A taxa de administração é formada pela parcela das contribuições dos patrocinadores, participantes e assistidos e pela parcela do resultado dos investimentos, destinada ao custeio administrativo, ajustada pelas receitas administrativas diretas e outras receitas administrativas, conforme definido no Regulamento PGA.

No quadro a seguir apresentamos a relação percentual entre o custeio administrativo e as despesas administrativas com os recursos garantidores do Plano Básico de Benefícios – PBB e com o Ativo total da Entidade.

de mão de obra aplicada direta ou proporcional em cada atividade da Entidade.

17. OUTROS ASSUNTOS

O Nucleos não está sujeito ao ajuste de precificação de que trata a Resolução CNPC nº 16, de 19/11/2014, por não possuir títulos públicos federais classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, na sua carteira de investimentos.

* * *

Armindo D'Ascensão Silva
Presidente
CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro
CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios
CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
CPF - 712.625.203-04



PARECERES



19. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores
NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do plano de gestão administrativa, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa 7.6.4, a Entidade reconheceu, em 2014, valor a receber da União relacionado à atualização monetária de OFND - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 59.767 mil (2015 – R\$ 53.349 mil). O valor reconhecido relaciona-se a processo judicial movido pela Associação Brasileira das Entidades de Previdência Complementar - ABRAPP contra a União Federal, que transitou em julgado em 2010 em favor das Entidades de previdência complementar, no entanto foi objeto de ação rescisória, julgada improcedente em primeira instância, que se encontra, presentemente, em fase de julgamento pelos tribunais superiores dos recursos interpostos pela União. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, um ativo cuja confirmação

final depende de eventos não totalmente sob o controle da Entidade é denominado ativo contingente e não deve ser reconhecido na contabilidade. Consequentemente, o patrimônio social e o saldo de "Outros realizáveis" em 31 de dezembro de 2016 encontram-se apresentados a maior em R\$ 59.767 mil (2015 – R\$ 53.349 mil), e o superávit do exercício findo nessa data está apresentado a maior em R\$ 6.418 mil (2015 – R\$ 6.960 mil).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alterna-

tiva realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

20. PARECER ATUARIAL

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e alterações posteriores, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano Básico de Benefícios**, também denominado neste documento de Plano, administrado e executado pelo **Nucleos – Instituto de Seguridade Social e patrocinado pela Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB e pelo próprio Nucleos**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio.

O **Plano Básico de Benefícios** está registrado na Previc sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1979.0022-74. O Plano encontra-se aberto a novas adesões e possui todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), caracterizando-se, conforme Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, como um plano de benefícios da modalidade de Benefício Definido (BD).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, posicionada em **30/06/2016**, conforme apresentada no **Relatório GAMA 105 – RE 143/16**, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada pela Portaria Previc nº 631 de 04/11/2011 publicada no D.O.U de 07/11/2011, assim como os dados individualizados dos Participantes e Assistidos e as informações contábeis e patrimoniais do Plano, levantados e informados pelo Instituto, posicionados na data base de **30/06/2016**.

As Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste parecer, foram reposicionados para **31/12/2016**, data de encerramento do exercício, a partir da Avaliação Atuarial procedida na data base de 30/06/2016, reposicionando-se os salários e benefícios para o encerramento do exercício e confrontando-se os resultados das Provisões calculadas em 31/12/2016 com as informações contábeis e patrimoniais do Plano, posicionadas na mesma data.

As informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no **Relatório GAMA 105 – RE 143/16**, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do **Plano Básico de Benefícios** posicionados em **30/06/2016**, tendo sido utilizadas as mesmas premissas descritas no Relatório neste reposicionamento para **31/12/2016**.

Ressalta-se que, para o **Plano Básico de Benefícios**, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face de o Nucleos não ter informado nenhum fato relevante para este Plano – em conformidade com a correspondência **GAMA 105 CT 237/16** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, exceto pela correspondência DB-040/2015, pela qual o processo de alteração regulamentar que visa ao fechamento do **Plano Básico de Benefícios** foi notificado –, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação ao plano administrado pelo Instituto.

2 RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: GERAL

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial **GAMA 105 – RE 143/16**, o custo normal médio do Plano, na data da Avaliação Atuarial anual, 30/06/2016, estava mensurado em **14,83%** da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, apurado de acordo com os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios assegurados pelo Plano, neste não inclusa a amortização relativa ao serviço passado, esta equivalente ao custo médio de **1,706%** da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo.

Comparativamente ao exercício anterior, houve um decréscimo do custo do Plano de **0,01** ponto percentual, posto que, em 2015, o Plano registrou a alíquota de **14,84%**, também líquida de taxa de carregamento.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos montam, em 31/12/2016, em **R\$ 1.135.711.685,00**, comparativamente ao montante de **R\$ 823.534.282,00** apurado em 31/12/2015. Conforme **Relatório GAMA 105 – RE 143/16**, o aumento nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos é motivado pela concessão de novos benefícios, bem como pelo aumento do valor médio dos benefícios pagos, o qual superou a redução das reservas decorrente da involução natural das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos dados pelo envelhecimento e por óbitos esperados na população do Plano. Dessa forma, observou-se um aumento total dos Benefícios Concedidos na ordem de **37,91%**.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder montam, em 31/12/2016, em **R\$ 1.674.503.722,00**,

comparativamente ao montante de **R\$ 1.723.013.510,00** apurado em 31/12/2015. A redução nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder é motivada, principalmente, pela redução no número de ativos do Plano devido a concessões de aposentadorias e pedidos de resgate e portabilidade. Dessa forma, observou-se uma redução total dos Benefícios a Conceder na ordem de **2,82%**.

As Provisões Matemáticas a Constituir montam, em 31/12/2016, **R\$ 24.762.663,69** comparativamente ao montante de **R\$ 33.319.416,99** apurado em 31/12/2015. A redução das Provisões Matemáticas a Constituir, correspondente a **25,68%**, é decorrente do pagamento das parcelas do valor do serviço passado durante o exercício de 2016.

Comparativamente à Demonstração Atuarial – “DA” de encerramento de exercício de 2015, houve um aumento das Provisões Matemáticas do Plano de 10,83%, tendo sido registrado o montante de R\$ 2.785.452.743,31 em 31/12/2016. O aumento das Provisões Matemáticas deveu-se, em especial, aos reajustes dos benefícios.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o **Plano Básico de Benefícios**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**. As hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2016 do **Plano Básico de Benefícios**, foram aprovadas pelo **Nucleos**, sendo que o Instituto esteve subsidiado pelos

testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do **Relatório GAMA 105 – RE 099/16**, observando, assim, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06, e alterações posteriores.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o **Plano Básico de Benefícios** não apresentou insuficiência de cobertura na data a que se refere este Parecer, este item não é aplicável.

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pelo Instituto, posicionada em 30/06/2016, foi submetida a testes de consistência e, após ratificações/retificações, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados para fins da Avaliação Atuarial anual.

Cumpre-nos esclarecer que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o Instituto a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016, reposicionada para **31/12/2016**, o Plano não possui valor registrado em **Fundos Previdenciais**.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das **Provisões Matemáticas de R\$ 2.785.452.743,31**, em **31/12/2016**, com o valor do **Patrimônio de Cobertura do Plano**, na mesma data, no montante de **R\$ 2.918.607.779,31**, verifica-se que a situação econômico-atuarial do **Plano Básico de Benefícios** apresentou **Superávit Técnico acumulado de R\$ 133.155.036,00**, em **31/12/2016**.

O déficit do Plano passou de **R\$ 83.363.174,25**, em 31/12/2015, para um superávit de **R\$ 133.155.036,00**, em **31/12/2016**. Esta variação deveu-se, primordialmente, à rentabilidade dos ativos garantidores do Plano ter sido superior à meta atuarial.

No período compreendido entre janeiro/2016 e dezembro/2016, a meta atuarial do Plano foi de 12,79%, composta pelo INPC de 6,58% mais taxa de juros de 5,83%, enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de 21,06%, conforme informação repassada pelo **Nucleos**, representando um ganho atuarial de 7,33%.

Em atendimento à Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, apurou-se Equilíbrio Técnico Ajustado. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 19/2015, o ajuste de precificação apurado pelo Nucleos foi nulo, em 31 de dezembro de 2016, uma vez que o Plano não possui Títulos Públicos Federais com características passíveis de ajuste de precificação. Assim, o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano é igual ao superávit de **R\$ 133.155.036,00**.

2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2016, observa-se que o **Plano** apresentou superávit, o qual foi resultante de causas **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, da superação da meta atuarial do Plano. Tendo em vista que não é possível assegurar que esse fato tem

caráter perene, atribui-se natureza **conjuntural** ao resultado.

A totalidade do superávit apurado em **31/12/2016**, no montante de **R\$ 133.155.036,00**, ou **4,78%** das Provisões Matemáticas estruturadas em Benefício Definido, foi alocada em **Reserva de Contingência**, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008 e alterações posteriores, especialmente a Resolução MPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015.

Cumprido ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do exercício de 2016, qual seja de 16,52 anos.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2016, reposicionada para 31/12/2016, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento de todos os benefícios assegurados pelo Plano, o Regime de Capitalização conjugado com o método de financiamento Agregado.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações posteriores.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pelo Instituto, uma pequena parcela destes estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, o Instituto

atestou a possibilidade da manutenção desses títulos até o vencimento, sem que haja prejuízo da liquidez e solvência do Plano;

2) Conforme observado no Balancete Contábil de 31/12/2016, verifica-se que o montante de **R\$ 409.424.125,17** não se encontra integralizado no Plano, uma vez que existem recursos a receber, dentre os quais se destacam as Contribuições Contratadas de responsabilidade exclusiva das Patrocinadoras, cujo montante equivale, em 31/12/2016, a **R\$ 400.826.009,85**;

3) No encerramento do exercício de 2016, o **Plano Básico de Benefícios** não possuía qualquer Fundo Previdencial constituído. Já o Fundo dos Investimentos registrou o montante de **R\$ 2.513.163,70** e o Fundo Administrativo, **R\$ 9.513.720,18**, cuja contabilização e manutenção são de responsabilidade do **Nucleos**;

4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2016, comparativamente às adotadas para o exercício de 2015, procedeu-se à seguinte alteração:

- Fator de capacidade: **0,9764** em substituição a **0,9774**.

3 PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o próximo exercício, proposto para ter o início de sua vigência em 01/04/2017, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo do **Nucleos** e pelas Patrocinadoras antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo ao **Nucleos** zelar pela sua fruição, observados os prazos e ditames regulamentares, o qual fixa, em linhas gerais, o que se segue:

PLANO DE CUSTEIO			
CONTRIBUIÇÃO BÁSICA		ALÍQUOTA (%)	
	FAIXA SALARIAL	AValiação ATUARIAL DE 2016	AValiação ATUARIAL DE 2015
PARTICIPANTES ⁽¹⁾	P.G: Percentual geral incidente sobre o Salário de Participação	2,83%	2,83%
	P1: Percentual incidente sobre a parcela do Salário que excede meio Teto INSS	2,81%	2,81%
	P2: Percentual incidente sobre a parcela do Salário maior que um Teto INSS	5,70%	5,70%
PATROCINADORA ⁽¹⁾	Contribuição Normal	Paritária ao dos participantes	Paritária ao dos participantes
	Contribuição de Abono (paridade assistidos)	1,480%	1,066%
ASSISTIDOS ⁽²⁾	Contribuição de Abono ⁽³⁾	8,00%	8,00%

1) Os percentuais apresentados encontram-se brutos de taxa de administração de 15% sobre a contribuição previdenciária. No que tange às contribuições paritárias às dos Assistidos, embora tenha sido realizado o cálculo da alíquota média, o Nucleos poderá realizar as cobranças por patrocinadora. No plano de custeio, a paridade com a patrocinadora se dará diretamente no momento do recolhimento, ou seja, a Patrocinadora não irá aplicar taxa e sim recolher o mesmo valor em reais da contribuição do Participante e Assistido.

(2) Pensionistas não vertem contribuição relativa ao abono.

(3) O valor percentual da Contribuição de Assistidos foi definido pelo Nucleos.

Dessa maneira, deverão ser aplicadas as seguintes taxas médias (brutas de taxa de carregamento) obtidas conforme Plano de Custeio apresentado acima:

TAXAS MÉDIAS	2016	2015
A - Patrocinadora (sobre salários)	10,73%	11,14%
A.1 - Custo Normal - Participantes Ativos (Paridade)	7,24%	7,67%
A.2 - Custo Normal - Participantes Assistidos (Paridade)	1,48%	1,06%
A.3 - Extraordinária - Serviço Passado	2,01%	2,41%
B - Participantes Ativos (sobre salários)	7,24%	7,67%
C - Participantes Assistidos (sobre benefícios)	8,00%	8,00%

Adicionalmente, conforme parágrafo 9º do Artigo 39, os participantes que optarem pelo instituto de Benefício Proporcional Diferido recolherão contribuição para cobertura administrativa do Plano por meio da aplicação da taxa de carregamento definida no Plano de Custeio, sendo esta taxa aplicada sobre o valor da contribuição hipotética caso o participante em BPD estivesse na condição de participante ativo,

conforme determinação do Conselho Deliberativo. Além da taxa de carregamento administrativo, conforme parágrafo 10º do Artigo 39, o participante BPD somente terá direito à cobertura dos benefícios de pensão por morte e invalidez no período de diferimento se durante este período aportar contribuições para essa finalidade, sendo as taxas determinadas atuarialmente e correspondentes a

0,37% e 0,35% para pensão por morte e invalidez, respectivamente, nestas a serem incluídas a taxa de carregamento corresponde, conforme resultados da Avaliação Atuarial de 2016.

O Plano de Custeio Administrativo foi definido pelo Instituto, ficando estabelecida a taxa de carregamento de 15% sobre as contribuições vertidas para Plano.

Este é o Parecer.

Brasília, 13 de fevereiro de 2017.

YAN CARLOS CARVALHO OLIVEIRA

Atuário MIBA 2.925 - MTPS/RJ

CONSULTOR ATUARIAL

MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO

Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ

SUPERVISORA ATUARIAL

JOÃO MARCELO B. L. M. CARVALHO

Atuário MIBA 2.038 - MTPS/RJ

DIRETOR DE OPERAÇÕES E PREVIDÊNCIA

4 CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do **Plano Básico de Benefícios**, em 31 de dezembro de 2016, é **superavitária** em **R\$ 133.155.036,00**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, de forma que o referido montante **foi integralmente alocado em Reserva de Contingência**.

21. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Emitido na 115ª reunião do Conselho Fiscal realizada em 15 de março de 2017.

O Conselho Fiscal do Nucleos - Instituto de Seguridade Social examinou as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações da mutação do patrimônio social, do plano de gestão administrativa, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas, e as notas explicativas. Essas demonstrações estão acompanhadas do relatório do auditor independente (Parecer) emitido pela *PricewaterhouseCoopers*, em 23 de fevereiro de 2017.

As provisões matemáticas foram calculadas pela Gama Consultores Associados Ltda., conforme resultado da avaliação atuarial na data-base de 30/06/2016 e reposicionada em 31/12/2016, conforme Parecer Atuarial emitido em 13/02/2017.

Os investimentos estão custodiados no Banco Bradesco S/A e foram confrontados com o Relatório de Posição de Custódia do final do exercício.

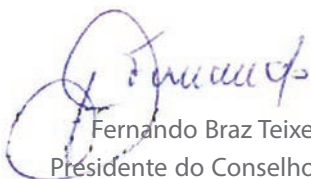
Conforme registrado no seu relatório, o Auditor Independente *PricewaterhouseCoopers* não concordou com o registro contábil (rubrica Outros Realizáveis dos Investimentos), no montante de R\$ 59.767 mil, referente ao crédito objeto de ação judicial relativo à diferença de correção monetária das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND's.

Dessa forma, o auditor independente emitiu opinião com ressalva (Parecer emitido em 23/02/2017), pois entende que um ativo cuja confirmação final dependa de eventos não totalmente sob o controle da Entidade é denominado ativo contingente e não deve ser reconhecido na contabilidade.

De acordo com as notas explicativas às demonstrações contábeis (Nota 7.6.4), a Administração do Nucleos entende que o crédito preenche adequadamente os requisitos exigidos para o seu registro contábil, além de expressar que o reconhecimento contábil foi realizado com base em sentença judicial e em posicionamento técnico.

Diante da divergência, o Conselho Fiscal concorda e acompanha a opinião do auditor independente, pois entende que um ativo contingente não deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja praticamente certa.

O Conselho Fiscal considera que as referidas demonstrações contábeis refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Nucleos em 31 de dezembro de 2016 e o resultado de suas operações, exceto quanto ao registro contábil do valor a receber da união relacionado a atualização monetária de OFND - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, na rubrica Outros Realizáveis dos Investimentos, no valor de R\$ 59.767 mil, devendo, no entendimento do Conselho Fiscal, constar somente em notas explicativas.



Fernando Braz Teixeira
Presidente do Conselho Fiscal



Luis Antônio Domingues Correia
Conselheiro Titular



Luiz Fernando Henriques
Conselheiro Titular



Marcella Ferreira Aires de Souza
Conselheiro Titular

Nucleos - Instituto de Seguridade Social

22. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do Nucleos - Instituto de Seguridade Social, em sua 185ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20/03/2017, consoante o previsto no Capítulo VI, art. 35, do Estatuto do Nucleos, examinou as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparativas com o exercício imediatamente anterior, compostas por: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração do Ativo Líquido do Plano Básico de Benefícios – PBB, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Básico de Benefícios – PBB, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano Básico de Benefícios – PBB e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Conforme descrito na nota explicativa 7.6.4, o Nucleos reconheceu em 2014 em seu balanço, por determinação contida em sentença judicial, o valor a receber da União, relacionado à atualização monetária de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs).


Sobre esse fato, foram feitas as seguintes avaliações: (i) a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, no Relatório datado de 23/02/2017, no título “Base para opinião com ressalva”, registrou que esse ativo não deveria ser reconhecido na contabilidade, por entender que se tratava de ativo contingente; (ii) o Conselho Fiscal, em sua 115ª Reunião, realizada em 15/03/2017, emitiu Parecer concordando com a opinião dos Auditores Independentes; (iii) o escritório Siqueira Castro


Advogados emitiu Nota Técnica acerca da legitimidade da escrituração do crédito decorrente da atualização monetária incidente sobre as OFNDs. Essa Nota Técnica, datada de 25/03/2015, com sua atualização emitida em 17/01/2017 e 23/02/2017, além de trazer uma profícua análise sobre o aspecto jurídico, foi lastreada em fundamentação técnica e contábil, que considera que o crédito das OFNDs é um ativo ordinário, e não contingente, devendo, portanto, ser registrado no balanço contábil das Entidades detentoras desse crédito.

Baseado nas análises procedidas e à luz do pronunciamento 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25), que considera que quando a realização ou ganho de um ativo for praticamente certa, este não pode ser considerado um ativo contingente, fato também registrado na Nota Técnica acima referida, os membros deste Conselho Deliberativo, com exceção da conselheira Rosângela Vieira Paes da Silva, concordam com o registro contábil do crédito das OFNDs.

Diante do exposto, o Conselho Deliberativo aprovou as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e é da opinião que as mesmas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Nucleos e o resultado de suas operações para o referido exercício, exceto pela manifestação da conselheira Rosângela Vieira Paes da Silva que aprovou as referidas Demonstrações Contábeis com a ressalva apontada pelos Auditores Independentes.


Paulo César da Rocha Dantas
Presidente do Conselho Deliberativo


Clezio dos Santos Oliveira
Conselheiro Titular


Hermínio de Aguiar Caldeira
Conselheiro Titular


Daniel Moraes da Costa
Conselheiro Titular


Ricardo Cesar Quintella Lioy
Conselheiro Titular


Rosângela Vieira Paes da Silva
Conselheira Titular

ENCERRAMENTO





23. MENSAGEM FINAL

Agradecemos a todos a leitura deste Relatório Anual de Informações.

Finalizamos destacando que 2017 será um ano com grandes desafios também, e seguem alguns deles:

- Desenvolvimento do Planejamento Estratégico do período 2017/2019;
- Implementação do novo Plano de Contribuição Variável;
- Implantação do projeto de Educação Financeira e Previdenciária;
- Recadastramentos dos participantes ativos;
- Cadastramento dos Beneficiários Previdenciários reconhecidos pelo INSS;
- Continuação das visitas do Instituto às patrocinadoras.

Se houver interesse, é possível solicitar a versão impressa do presente relatório, bem como os documentos acima listados. Para isso, basta enviar um e-mail para atendimento@nucleos.com.br ou entrar em contato com o Instituto pelos telefones (21) 2173-1410 / (21) 2173-1492 / (21) 2173-1493 / 0800-024-199 no horário das 8 às 17 horas.

* * * * *

Relatório Anual 2016 do Nucleos – Instituto de Seguridade Social
Av. República do Chile, 230/ 15º andar - Ala Sul - Centro - 20.031-919 - Rio de Janeiro - RJ

Coordenação de produção: Comunicação Interna do Nucleos

Projeto Gráfico e Editorial: Plus Interativa
www.plusinterativa.com - (21) 3549-7816 / (21) 2524-7816

Jornalista Responsável: Ricardo Largman – Reg. MTB 18.288

PRESENÇA
GLOBAL,
RAÍZES
LOCAIS



Estamos presentes em 11 países com mais de 45 anos de experiência em gestão de recursos de terceiros no mercado internacional e há 20 anos atuando no Brasil.

Através de nossos profissionais altamente capacitados, processos e controles disciplinados, buscamos consistência de resultados aliados a uma visão pioneira em sustentabilidade.

Nota máxima na classificação de qualidade de gestão da Moody's¹ ;

Destaque nos principais rankings especializados no mercado de fundos de investimento, sendo eleito o “Melhor Gestor de Money Market” pela Revista Exame³.

Para mais informações acesse:

WWW.SANTANDERASSETMANAGEMENT.COM.BR

Leia o prospecto/formulário de informações complementares, lâmina de informações essenciais e o regulamento antes de investir. Estes documentos podem ser encontrados no site www.santanderassetmanagement.com.br. Supervisão e Fiscalização: (a) Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e (b) Serviços de Atendimento ao Cidadão em www.cvm.gov.br. (1) Moody's, nov./2015. (2) Ranking MBI do CEF-FGV, Jan./2016, Revista EXAME de dez./2015, revista Investidor Institucional de set./2015, revista Valorinveste de dez./2014, revista Você S/A de jan./2013. (3) Onde investir em 2016. Revista EXAME: Ed.1104, ano 49, nº 49. MATERIAL PUBLICITÁRIO.

 **Santander**
ASSET MANAGEMENT



A presente instituição aderiu ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.



Relatório Anual 2016



Gestão
Ética

uma união de sucesso

Nucleos - Instituto de Seguridade Social
Av. República do Chile, 230 - 15º andar - Ala Sul
Centro - 20.031-919 - Rio de Janeiro - RJ

www.nucleos.com.br